

PRISCILA VIUDES

ÍNDIOS NAS PÁGINAS D'O *PROGRESSO*:

Representações da desnutrição infantil no jornal (2005)

PRISCILA VIUDES

ÍNDIOS NAS PÁGINAS D´O *PROGRESSO*:

Representações da desnutrição infantil no jornal (2005)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Protasio Paulo Langer

Dourados, 2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

070.170981727 Viudes, Priscila.
V854i

Índios nas páginas d'O Progresso: representações da desnutrição infantil no jornal (2005). / Priscila Viudes – Dourados, MS : UFGD, 2009.

132p.

Orientador: Prof. Dr. Protasio Paulo Langer
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Desnutrição Indígena – Imprensa – Dourados, MS 2. Jornal O Progresso - Dourados, MS. 3. Representações (História). 4. Índios – Mato Grosso do Sul – Aspectos nutricionais - Abordagens jornalísticas I. Título.

PRISCILA VIUDES

ÍNDIOS NAS PÁGINAS D' *O PROGRESSO*:

Representações da desnutrição infantil no jornal (2005)

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: Dr. Protasio Paulo Langer

1ª examinadora: Dra. Beatriz de Souza Landa.

2º examinador: Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Dourados, 31 de agosto de 2009.

DADOS CURRICULARES

PRISCILA VIUDES

NASCIMENTO: 08/05/1970 – CASCAVEL (PR)

FILIAÇÃO: Jorge Luiz Viudes

Maria Aparecida M. A. Razani

1997 / 2000 – Graduação em Comunicação Social –Jornalismo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

2007 / 2009 – Mestrado em História

Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO

Esta dissertação analisa as representações da desnutrição indígena através do material jornalístico publicado, durante o ano de 2005, no jornal O Progresso, editado em Dourados, MS. A análise parte do pressuposto de que a imprensa contribui para a representação da realidade social. No caso da questão indígena, o discurso dos veículos de comunicação aliado às práticas discursivas que têm acompanhado o imaginário da sociedade remetem à noção do indígena enquanto ser primitivo e fossilizado no tempo. Nas matérias e manchetes sobre os casos de desnutrição indígena pode-se observar a predominância desse aspecto e, principalmente, a ausência de uma abordagem contextualizada sobre os problemas indígenas. Os fatos são apresentados como acontecimentos desligados da realidade histórica, característica comum da notícia, que delimita a compreensão que a sociedade envolvente possa ter da situação indígena e reforça antigos preconceitos. A região de Dourados possui peculiaridades importantes, que a tornam referência simbólica para discutir a relação entre indígenas e não-indígenas, devido à proximidade entre as comunidades e ao notável conflito fundiário e ideológico que se estabeleceu entre indígenas e fazendeiros. Ao adotar discursos parciais, o veículo contribui para a instauração de espaços de diferença cada vez maiores.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the representations of the indigenous childish malnutrition through the published journalistic material, during the year of 2005, in the newspaper *O Progresso*, edited in Dourados, MS. The analysis is based on the principles that the press contributes for the social reality representation. In the case of the indigenous question, the speech of communication vehicles allied to discursive practical that have followed the society imaginary remits to the notion of aboriginal while primitive and fossilized human in the age. In the contents and headlines on the cases of indigenous malnutrition it can be observed the predominance of this aspect and, mainly, the absence of a contextualized boarding on the indigenous problems. The facts are presented as disconnected facts of historical reality, common characteristic of news, that delimits the understanding that the involving society can have of the indigenous situation and strengthens old preconceptions. The region of Dourados possesses important peculiarities, that become it symbolic reference to argue the relation between indigenous and not-indigenous, due to proximity between the communities and to the notable agrarian and ideological conflict that it was established between indigenous and farmers. When adopting partial speeches, the vehicle contributes for the instauration of difference distance bigger and bigger.

*Aos pequenos indígenas vítimas da desnutrição, suas fotos nas páginas dos jornais
entristeceram meu coração.*

À Clarice, que alegra minha existência e me fortalece.

AGRADECIMENTOS

Quando optei em fazer o Mestrado, envolvi nesse projeto várias pessoas, que comigo compartilharam, direta e indiretamente e alheios as suas vontades, as árduas etapas deste momento. Enalteço a contribuição dos que estiveram próximos a mim, vivenciando a minha rotina de estudos e aflições. Mas reconheço também a contribuição daqueles que, mesmo distantes, contribuíram para que eu conseguisse trilhar esse caminho. Muitos deveriam figurar aqui mais de uma vez, pela plural ajuda que me dispensaram. A todas essas pessoas, meu agradecimento extrapola a capacidade de verbalização:

- Ao Leonardo, companheiro de uma década, que me propiciou não só o crescimento emocional, mas também o intelectual;
- À Clarice, pela sua doçura, por privá-la da devida atenção que ela tanto merece, pela sua generosa compreensão e precoce solidariedade para comigo;
- A minha mãe, invariavelmente pronta para mim, pelo apoio afetivo, pelo exemplo e pelo amor incondicional;
- Ao meu pai, também exemplo para mim, pela admiração e confiança;
- Ao Vinicius, pela prontidão em tornar a minha vida mais fácil;
- À Deisy, Wilson, Fabrícia e Ana Paula pela acolhida familiar;
- Ao Protasio, meu orientador, pelo esforço em transformar meu texto jornalístico em acadêmico, pela brandura e sabedoria com que me conduziu;
- Ao Jorge Eremites, pelas contribuições metodológicas e bibliográficas, não só durante a sua disciplina, mas até mesmo antes de minha entrada no Programa;
- Ao Eudes, que me introduziu na órbita historiográfica ao me aceitar como aluna especial em sua disciplina;

- Ao João Carlos, pela cautela com que tratou minhas idéias e pela atenção aos meus textos;
- Ao Cláudio Vasconcelos, pelos desafiadores debates em sua disciplina;
- À Graciela, pelas idas às comunidades indígenas, pela forma democrática e sábia com que trata a todos;
- Ao Jean e ao Cléber, da secretária do Programa, pela disponibilidade em me atender bem;
- Ao Cimó, Carlos, Rodrigo e Sara, equipe do Centro de Documentação Regional da UFGD, pelo esmerado trabalho e agradável companhia nas horas de pesquisa documental;
- Ao Brand, Fernando, Eva e Nataly, equipe do Centro de Documentação *Teko Arandu*, da UCDB, pela organização providencial das matérias jornalísticas sobre a questão indígena;
- Aos amigos que o Mestrado me propiciou: Ana Maria, Aline, Mercolis, Jean, Joseph, Carlos, Ce Saulo, por tornarem as aulas mais aprazíveis e enriquecedoras;
- À Ana Tereza, pela flexibilidade de minhas horas de trabalho e pela amabilidade que sempre me tratou;
- À equipe da FAD / IESD/ Uniderp, hoje Faculdades Anhanguera de Dourados, pelo apoio durante minhas ausências do trabalho: Grazyelli, Klêmia, Osni, Tereza, Andrea, Tamara e Elisama;
- Às amigas que souberam me distrair das preocupações do Mestrado: Yara, que me acompanha desde a faculdade, Isabela, pela referência que tem sido e pela amizade, Lauriene, pelo ânimo e alegria;
- A Capes, pelo financiamento da pesquisa;
- Aos membros da Associação de Pós Graduandos em História da UFGD (APGH) pela representatividade no Programa.

*“Ao defender os povos indígenas, defendemos também
benefícios próprios, defendemos a dignidade do nosso mundo e
das futuras gerações. Defendemos um mundo justo e habitável
para todos.”*

(Paulo Suess, 1997)

SUMÁRIO

Resumo	5
<i>Abstract</i>	6
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE TABELA.	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	15
1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	24
1.1 A Imprensa enquanto fonte histórica.....	24
1.2 Índios nas páginas do jornal	29
1.2.1 Selvagens na atualidade	30
1.2.1.1 Selvagens no “Novo Mundo”.....	31
1.2.2 Índio enquanto ser natural: a visão romântica.....	36
1.2.3 O sujeito índio: a visão enquanto agente histórico	38
2 NAS PÁGINAS DE HOJE, VELHOS CONFLITOS.....	43
2.1 Área Indígena no Panambizinho e a CAND.....	45
2.2 Na terra do boi, a desterritorialização indígena	52
2.2.1 Área Indígena <i>Cerro Marangatu</i> e a instalação das fazendas de gado	54
2.2.2 Área Indígena <i>Takuara</i> e a dispersão nas Reservas.....	62
2.2.3 A degradação ambiental e o modo de ser indígena	66
2.3 Reduzidos em reservas	70
2.3.1 <i>Tekoha</i>	76
2.4 O papel do SPI na política de aldeamento do sul de Mato Grosso.....	77
2.5 Os Guarani e Kaiowá históricos	79
2.6 Terena para as reservas do Sul de Mato Grosso.....	81
3 ÍNDIOS NAS PÁGINAS D’O PROGRESSO.....	85
3.1 Nos caminhos d’ <i>O Progresso</i>	86
3.2 Nos caminhos da desnutrição infantil indígena	93

3.2.1 Ocultamento da questão central.....	96
3.2.2 Protagonistas sem voz.....	103
3.3 A gente indígena não quer só comida.....	107
3.3.1 Vozes sem eco.....	108
3.3.2 Informação-show nas notícias sobre reivindicações.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
FONTES CONSULTADAS.....	122
BIBLIOGRAFIA	124

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – A questão indígena é e as ações do MST dividem a capa do jornal19
- Figura 2 – Notícia sobre a chegada da equipe da Funai que seria responsável pela identificação de três áreas em litígio na região de Dourados.....44
- Figura 3 – Uma página inteira dedicada à ocupação: manchetes apontam treinamento de guerra realizado pelos indígenas e a beleza da Fazenda.....56
- Figura 4 – Capa do Jornal *O Progresso* de 1951 destaca o grande fluxo populacional que se instalava na região.....59
- Figura 5 – Foto destaca armas, a reivindicação tem caráter secundário63
- Figura 6 - Detalhe da enquete O Povo Fala de 22 de fevereiro de 2005.....68
- Figura 7 – Enquete O Povo Fala, em que o depoimento de uma pessoa pode ser entendido como reflexo da noção de inferioridade dos indígenas73
- Figura 8 – A Charge que retrata a suposta grande quantidade de cestas básicas distribuídas nas Reservas Indígenas de Dourados74
- Figura 9 – Primeira explicação para casos de desnutrição apontavam a cultura como causa97
- Figura 10 – Charge publicada na capa do jornal, após quatro dias das primeiras manchetes sobre a desnutrição99
- Figura 11 – Motivo para bloqueio é apresentado apenas no último parágrafo.....114
- Figura 12 – Na matéria, destaque recai sob o ato ilícito que ainda não havia sido provado.....116

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Gráfico sobre estilos jornalísticos predominantes nas matérias sobre a desnutrição indígena	94
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

Funai – Fundação Nacional do Índio

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Sem-terra

MT – Mato Grosso

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PFL – Partido pela Frente Liberal

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido Socialista Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB _ Partido Trabalhista Brasileiro

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN – Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais

UDN – União Democrática Nacional

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa em História baseia-se na investigação de uma fonte histórica, sobre a qual são feitas análises que se prestam a esclarecer melhor determinada problemática, elencada previamente pelo pesquisador. É neste ponto que a pesquisa histórica diferencia-se da realizada por outras ciências humanas, nas quais são formuladas hipóteses prévias que serão confirmadas ou refutadas após a análise do “corpora”, que são “coleções de dados de linguagem que servem para vários tipos de pesquisa” (BAUER, 2002, p.45).

Na região de Dourados, sul de Mato Grosso do Sul, a questão indígena pode ser considerada uma rica problemática, tanto que várias teses e dissertações têm-se debruçado sobre esse tema. Isso devido a uma série de fatores que perpassam pela proximidade geográfica das reservas indígenas com as cidades, pela distância social que se estabelece entre a comunidade indígena e não-indígena, pelos recorrentes estereótipos a que são associados os indígenas, e principalmente, pelo constante conflito fundiário entre comunidades indígenas e os produtores rurais.

Para aprofundar-me em como a questão indígena é representada, escolhi como fonte histórica e como objeto de pesquisa o jornal *O Progresso*, editado em Dourados e distribuído em cerca de 40 municípios da região (dados fornecidos pelo periódico em 2007). A problemática foram os casos de desnutrição indígena ocorridos na região no ano de 2005. No entanto, não me detive apenas ao material publicado em 2005, recorri a notícias em épocas anteriores, não de forma sistemática, mas àquelas que se mostraram representativas do ponto de vista analítico, que pudessem me dar pistas de que fatos pretéritos repercutiam em eventos considerados atuais.

Pesquisei nos arquivos de jornais do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e dos recortes de jornais sobre a questão indígena do Centro de Documentação *Teko Arandu*, que faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Populações Indígenas (NEPPI) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande.

Utilizo a denominação Guarani, Kaiowá e Terena para designar os três grupos étnicos presentes nas Reservas Indígenas da região de Dourados. A escolha das denominações baseia-se na forma como os indígenas se auto-denominam atualmente.

Quaisquer textos, sejam eles impressos, fotográficos ou audiovisuais, são representações sociais, ou seja, “(...) variedades de sentido reveladas através da pesquisa qualitativa” (Bauer, 2002, p. 511). O sujeito histórico atribui significação às representações por ele construídas de acordo com seu repertório, que nada mais é do que o conjunto de representações armazenadas em sua memória e que constituem a totalidade de sua experiência.

Tais representações são oriundas da família, da escola, e, mais contemporaneamente, dos meios de comunicação de massa, que adquiriram grande poder no decorrer do século XX no processo de moldar a percepção de mundo de seu público, influenciando opiniões e comportamentos, como atesta o poder da publicidade, tida como “arte oficial do capitalismo” (HARVEY, 2003).

A decisão de analisar o material jornalístico impresso originou-se a partir da observação de que as pessoas que lêem jornais o fazem por motivações específicas, como melhorar sua condição de vida, distrair-se, reforçar suas convicções políticas, adquirir status de “pessoa bem informada”. O hábito da leitura de jornais tem um ritual diferente daquele apresentado por outras mídias, como o rádio, a televisão, o livro ou o cinema. Cada suporte de informação condiciona de certa forma a fruição da mensagem recebida pelo receptor, como demonstrou McLuhan (1969).

Parti do pressuposto de que os jornais diários, apesar de terem sua influência relativizada com a popularização da internet, ainda são poderosos instrumentos na formação da consciência coletiva. O discurso jornalístico tem determinadas

peculiaridades que o distinguem de outros domínios linguísticos, como o jurídico, o legislativo e o executivo. Por dirigir-se a um público plural, deve adequar-se às características destes leitores para atingir seus objetivos, que atendem interesses de uma multiplicidade de atores sociais: do repórter que apurou a notícia, do dirigente da empresa, das fontes entrevistadas, dos anunciantes e, finalmente, dos leitores.

O jornalismo, nos dias atuais, é uma indústria, como bem ressaltam Cremilda Medina, ao chamar a notícia de “um produto à venda” (1988) e Ciro Marcondes Filho, que em “A Saga dos Cães Perdidos” (2000) mostra como o sensacionalismo se tornou um requisito de sobrevivência da imprensa, em decorrência do advento da revolução industrial.

As matérias jornalísticas são estruturalmente superficiais, porque o repórter, ao escrevê-las, tem de ter em mente que elas se dirigem, em geral, a atarefados leitores, que não contam com muito tempo para se pôr a par do que acontece no mundo em que vivem. Principalmente os editores preocupam-se em transmitir a idéia geral da reportagem nos elementos textuais mais impactantes, que são o título, subtítulo, a legenda, a foto e o *lead*.

O *lead* é utilizado no jornalismo brasileiro desde 1951 (ABREU, 2002) e consiste em colocar as informações essenciais (o quê, quando, onde, como e por quê) logo no primeiro parágrafo do texto, dispensando o leitor de prosseguir na leitura do resto da matéria, caso só queira ter uma idéia geral do fato noticiado. Assim, para classificar o texto em determinado tema, recorri aos elementos textuais citados, importantes evidências da intencionalidade de seus autores. Para avaliar o conteúdo do material jornalístico, procurei identificar os seguintes elementos:

- página, caderno e tamanho (número de parágrafos): a fim de verificar proeminência do assunto

- Tema (Violência / Terra / Desnutrição / Variedades/ : para que pudesse estabelecer relação com divisão dos sub capítulos

- Gênero jornalístico (reportagens, notas, editoriais, charges, releases, carta de leitores, enquetes ou artigos): para identificar a posição da direção do jornal nos editoriais e charges, além de perceber quais eram matérias induzidas.

- Título / Sub-título: abordagem principal;
- Foto / Autor/ Cena: qual a ênfase do assunto, se predominam fotos de arquivo, se predomina o mesmo autor de fotos sobre indígenas;
- Local / Grupo Étnico: campo importante para compreender a situação em que a notícia foi produzida;
- Síntese: resumo e pontos interessantes encontrados nos materiais jornalísticos.

O objetivo dessa categorização foi perceber quais abordagens são mais frequentes e quais são as imagens mais constantes quando o assunto é a questão indígena, tema recorrente nos jornais de Mato Grosso do Sul. A ocupação dessa região por não-índios é caracterizada pela formação de latifúndios para agricultura e pecuária, o que propiciou a formação de uma classe ruralista fortemente articulada com a política local. Esse padrão de ocupação de grandes faixas de terras remete ao século XIX, quando frentes não indígenas ocuparam a região de forma intensiva. Isso ocorreu com o arrendamento de grandes áreas para a Companhia Matte Larangeiras. Apesar de não ter a posse da terra, a empresa imprimiu, na região, um sistema de uso de largas faixas de terras, sempre articulada com o poder público. Além disso, introduziu uma relação colonial de trabalho entre os indígenas.

Foi essa intensidade entre as relações sociais que me levou a estudar esse tema de forma sistemática e científica na imprensa atual. Sempre percebi o quanto a imprensa regional refletia essa tensão, através das matérias sobre os movimentos sociais de forma geral. Nas páginas dos jornais de Mato Grosso do Sul, as notícias sobre a questão indígena dividem espaço com fatos relacionados ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra e dos quilombolas, os “grupos de minoria sociológica (certamente não demográfica)” (NOVAES, 1993, p. 22). O tratamento dispensado aos temas relacionado a esses grupos também é semelhante em vários aspectos: críticas às ações emergenciais, falta de contextualização, parcialidade nas informações, dentre outros.



Figura 1 – A questão indígena é e as ações do MST dividem a capa do jornal

A capa do jornal acima (O Progresso 21 set, 1999) pode ser considerada um exemplo de que as questões indígenas dividem o espaço nos jornais com notícias sobre outros movimentos sociais, como o MST – Movimento Sem-Terra. A foto sobre a reivindicação dos indígenas está logo abaixo da manchete sobre o MST. Nas duas, predomina o tom sensacionalista, pois os movimentos são relacionados a atos criminosos: o saque realizado pelo MST e a abertura de inquérito policial para apurar a solicitação dos indígenas para sepultar uma indígena no local de sua morte, conforme a tradição guarani². O impasse ocorre porque as mortes ocorreram nos limites de uma fazenda de propriedade privada.

² A grafia utilizada para nomes dos povos indígenas segue as normas da Convenção sobre grafia dos nomes das populações indígenas, aprovada na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia em 1953: nomes dos povos com maiúscula no singular, e minúscula nas formas adjetivas, usa-se k, y, e w ao invés de c e q. No texto jornalístico, os nomes são utilizados de forma aportuguesada, conforme orientação dos Manuais de Redação dos grandes jornais, por isso nas citações diretas utilizadas nesse trabalho aparecerá a forma aportuguesada.

Ao retomar os estudos, visualizei a oportunidade de fazer uma análise das representações das “minorias sociológicas” na mídia local, já que me formei em Jornalismo. Isso ocorreu no momento em que a questão da desnutrição indígena obteve repercussão nacional, em 2005. Apesar da recorrência do assunto nos jornais, havia a ausência de argumentos que possibilitassem a compreensão do porquê esses fatos estavam ocorrendo. Tarefa que requeria um esforço não só do estudo da história indígena, mas também do contexto em que as notícias eram produzidas. Neste sentido, é interessante observar alguns aspectos da atualidade que dizem respeito aos indígenas, à política vigente e ao cenário econômico.

O período analisado abarca uma fase do movimento indígena em que as demandas dessa população extrapolam o direito à terra, principal mote das reivindicações na década de 1980. Após a aprovação da constituição de 1988, que foi um marco por reconhecer os direitos indígenas em relação ao seu território e cultura, as aspirações do movimento indígena referem-se também à saúde, à educação e à infra-estrutura. Isso estampa uma nova configuração ao movimento, que além de requerer a retomada de territórios, solicita ações diretas do poder público relativas ao bem estar da população indígena, a sua sustentabilidade. Exemplo disso é a criação do Movimento de Professores Guarani Kaiowá na década de 1980, na região de Dourados. Dávalos (2005, p. 20) cita as reformas constitucionais em alguns países latino-americanos e o Convênio 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho como importantes eventos para a compreensão do contexto vivenciado pelos indígenas.

Em 2000, ano bastante próximo do período a que me detenho, há as comemorações dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”. O evento foi questionado pelo movimento indígena por seu caráter eurocêntrico, por não reconhecer a participação indígena na formação do Brasil antes da chegada do europeu, mas paradoxalmente, remetia à figura do indígena, mais especificamente ao encontro entre portugueses e indígenas.

Em 2003, há a transição da presidência da República: Fernando Henrique Cardoso, do Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB), deixa o cargo após dois mandatos consecutivos para Luis Inácio Lula da Silva do PT. Nesse período, os movimentos políticos de extrema esquerda se fortalecem, devido às crises

financeiras em diversos países, como na Argentina, que declarou moratória das suas dívidas com FMI e sofre recessão econômica no início de 1999. A consolidação das políticas neoliberais causou fissuras sociais que polarizavam a sociedade. “*Esa eclosión del movimiento indígena latinoamericano se sitúa en un contexto en el que en la región se consolidan políticas neoliberales de ajuste macroeconómico y de reforma estructural, un proceso que genera graves fracturas sociales (...)*” (DÁVALOS, 2005, p. 17).

As bolsas de valores da Ásia registram quedas. Na América Latina, líderes de esquerda se tornam presidentes, num movimento de contestação que teve início com a vitória de Lula nas eleições de 2002, depois de várias candidaturas sem sucesso.

As tensões não se restringem ao nível global, no estado de Mato Grosso do Sul, o governo pela primeira vez é ocupado por um representante do PT, que sofre forte resistência da bancada ruralista e da direita. José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, fica dois mandatos consecutivos no poder, entre 1998 e 2006. No município de Dourados, o representante do PTT, Laerte Tetila é eleito prefeito em 2000 e permanece no cargo até 2008. É nesse contexto, em que há representatividade do Partido dos Trabalhadores na esfera nacional, estadual e global que os casos de desnutrição infantil indígena ganham repercussão.

O objetivo desse estudo não é verificar se há relação entre o cenário político, mas sim mostrar que a representação dos indígenas na imprensa permite entender a atuação de um grupo de pessoas ou até mesmo da sociedade em relação ao Outro. A análise dos periódicos é um método que evidencia como a sociedade envolvente compreende o indígena, como se dá esse contato e dependendo do contexto em que essa representação é evocada há variações do tom predominante, da maneira como o indígena é representado.

Arruda (2001) afirma que as lutas indígenas, atualmente, são travadas em campos simbólicos hegemonicamente definidos. A imprensa escrita pode ser considerada como um desses campos e por isso merece ser analisada.

Essa hegemonia tem implicado num processo de “apagamento das especificidades tribais e de seu “encaixe” em estereótipos produzidos pelos interesses e perspectivas dos agentes que constituem o campo social

indigenista, produzindo sentidos-suporte de perspectivas contraditórias no imaginário nacional, base da legitimação das políticas sociais, entre elas a indígena. Isto é, as lutas em torno da questão indígena processam-se tendo como eixo simbólico uma disputa pela legitimação de uma imagem do “índio”, que sirva melhor de argumento à luta de posições entre os componentes desse campo. Nesse âmbito, ocorre uma permanente reelaboração de sua imagem como *objeto-pretexto* de variados interesses e perspectivas, que espelham as contradições e os grupos em conflito de nossa sociedade (ARRUDA, 2001, p. 47).

O presente estudo traz a análise de como é a imagem do indígena em determinado período em que é propagada a democracia, a liberdade de imprensa e a consolidação dos direitos humanos. A questão é até que ponto esses elementos garantem uma representação imparcial dos fatos na imprensa de uma cidade do interior do Brasil, onde as comunidades indígenas estão a menos de cinco quilômetros do centro urbano e o local de muitos conflitos por terra.

Na historiografia, as bases para que os estudos utilizem a imprensa enquanto fonte histórica remetem à década de 70. Nesse período, há a difusão dos meios de comunicação de massa e a sociedade passa a demandar respostas para a situação em que vive. As transformações que a disciplina sofreu a partir da década de 30 culminam com a adoção de novos métodos e novas fontes e os estudos passam a se debruçar sobre a produção dos meios de comunicação.

A imprensa passa a ser uma ferramenta de acesso às tensões sociais da sociedade. Na questão indígena, o discurso da imprensa tem balizado as representações que a sociedade nacional tem do indígena. E isso tem uma série de implicações, porque as ações políticas e sociais voltadas para as comunidades indígenas resultam dessas concepções, as atitudes das pessoas estão relacionadas com a noção que têm dos indígenas e que perpassa pelo que é veiculado na imprensa.

O ideário sobre o indígena não pode ser creditado somente ao discurso da imprensa, há uma série de concepções que remetem, desde a Grécia Antiga, ao conceito do selvagem, e que ainda hoje encontram lugar no imaginário da sociedade. Por isso que no primeiro capítulo procuro fazer uma discussão sobre a construção do pensamento sobre o indígena. Em geral, são recorrentes duas vertentes: a que relaciona o indígena com o bárbaro ou selvagem e a visão romantizada, do índio frágil, que necessita da assistência do Estado. Essas concepções são antigas, estão

presentes tanto nas crônicas do descobrimento como na imprensa atual. Recentemente, com a ascensão dos movimentos sociais nos últimos 40 anos, o índio tem sido retratado também como ator político.

Se hoje há estereótipos sobre o indígena, é porque no passado, quando da chegada dos europeus à América, por exemplo, essas idéias foram fortemente difundidas, não apenas no nível informal, mas também pelos intelectuais da época e até pela academia. No primeiro capítulo também justifico a escolha do tempo presente para um estudo histórico e da imprensa enquanto fonte para essa pesquisa, trata-se de uma breve revisão teórica que irá balizar a análise do material jornalístico.

No segundo capítulo, para me contrapor ao caráter factual dos meios de comunicação, relaciono fatos noticiados na atualidade, referentes aos indígenas, com os eventos históricos pretéritos, que auxiliam na compreensão dos conflitos e atos que estão sendo noticiados. Apresento, dessa maneira, um pequeno resumo do processo histórico dos indígenas que vivem na região sul de Mato Grosso do Sul. Apesar de já ter sido tema principal de outros trabalhos, a história indígena local é necessária nessa dissertação para contextualizar os motivos que culminaram com a atual situação das comunidades indígenas. Faço uma síntese e uma relação entre a História e os fatos noticiados no período analisado. Nesta etapa do trabalho já é possível verificar as representações mais freqüentes do indígena nos jornais.

No último capítulo discorrerei sobre as representações mais recorrentes do indígena no discurso jornalístico, quais os aspectos predominam quando o assunto é a desnutrição infantil e a questão fundiária, temas com maior incidência no período analisado. Nesta etapa do trabalho, procuro verificar se os indígenas são ouvidos e de que maneira seus argumentos estão dispostos nas notícias. Procurei identificar as entrelinhas dos discursos, sempre com a preocupação de como o conteúdo noticioso pode influenciar na opinião do público.

1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 Imprensa enquanto fonte histórica

A imprensa pode ser uma importante ferramenta para a compreensão da sociedade, em função do largo alcance e de sua influência na maneira como as pessoas apreendem a realidade e dão sentido para os fatos. Na historiografia, os estudos que utilizam a produção midiática como fonte histórica são considerados recentes, assim como outros métodos que foram adotados para responder as demandas sociais que transformaram a disciplina a partir da década de 70. A *terceira geração dos Annales* propunha “novos objetos, problemas e abordagens” com a publicação da coletânea com esse nome, na França, por Jaques Le Goff e Pierre Nora (1974). Obra considerada por muitos autores como marco dos estudos da Nova História, por propor novos temas para a História, e conseqüentemente, novos métodos (BURKE, 1992, CHAVEAU, TÉTART, 1999, PINSKY, 2005).

Os estudos que utilizam a imprensa e o tempo presente podem ser considerados recentes na História. Ao percorrer autores que tratam sobre esses temas é comum verificar a indagação: Por que até então estas temáticas não eram utilizadas pelos historiadores? (CHAVEAU, TÉTART, 1999; FERREIRA, 2002).

Apóio-me na hipótese que remete à profissionalização da História enquanto disciplina e que leva às discussões a respeito da objetividade e cientificidade do fazer histórico.

A História passou a ter o status de atividade acadêmica no final do século XIX. Até então, a pesquisa histórica “estava sob controle de eruditos tradicionais, hostis à República e também não havia um ensino especializado de história. A ausência de formação para a pesquisa histórica explica a grande heterogeneidade de normas para a sua prática” (GERARD, 1990 apud FERREIRA, p. 314). A aspiração por colocá-la no mesmo patamar das demais ciências, com critérios objetivos como ocorre nas ciências naturais, levou à adoção de certos paradigmas, hoje chamados de paradigmas tradicionais da História, utilizados pelo historiador Leopold Van Ranke e que se assemelham à idéia de senso-comum que se tem da História (BURKE, 1992), em que esta disciplina se refere aos fatos ocorridos no passado, relacionados à política, em que grandes personagens realizaram grandes feitos e a narrativa desses acontecimentos se baseia em documentos tidos como oficiais.

Para tornar a História científica, foram adotados certos métodos e posições em relação a quais objetos poderiam ser considerados documentos. A ênfase na política e nos registros oficiais, como defende Ranke em sua “exposição das limitações das fontes narrativas – vamos chamá-las de crônicas” (BURKE, 1992) - levou à adoção de documentos que tivessem sido arquivados e, portanto, a fatos que tivessem um distanciamento no tempo. Para Ferreira, “a explicação para essa situação deve-se ao fato de que o período recente não exigia uma farta cultura clássica, nem o controle dos procedimentos eruditos do método histórico. Os que se interessavam pelo contemporâneo na verdade concebiam a pesquisa histórica como um meio de ação política” (2002, p. 316).

A noção de que o historiador deveria ter uma visão objetiva dos fatos levou à negação de determinadas fontes, como a imprensa, que não poderia servir à História por ter uma alta carga de subjetividade na maneira como narrava os acontecimentos. Deixando de lado essas fontes, o historiador alcançaria a objetividade dos fatos históricos.

Essa maneira de pensar a história em geral, e o contemporâneo em particular, foi alvo de intensos debates na virada do século entre historiadores e sociólogos (Reberioux, 1992). Os sociólogos ligados a Durkheim, em particular Simiand, fizeram pesadas críticas a Seignobos e ao método de pesquisa por ele concebido para garantir a objetividade. Na sua visão, o recuo no tempo não garantia a objetividade da história, pois todo historiador é tributário da sua época. Os sucessores de Seignobos tentaram mostrar que era possível usar o método histórico para o estudo da época contemporânea. Essas iniciativas dos historiadores profissionais pretendiam retirar a história recente das mãos dos historiadores amadores, mas a desconfiança sobre o tempo recente permaneceu. Depois de ter desfrutado de amplo prestígio, a concepção de história baseada nos pressupostos da *méthode historique* formulados pelos historiadores na segunda metade do século XIX entrou em processo de declínio (FERREIRA, 1992, p.317).

Não se pode deixar de tributar o papel que a *Escola dos Annales* teve nessa discussão ao questionar os paradigmas da História tradicional a partir de 1929, quando Lucien Febvre e Mark Bloch lançaram a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. A partir de então, a historiografia sofreu influências de outras disciplinas e a História passou a enfatizar as questões sociais, o contexto e a estrutura, as pessoas comuns e a maneira como entendem o mundo, questões até então esquecidas. Um dos paradigmas que cabe aqui destacar é o caráter de objetividade que as fontes teriam de ter.

Mesmo com aportes de outras disciplinas, os estudos que privilegiavam os curtos recuos temporais e a produção dos meios de comunicação como fontes ainda eram inexistentes. Os pesquisadores da Nova História debruçavam-se sobre a Idade Média e o período Moderno, recortes em que era possível estudar a longa duração dos fenômenos. Apesar das discussões sobre os temas, na década 70, os estudos eram ainda tímidos, quando Jaques Le Goff e Pierre Nora lançaram *História: Novos Problemas*.

A emergência dos estudos das mentalidades coletivas, da chamada História cultural, na década de 60, também pode ser considerada como uma das bases para as questões da História do Presente. Seu interesse pelas práticas cotidianas, pela cultura popular, pelo informal “apresenta caminhos alternativos para a investigação histórica” (VAINFAS, 1997, p. 148), do que resulta uma série de desdobramentos, dentre eles podemos destacar o estudo do político que levou à História do Presente, à ampliação da noção de documento e à utilização da imprensa enquanto fonte, dentre outros métodos, como a História Oral.

“Num movimento que não se pode dissociar dos ‘retornos’” (CHAVEAU, TÉTART, 1999, p. 13), o político volta a atrair a atenção dos historiadores e se constitui como o principal alicerce para as questões do presente. E aqui é preciso entender o político além da conotação do senso-comum que o relaciona com o partidário, mas sim na que se refere a toda existência social.

No pós-guerra, “as análises imediatas da imprensa” realizadas por universitários e intelectuais (CHAVEAU, TÉTART, 1999, p. 13) e a difusão progressiva dos meios de comunicação de massa levaram a academia a se interessar pelos dois temas em questão. Para Chaveau e Tetart (1999), a demanda social e o impacto das gerações foram os impulsionadores da História do Presente:

Pela intensidade dos engajamentos inerentes à situação de precariedade política, diplomática e militar, pela elevação do nível de estudo, o período se prestava, pois, ao desenvolvimento de uma literatura cujo papel devia ser o de esclarecer a nação sobre a instabilidade governamental, sobre as guerras, sobre a descolonização, sobre as tensões internacionais. Mas esta afirmação é igualmente inseparável dos progressos audiovisuais, da aceleração da comunicação, do vigor da edição. Enfim, esse período é também o de uma dupla confirmação editorial e universitária: a da ciência política e da sociologia que reclamam, ambas, uma maior capacidade de análise do presente (CHAVEAU, TÉTART, p. 22, 1999).

Todos esses fatores conjugados formam as bases para que a imprensa seja utilizada enquanto fonte histórica e seja considerada um meio de acesso a muitas das reivindicações sociais, crises políticas, cotidiano e outras pistas sobre os sujeitos e a sociedade em determinado tempo. Conforme aponta Luca, a partir da década de 70, trabalhos acadêmicos passam a se valer das informações veiculadas na imprensa e é nesse contexto que o historiador Nelson Werneck Sodré publica *História da Imprensa no Brasil*.

Este cenário propicia aos estudos historiográficos a adoção de métodos interdisciplinares para inquirir sobre as indagações sociais. A pergunta que acompanha os estudos sobre a história do presente, ou imediata, é a de se é possível creditar cientificidade a pesquisas escritas no calor do momento, como é o caso do trabalho que eu proponho.

Mesmo sendo testemunha dos fatos, creio que o rigor e a adoção de métodos científicos se configurem como uma negativa à indagação acima na medida em que o pesquisador tenha a habilidade de “pôr a História em perspectiva depois de ter retirado desta os aspectos factuais que são apenas a sua trama” (CHAVEAU, TÉTART, p. 27, 1999), ou seja, é a capacidade de analisar o contexto em que o fato histórico ocorre, de levar em consideração como esse fato se relaciona com a realidade das pessoas e como a sociedade o percebe, ou seja, a sua conjuntura.

O acesso a essas informações deve se pautar pelo que Ginzburg chama de “paradigma conjectural”, que deve nortear a prática do historiador e que Chalhoub cita na introdução de “Visões da Liberdade”:

[...] criação de um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade, são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significado sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos (CHALHOUB, 1990, p.17).

Levando-se em conta a conjuntura, não se perderia o caráter diacrônico dos estudos históricos, sua horizontalidade, em detrimento da visão geralmente sincrônica do jornalismo, que apesar de sua verticalidade, mantém uma proximidade muito grande com a história imediata, tanto que Chaveau & Tétart os consideram como um “gênero híbrido” (CHAVEAU, TÉTART, 1999, p. 13).

Se adotarmos uma perspectiva que leve em conta o contexto de produção das notícias, a imprensa pode ser um documento valioso na produção historiográfica, pois a partir de sua análise é possível perceber as fontes em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos (NAPOLITANO, 2005).

A imprensa tem um valor cada vez mais recorrente enquanto fonte histórica por ser uma forma de representação da realidade. Apóio-me no conceito de Chartier, que considera que “[...] não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e afrontadas pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo” (2002, p. 69).

O estudo das representações passou a ter grande destaque na moderna historiografia, que dialoga com outras disciplinas na medida em que se propõe a estudar novos objetos, como é o caso da imprensa. Nessa perspectiva, o documento tem a função de revelar quais mecanismos são utilizados para representar a realidade, superando a idéia de que a fonte deve ser fiel à realidade. Assim, os periódicos devem ser considerados como importantes fontes históricas. O levantamento dos significados do discurso sobre a questão indígena nos jornais revela como a sociedade atual constrói seus conceitos acerca desse tema, o que influencia na tomada de decisões políticas e sociais voltadas para as comunidades indígenas, localizadas, em geral, em áreas de conflitos de terras, como na região de Dourados.

Todo discurso é um conjunto organizado de representações, que Bauer e Aarts (2003, p.57) conceituam como “[...] relações sujeito-objeto particulares, ligadas a um meio social,” enquadrando nesta definição “[...] crenças, atitudes, opiniões, estereótipos, ideologias, cosmovisões, hábitos e práticas (2003, p.57).” Dito de outra forma, o discurso é um encadeamento de representações.

O espaço social nasce da combinação entre as representações e os sujeitos dispostos nos diversos estratos da sociedade, ocupando variadas funções. A maneira como o indivíduo produz e reproduz o mundo é determinada pela visão que o indivíduo tem deste mundo.

Assim, o discurso jornalístico pode ser considerado como um mediador da realidade, devendo ser levado em consideração na sua análise seu contexto de produção, e principalmente, sua finalidade:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, PRADO, p. 19, 1980).

O conteúdo que compõe a linguagem jornalística pode revelar as representações simbólicas que o material traz e que são repassadas para o público. Uma análise científica desse material pode demonstrar quais são os conceitos mais recorrentes e porque são tão freqüentes na imprensa, conforme verifiquei na questão indígena,

1.2 Índios nas páginas do jornal

No imaginário coletivo nacional, a noção de indígena está relacionada com a idéia de selvagem, silvícola, que vive na floresta, de maneira rudimentar, ou seja, que não utiliza ferramentas e vive de maneira nômade (OLIVEIRA, 1999). A partir dessa idéia surgem duas outras concepções recorrentes: uma é a visão romântica e outra é a do selvagem ou bárbaro. Atualmente, em decorrência da trajetória dos movimentos sociais e da redemocratização da política, surge uma terceira perspectiva, a do índio enquanto sujeito histórico (LUCIANO, 2006, p. 35, 36).

Esta pesquisa se detém nas matérias jornalísticas da região sul de Mato Grosso do Sul, por ser um local representativo, com comunidades indígenas próximas às cidades, com forte contato interétnico entre índios e não-índios. Por conta dessa relação de proximidade, há uma série de visões discriminatórias que circundam os conceitos mencionados acima. Pretendo verificar qual a constância de cada um deles no discurso dos jornais, se predomina: a visão romântica, a do bárbaro ou do ator político. Também pretendo verificar de que maneira isso aparece, se está intrínseco ou não, se está nas declarações das fontes jornalísticas, por

exemplo. Para perceber a presença das três perspectivas sobre o indígena nos jornais, é importante discorrer sobre o contexto histórico que conduziu e propiciou essas concepções.

1.2.1 Selvagens na atualidade

Freqüentemente, a maneira como o senso-comum concebe o selvagem reaparece nas declarações, artigos, charges e até em matérias jornalísticas publicadas nos jornais sobre os indígenas, como demonstram alguns exemplos a seguir. Para compreender essa postura, é preciso discorrer, brevemente, sobre a construção do pensamento sobre o indígena e o quanto isto está relacionado à concepção do selvagem.

A instauração de espaços de diferença entre os indivíduos é o principal ponto para discutir a idéia de selvagem. A delimitação das diferenças contribui para compreender a idéia do Outro, que seria a sociedade diferente do indivíduo. Essa idéia parte do pressuposto de que a relação entre os indivíduos norteia a construção da identidade, que por sua vez se configura como um processo histórico em que o Outro é peça fundamental.

Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o outro em relação a mim. Ou então como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os “normais”. Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chegamos a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie (TODOROV, 1993, p. 3).

Conforme o contexto histórico, a figura do Outro pode ser atribuída a um grupo semelhante ao indivíduo ou a seres com características distintas. A identidade do indivíduo institui-se a partir da diferença ou da identificação com o Outro. O selvagem, ao longo da História, é uma personificação desse conceito do Outro. Para entender melhor a relação entre o selvagem e o indígena no imaginário coletivo é preciso recorrer às maneiras como se tem lidado com o Outro em diferentes tempos.

Na Grécia antiga, a *polis*, a cidade, era o elemento que determinava a noção de civilização e que se opunha ao *agrios*, o espaço simbólico silvestre/selvagem:

Para boa parte do pensamento grego, uma dicotomia fundamental era aquela que opunha o cosmos – a vida de acordo com leis, na cidade – ao caos, à vida sem leis, no campo. Os que viviam fora da cidade eram ou deuses ou animais, segundo Aristóteles. Só era civilizado o homem que vivia na cidade, realizando a plenitude de sua humanidade [...] (Wortmann, p. 3, 1997).

Os seres místicos eram as representações do homem selvagem, eram aqueles que viviam além da fronteira do espaço civilizado: “[...] para melhor expressar a noção de civilização o pensamento grego primeiro criou o selvagem; mais tarde o projetou sobre o bárbaro (WOORTMAN, 1997. p. 6)”. O bárbaro poderia ser tanto o cruel ou aquele que não falasse grego. O fato é que assim como o selvagem, era a oposição à civilização e por isso as duas figuras – selvagem e bárbaro – se combinavam no imaginário coletivo dos gregos (WOORTMAN, 1997).

Já na Idade Média, os seres fantásticos deram lugar aos diferentes povos não cristãos, já que imperava a explicação divina para dar conta do Outro e das demais indagações humanas. Nessa época já se verificava a tendência de homogeneizar diferentes povos, de fossilizá-los no tempo, como se não sofressem mudanças. Woortman, ao se referir à obra *História Naturallis* de Plínio, considerada, até a Idade Moderna, fundamental para o saber científico, afirmou: “[...] nessa época já se transferia com relativa facilidade as peculiaridades de um povo para outro” (Woortmann, p. 28, 1997). Essas características são notáveis ainda nos dias atuais, já que em geral as pessoas tendem a desconsiderar as diferentes etnias indígenas, suas especificidades e a não aceitarem as mudanças e transformações no modo de vida indígena.

1.2.2 Selvagens no “Novo Mundo”

As dificuldades quanto à identidade indígena não são exclusivas da atualidade. Essa questão permeou os discursos desde a chegada do europeu à América: a noção de selvagem, utilizada na Europa para os bárbaros, foi transferida

e projetada para os habitantes do chamado Novo Mundo (WOORTMAN, 1997; TODOROV, 1993).

Gambini (2002) faz uma interessante discussão para compreender o papel da projeção no contato entre jesuítas e indígenas. Tal perspectiva é bastante elucidativa para a questão da projeção do selvagem para diferentes povos. O autor utiliza o conceito de Jung, em que a projeção seria o conteúdo inconsciente pertencente a um sujeito (indivíduo ou grupo) que aparece como se pertencesse a outro indivíduo, grupo ou o que quer que seja. “Tudo que é inconsciente em nós mesmos descobrimos no vizinho” (JUNG apud GAMBINI, p. 28, 2002).

Emoções difíceis e aspectos considerados inaceitáveis da personalidade podem ser transferidos para uma pessoa, grupo ou objeto externo ao sujeito. A projeção é um ato involuntário, já que está ancorada no inconsciente. “A transferência em si nada mais é do que uma projeção de conteúdos inconscientes” (JUNG, 1980). Jung interpreta o inconsciente como dinâmico, não apenas como um repositório de experiências:

O inconsciente pessoal contém lembranças perdidas, reprimidas (propositalmente esquecidas), evocações dolorosas, percepções que, por assim dizer, não ultrapassaram o limiar da consciência (subliminais), isto é, percepções dos sentidos que por falta de intensidade não atingiram a consciência e conteúdos que ainda não amadureceram para a consciência (JUNG, 1980, p. 59, 60).

A relação com o Outro, que em geral é permeada de desconhecimento, é uma das melhores ocasiões para que o inconsciente opere através da projeção, como ocorre com o conceito de selvagem. A partir do “encontro mais surpreendente da nossa História” (Todorov, 1993), entre europeus e ameríndios, o conceito de selvagem foi projetado para os habitantes do “Novo Mundo”.

Esse encontro se deu em um contexto em que se descortinavam as idéias renascentistas, de “audácias intelectuais”, mas ainda imperava o pensamento medieval, no qual predomina a explicação divina para os acontecimentos, ou seja, a justificativa providencial, remanescente da Idade Média, ainda prevalecia. A visão teocêntrica difundida pelo cristianismo durante a época medieval continuou produzindo efeitos.

Para Woortmann, “o cristianismo trouxe consigo certas idéias centrais que iriam moldar o pensamento europeu”. De forma resumida, seriam elas: a idéia de uma única Criação e a noção de que o homem era “instrumento da Providência”, ou seja, “suas realizações, seus progressos, são realizações da Divina Providência”, são ações externas à natureza humana (Woortmann 1997, p. 17). Essas concepções dificultavam “a compreensão do Outro, o pensamento medieval tampouco favorecia o estudo da alteridade” (Woortmann 1997, p. 14), entendimento fundamental para a relação entre os europeus e os ameríndios.

Woortmann, ao analisar textos de escritores do século XVII, conclui que mesmo dois séculos após o encontro com o ameríndio, ainda se transferia para o povo americano “o estatuto do selvagem medieval” (Woortmann, 2001 apud Woortmann, 2005 p. 68): “[...] mesmo nos séculos XVII e XVIII, ainda era projetado sobre os quatros cantos do mundo um imaginário medieval [...]” (Woortmann, 2005, p. 61).

Para os pensadores da época, a grande indagação era sobre a origem dos ameríndios, inclusive colocando em dúvida a explicação providencial para a origem da humanidade e que fez surgir uma série de justificativas sobre a procedência dos indígenas encontrados na América. Segundo Woortmann (p. 70, 2004), “[...] trata-se de um discurso colonial que legitimava o domínio europeu”.

Dentre as explicações figurava a de que os indígenas, assim como os africanos, seriam descendentes de Cam, o filho maldito de Noé que fora expulso da Arca por caçar do pai ao vê-lo nu. “E nos selvagens em geral reconhece os descendentes de hordas que escaparam do dilúvio, perturbados a ponto de caírem em uma melancolia atônita, incapaz de qualquer progresso [...]” (GERBI, p.61, 1996).

Também relacionavam os povos americanos à Satã, em função da ausência de crença no cristianismo, principalmente através de figuras femininas presentes na literatura e iconografia sobre o Novo Mundo (RAMINELLI, 1996). Discutia-se a hipótese de um meio dilúvio, reforçada por Lutero, em pleno clima científico do século XVI, em que a inundação teria sido rasa e de longa continuação (o que justificaria a natureza pantanosa da América).

Várias dessas teses foram defendidas por iluministas e enciclopedistas, que destacavam a inferioridade dos gentios, a degeneração da natureza, como foi o caso de De Pauw, que repetia até a saturação que a natureza era fraca e corrompida na América (GERBI, p. 58, 1996), ou questionam a falta de um estado organizado, a ausência da produção de alimentos, apesar dos colonizadores terem sobrevivido na América graças ao alimentos fornecidos pelos indígenas. Gerbi cita, dentre tantos, Kant, Hegel, Volney, Byron (1996).

Outro ponto que merece ser abordado dentro das discussões sobre o imaginário eurocêntrico é o dilema sobre a humanidade que permeou o discurso de vários autores e de religiosos, após a chegada do europeu a América. Tanto que a América foi “pensada e dividida como um lugar vazio” (ARRUDA, 2005; LANDER, 2005). Foi necessária uma bula papal decretando a humanidade dos ameríndios, a Bula *Sublimis Deus*.

A decretação de que tinham alma terminou por humanizá-los e para isso era necessário o empreendimento evangelizador e assim, enquadrá-los dentro da hierarquia da Grande Cadeia do Ser. A tese aristotélica, de que seriam escravos os povos naturalmente inferiores, era usada tanto para justificar quanto para defender os americanos da escravidão. Para o teólogo Las Casas, os indígenas eram “débeis”, portanto, não poderiam ser escravizados. Sepúlveda defendia a idéia de que eram lerdos e idiotas e que teriam de ser conduzidos pelos europeus. Para certos autores, como Montesquieu, o clima dos trópicos predisponha os americanos à escravidão (GERBI, 1996).

O conceito do índio débil também o depreciava ao confirmar “a inferioridade e o avassalamento”, pois remetia a idéia de proteção, segundo a qual os índios deveriam estar sob tutela, uma vez que não teriam condições de se defender. Apesar do longo processo histórico, dos contatos interétnicos, essa noção perdura até os dias de hoje, no imaginário coletivo, nas leis que caracterizam o indígena como relativamente incapaz, na visão romântica projetada no índio, sobre a qual discorrerei adiante:

Se a humanidade indígena, tida como inferior, não se definia mais pelo paganismo, passou a se definir pelo atraso, pelo primitivismo, pela selvageria e por adjetivos que se alternam ao sabor das modas intelectuais do ocidente, sem que nunca fosse atribuído o estatuto de humanidade plena às suas especificidades culturais e civilizatórias. É essa abordagem que ainda baliza,

na prática, a questão indígena no Brasil e contextualiza o desafio indígena hoje. Digo ‘na prática’ porque houve avanços no plano do discurso institucional e na legislação, abrindo-se espaços novos para o reconhecimento de sua humanidade plena. Entretanto, ainda vigora um conjunto de fatores que impede o reconhecimento de seus direitos coletivos como sociedades diferenciadas (ARRUDA, p. 82. 2005).

Ao analisar os jornais, é possível verificar essa noção do indígena enquanto selvagem, ser inferior, preguiçoso em vários momentos. Um exemplo é parte de um artigo do ex-deputado federal, Waldir Guerra, sobre como os casos de desnutrição desgastaram a imagem de Dourados: O articulista associa os casos de desnutrição a falta de critérios para distribuição de cargos no governo petista. Em seguida, o autor do texto questiona a distribuição de terras para os indígenas, como se fosse uma medida inócua.

Depois, é preciso encontrar soluções outras que não seja aquela de sempre de (*sic*) de simplesmente dar um pedacinho de terra. Terra para os índios teria que vir junto com floresta, com animais para caçar, peixes para pescar e muito espaço para viverem e cultivarem suas tradições. E isso hoje é pura utopia.

Se já é difícil fazer dar certo um assentamento dos ‘sem-terra’ onde quem quer um pequeno lote se propõe a tirar o seu sustento dele, imagine fazer com que índios que nem tradição têm para isso, consigam sobreviver sozinhos (O PROGRESSO, 28 fev. 2005).

No primeiro parágrafo transcrito, nota-se que a idéia de comunidade indígena é a de uma sociedade que não sofreria transformações sociais. Ou seja, que estaria nos primeiros passos da “evolução”, vivendo de maneira hermética às relações com a sociedade envolvente. No segundo, há, mais uma vez, uma negação do papel e da capacidade do indígena. De acordo com o texto, os indígenas de Dourados não teriam tradição de cultivo de alimentos. Sua base alimentar seria ausente de técnicas elaboradas de cultivo, cozimento, pesca, caça e coleta. Predomina, no imaginário coletivo, a idéia de que a dieta indígena se resume a milho e mandioca.

A redução alimentar indígena é resultado de centenas de anos de contato. Chamorro (2004) e Noeli (1993) salientam esse aspecto, os dois autores se baseiam nos relatos de Ruiz de Montoya, escritos no início do século XVII, sobre as variedades de alimentos cultivados pelos Guarani. Chamorro afirma que o empobrecimento da dieta guarani só pode ser adjudicado à colonização, que não só significou perda de autonomia política e de complexidade social, mas também perda

de variedade alimentar (CHAMORRO, 2004, p. 42,43). Noeli aponta a influência da depopulação e da transferência dos Guarani de suas terras manejadas, para outras com vegetação primária, sem poder transportar suas sementes, mudas, cultura material, etc. (NOELLI, 1993, p. 292).

No texto jornalístico citado, a incapacidade para cultivo traz imbricada a suposição de “primitividade” do indígena, o que impede o “reconhecimento de seus direitos coletivos como sociedades diferenciadas” (ARRUDA, p. 82. 2005). Ilustrativa para tal situação é a frase: “Se já é difícil fazer dar certo um assentamento dos ‘sem-terra’ onde quem quer um pequeno lote se propõe a tirar o seu sustento dele, imagine fazer com que índios que nem tradição têm para isso, consigam sobreviver sozinhos (OP, 28 fev. 2005).”

Não se espera que o periódico retome a história do contato durante o período colonial, mas que considere os principais pontos para entender as transformações provocadas pela redução nas reservas nos últimos anos. Pereira os aponta da seguinte forma: presença do Estado Nacional, introdução da agricultura mecanizada e destruição das florestas e assoreamento dos rios (2004, p. 14). Recentemente, tem-se o assalariamento em usinas de cana-de-açúcar.

1.2.3 Índio enquanto ser natural: a visão romântica

Outra noção bastante comum é a visão romântica do indígena, que o concebe enquanto ser ligado à natureza, inocente, incapaz de interagir com a sociedade envolvente. Essa noção tem relação com a visão evolucionista da história e das culturas, na qual as sociedades indígenas seriam os primeiros estágios nos degraus da evolução. É por esse motivo que, freqüentemente, as pessoas relacionam os indígenas com seres primitivos.

No século XVIII, Rousseau consagra o mito do “bom selvagem”, que serve como crítica aos valores da sociedade civilizada e glorifica os valores da vida, da pureza em seu estado natural. O homem seria bom por natureza, a sociedade civilizada que o corromperia. Rounet (1999) afirma que o mito do “bom selvagem”

existe desde a Antiguidade, mas encontrou o contexto ideal para sua ascensão na época das navegações e dos “descobrimentos”. Woortman salienta a dicotomia selvagem *versus* bom selvagem no pensamento grego:

De outro lado, tanto o “bom selvagem” quanto o bárbaro a ele assimilado serviram para fazer a crítica da cidade decadente pela evocação da Idade de Ouro. O selvagem era como que uma “categoria de pensamento” que servia tanto para uma auto-reflexão como para construir o bárbaro sempre que este se tornasse uma ameaça, projetando sobre ele o elemento bestial interno ao próprio homem civilizado (WOORTMAN, 1997, p. 13).

Atualmente, quando as características de “primitividade” não são encontradas, os membros da sociedade envolvente tendem a considerar que o indígena perdeu a sua identidade, chamando-o de bugre, uma maneira pejorativa, e principalmente, homogeneizadora de (des)qualificá-lo que abre sérios precedentes para as reivindicações indígenas.

Outra concepção recorrente acerca da identidade indígena é a que utiliza os conceitos de raça, cultura e linguagem, postulado empregado nos meios acadêmicos do Brasil até a década de 70, quando o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira começa a incorporar o conceito de etnicidade adotado pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth (1959).

Segundo Barth (1998), ao definirmos os grupos étnicos com base na diferença racial, que leva em conta as informações biológicas; na diferença cultural, em que os grupos étnicos são identificados pelas “características morfológicas das culturas das quais são suportes”; na separação social e nas barreiras lingüísticas, incorremos no erro do isolamento cultural, como se as sociedades fossem estáticas, livres de contato social: “[...] somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo, essencialmente, reagindo a fatores ecológicos locais, ao longo de uma história de adaptação por intervenção e empréstimos seletivos” (BARTH, p. 190, 1998).

Para o autor, os grupos étnicos devem ser identificados com base em sua organização social, através de seu sentimento de pertencimento e de auto-identificação:

Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos

neste sentido organizacional [...] As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores considerarem importantes (BARTH, 1998, p. 194).

Essa definição se faz importante para esse trabalho porque as representações dos indígenas resultam de uma situação de contato interétnico em que a atribuição exterior de identidade cria situações de preconceito. No sul de Mato Grosso do Sul, é comum ouvir indagações sobre a identidade indígena e, conseqüentemente, sobre as ações públicas voltadas para essas comunidades. Como há um forte grau de interação étnica, a dificuldade em conceber o indígena enquanto tal é muito recorrente. As pessoas da sociedade envolvente procuram encontrar traços de primitividade, de raça, cultura e língua para defini-los como indígenas.

Essa visão do índio enquanto ser frágil “tem fundamentado toda a relação tutelar e paternalista entre índios e sociedade nacional, institucionalizada pelas políticas indigenistas do último século, inicialmente por meio do SPI e, atualmente, pela Funai” (LUCIANO, 2006, p. 35). Nos jornais, essa noção está presente em matérias como os editoriais que comento a seguir, textos que expressam abertamente a opinião da direção do veículo e que por isso são representativos de sua ideologia, em que são cobradas ações do órgão responsável pela tutela dos índios: “A Funai peca por omissão e está sendo negligente na missão de proteger os índios, principalmente as crianças e os adolescentes”; “[...] A Funai não está honrando as obrigações de tutora dos povos indígenas” (OP, 22,23 jan. 2005). É preciso considerar que, no início de 2005, a imprensa destacou os casos de desnutrição indígena entre crianças das Reservas da região Sul do Estado, portanto tratava-se de uma situação de crise. O que merece menção é a ênfase na função assistencialista do órgão indigenista e a pouca atenção dispensada à realidade dos indígenas: escassez de terras agriculturáveis e pobreza.

1.2.3 O sujeito índio: a visão enquanto agente histórico

Nos últimos quarenta anos, com a estruturação dos movimentos indígenas e sociais de forma geral, os indígenas passaram a serem vistos como sujeitos, atores

políticos que reivindicam seus direitos na sociedade. Isso decorre do recente processo de redemocratização do país, que culminou com a aprovação da Constituição de 1988, “[...] que abandona as metas e o jargão assimilacionistas e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 17).

Essa nova concepção do indígena enquanto ator político se reflete na imprensa, que deixou de representar o indígena apenas como ser exótico e passou a tratar suas questões como “fatos de importância e interesse nacional” (MATOS, 2001, p. 88), como a repercussão nacional de notícias sobre indígenas da região sul de Mato Grosso do Sul. Os mais ilustrativos são os suicídios dos Guarani, no final da década de 1990 e a desnutrição entre crianças indígenas, em 2005.

A participação política dos movimentos indígenas em diferentes esferas da sociedade nas décadas de 1970 e 1980 se situa em um contexto no qual há uma forte imposição do neoliberalismo, intimamente ligado ao processo de globalização. Ambos tendem a unificar as diferenças culturais, homogeneização que encontra resistência nas especificidades culturais dos grupos étnicos diferenciados, que têm, nos dias atuais, ressurgido com uma forte carga de valorização dessas diferenças.

Os índios passam a usar, na perseguição de objetivos de significação “interna”, toda a influência e prestígio advindos do acesso ou controle de bens e poderes possibilitados pelo apoio dos agentes “externos”. Assim, ao mesmo tempo em que as agências passam a participar do jogo político interno na perseguição do apoio indígena, os índios passam a se utilizar das agências na luta por seus objetivos que são, simultaneamente, representativos de interesses de grupos na luta política interna e do conjunto do povo ante a sociedade nacional (ARRUDA, 2001, p. 57).

O processo de redemocratização vivenciado no Brasil no final das décadas de 1970 e no início de 1980 possibilita que os movimentos sociais se fortaleçam, e com o movimento indígena não foi diferente, principalmente por ter tido destaque na mídia durante o regime de exceção que o Brasil viveu a partir da década de 1960.

É importante salientar a valorização da identidade indígena nesse cenário como um elemento que, somado à multiplicação das organizações não governamentais de apoio aos índios nesse período e à representação do indígena enquanto ator na imprensa, formam as bases para importantes avanços para as comunidades indígenas, tanto na política, com a constituição de 1988, como na academia, com

adoção da perspectiva do indígena como agente histórico, e não de simples vítima do processo.

Essa noção do indígena como agente está relacionada à valorização da identidade indígena que ocorreu a partir da década de 1980. Fenômeno a que Luciano chama de etnogênese ou reetnização.

Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as guerras de preconceitos e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas (LUCIANO, 2006, p. 28).

Não cabe aqui destrinchar o conceito de etnogênese, o objetivo é chamar a atenção para o contexto histórico em que os indígenas passam a interagir com os meios de comunicação e a valorizar a identidade étnica. Conforme afirma Oliveira, a noção de ressurgimento étnico pode induzir à idéia de que não havia a constituição da identidade indígena em períodos anteriores:

Em termos teóricos, a aplicação dessa noção — bem como de outras igualmente singularizantes — a um conjunto de povos e culturas pode acabar substantivando um processo que é histórico, dando a falsa impressão de que, nos outros casos em que não se fala de “etnogênese” ou de “emergência étnica”, o processo de formação de identidades estaria ausente (OLIVEIRA, 1998, p. 62).

O fato é que, a partir da década de 1980, os indígenas tiveram a oportunidade de ter a sua identidade étnica amplamente reconhecida e difundida, o processo de formação de identidade, a que se refere Oliveira (1998), esteve presente na ação indígena, mas encontrou as condições propícias para ser externado com o fortalecimento do movimento indígena, impulsionado pela mobilização indígena em diferentes níveis. Luciano (2006) e Adriana da Silva (2005) destacam a contribuição das organizações civis e da Igreja Católica, através do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), instituído em 1970. Para os autores, essas instituições, além de fomentarem encontros e assembléias que foram fundamentais para a mobilização indígena, assumiram várias funções que antes eram de “obrigação do órgão oficial tutelar” (LUCIANO, 2006, p. 73). Antes da década de 1970, o movimento

indígena era aparelhado pela agências tutelares: o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1911, e a partir de 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai).

A mobilização indígena contemporânea, cujo grande divisor de águas é a aprovação da constituição de 1988 e o abandono do caráter assimilacionista das leis, ampliou a relação dos indígenas com o estado e com a imprensa. Nesse período, a assistência aos indígenas foi descentralizada da Funai e transferida para outras agências, como a saúde, que passou a ser atendida pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 1999.

Os índios passam a usar, na perseguição de objetivos de significação “interna”, toda a influência e prestígio advindos do acesso ou controle de bens e poderes possibilitados pelo apoio dos agentes “externos”. Assim, ao mesmo tempo em que as agências passam a participar do jogo político interno na perseguição do apoio indígena, os índios passam a se utilizar das agências na luta por seus objetivos que são, simultaneamente, representativos na luta política interna e do conjunto do povo ante a sociedade nacional (ARRUDA, 2001. p. 57).

A interação com as agências governamentais possibilita também um intercâmbio maior com outras esferas da sociedade, como a imprensa. “A presença dos movimentos indígenas na política fez com que se redefinisse a participação comunitária e indígena” (DÁVALOS, 2005, P. 14). Dessa maneira, o movimento indígena encontra novos desafios, como o diálogo com diferentes setores governamentais. “Uma vez assegurado o direito indígena à terra na Constituição de 1988, abriu-se espaço para outras preocupações emergirem com maior força reivindicativa, como, por exemplo, a proteção dos territórios e a sustentabilidade socioeconômica dos grupos indígenas na sociedade nacional” (MATOS, 2006, p. 14). As reivindicações dos indígenas, no contexto atual, extrapolam a questão territorial e dizem respeito à saúde, à educação, ao trabalho, à participação política, dentre outras esferas.

Outro dado importante do cenário contemporâneo do movimento indígena é a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 1993, que reconhece o direito de autodeterminação sociocultural e étnica dos povos indígenas.

Na academia, os estudos que retratam o indígena enquanto agente de sua história podem ser considerados recentes. Os marcos dessa tendência estão, no Brasil, em 1992, quando houve as comemorações dos “500 anos do descobrimento” e a publicação do livro organizado por Manuela Carneiro da Cunha, intitulado *História dos Índios do Brasil* (EREMITES DE OLIVEIRA, 2006). Embora haja produções que coloquem o indígena enquanto sujeito anterior a esse período, foi nessa época que esses estudos ganharam maior visibilidade.

Essas pesquisas priorizam as estratégias dos indígenas como atores da história, aqueles que realizaram “trocas, ressignificações que lhes permitiram sobreviver” (CUNHA, 1992, p. 14), evidenciando que eles não são meros coadjuvantes da história.

2 NAS PÁGINAS DE HOJE, VELHOS CONFLITOS

Este capítulo relaciona as notícias publicadas no jornal *O Progresso* com o processo histórico vivenciado pelos grupos étnicos da região de Dourados: Guarani, Kaiowá e Terena. A partir das matérias traça-se um paralelo com os principais acontecimentos que conduziram à atual situação e que são temas das notícias analisadas. Dentre os autores consultados para discorrer sobre o processo histórico dos indígenas destacam-se a produção de Antonio Brand, Renata Lourenço Giroto, Bartomeu Melià, George Grunberg, Friedl Grunberg e Gilberto Azanha. Recorro ainda a autores que discutem a história do Sul de Mato Grosso, como Paulo Roberto Cimó Queiroz, dentre outros.

Em função da valorização das terras da região de Dourados a partir da década de 1950, resultado da política expansionista do governo Getúlio Vargas, os conflitos fundiários estão presentes na relação entre índios e não-índios, assim como o preconceito com os indígenas. Essa tensão é claramente notada na análise do jornal diário, em que as notícias sobre a questão fundiária são constantes, embora o enfoque predominante não seja a má distribuição de terras, mas eventos decorrentes do conflito. De uma amostra de 255 matérias do ano de 1999, cerca de 35% referem-se a temas relacionados à terra, tais como ocupações, reuniões, protestos e reivindicações.

É notória a quantidade de impasses por demarcação de terras nesse mesmo ano: cinco na região de Dourados. Somente no mês de maio, as páginas do jornal *O Progresso* relataram quatro desses casos: a ocupação da Fazenda Brasília do Sul, em Juti, realizada por indígenas da Reserva de Caarapó; a ocupação da Fazenda Paraná (ou Lima Campo para os indígenas), em Ponta Porã, que segundo consta nos jornais foi realizada por indígenas residentes na Reserva de Dourados; a ocupação da Fazenda Fronteira, em Antônio João, por kaiowá que vivem no distrito de Campestre e o impasse envolvendo os indígenas e colonos na região de Panambizinho, no distrito de Panambi, em Dourados.



Figura 2 – Notícia sobre a chegada da equipe da Funai que seria responsável pela identificação de três áreas em litígio na região de Dourados

Essa notícia (O PROGRESSO, 14 Maio 1999) ilustra bem a quantidade de reivindicações das comunidades indígenas, pois relata a chegada da equipe da Funai para realizar o levantamento de três áreas. Difere-se das demais matérias sobre as reivindicações indígenas por enfatizar na janela, elemento gráfico utilizado para orientar a leitura, o clima tranquilo nas três áreas. A foto também reforça essa mensagem, retrata o acampamento e um elemento religioso dos kaiowá: o *mba'e marangatu*, produzido com taquara e que tem a finalidade de proteger as portas de entradas das moradias desse grupo étnico.

A situação indígena apresentada acima não pode ser dissociada do panorama social e do longo processo histórico dos índios Guarani, Kaiowá e Terena. O caso Panambizinho resulta da instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em território indígena, a partir de 1943 (BRAND, 1997, p. 75; GIROTTO, 2007, p. 28). As ocupações noticiadas das demais fazendas ilustram as consequências da transferência de indígenas para as Reservas demarcadas entre 1915 e 1928, a remoção se intensificou com implantação de fazendas de gado na região, a partir da década de 1950 (BRAND, 1997, p. 5, p. 93). Ainda é preciso

levar em conta a atuação da Companhia Matte Larangeiras no Sul de Mato Grosso no final do século XIX até meados do século XX e sua relação com as comunidades indígenas. Esses três fatos serão aqui brevemente abordados na medida em que as notícias remeterem a esses assuntos. Na narrativa, optei por não seguir a ordem cronológica rígida, já que há uma vasta bibliografia sobre a história das comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, e sim citar os fatos históricos quando há relação com o objeto de estudo: as representações indígenas nos jornais de MS.

Assim, é fundamental discorrer sobre os condicionamentos históricos que conduziram aos principais fatos noticiados durante o período analisado. Isto se justifica como um contraponto ao discurso do jornal, que apresenta de forma secundária esses processos históricos. Nas notícias sobre as ocupações mencionadas acima, não é abordado o contexto que as comunidades indígenas citadas vivenciaram.

2.1 Área Indígena no Panambizinho e a CAND

No caso Panambizinho, as notícias frequentemente traziam no final um ou dois parágrafos que explicavam o impasse a partir do momento em que os colonos eram atingidos:

O impasse no distrito de Panambi começou no dia 13 de dezembro de 1995, quando o então ministro da Justiça Nelson Jobim assinou, durante visita a Dourados, uma portaria desapropriando 38 colonos de uma área de 1.180 hectares para assentamento de 265 índios Kaiowás³ (*sic*), da Aldeia Panambizinho que hoje ocupa uma área de 60 hectares.

Os colonos afirmam que não vão sair da área sem uma indenização. O governo já adiantou que vai pagar apenas pelas benfeitorias. Duas perícias feitas na localidade atestam que a área pertence aos índios. Os colonos prometem um confronto, menos deixar a área” (O PROGRESSO, 25 Ago 1999).

Em outra notícia, a mesma abordagem:

As terras foram doadas aos colonos no início da década de 40 pelo então presidente Getúlio Vargas, como projeto de reforma agrária (O PROGRESSO, 26 ago. 1999).

Praticamente todos os textos sobre o caso Panambizinho repetiam os trechos transcritos acima e raras vezes citavam a presença dos indígenas na área no período da demarcação dos lotes da CAND ou o conflito que se gerou logo após a chegada dos primeiros colonos no final da década de 40.

Destoavam das notícias sobre o impasse determinados editoriais, publicados com menor frequência, em que a direção do jornal defendia a tese de que “O direito mais legítimo pertence, obviamente, aos índios, mas os colonos não podem ser retirados de suas terras” (O PROGRESSO, 20 ago, 1999). Há uma única notícia, publicada em *O Progresso* e produzida pela Agência Estado, empresa de atuação em nível nacional que produz e comercializa material jornalístico, na qual evidencia-se a ocupação tradicional indígena das áreas do Panambizinho (O PROGRESSO, 14 set, 1999). Esses dois exemplos chamam a atenção por diferirem da constante linha editorial adotada pelo *O Progresso*, em que o eixo central da história é a retirada dos colonos das terras e não a devolução das terras aos indígenas.

Como mencionado, o caso Panambizinho é ilustrativo para evidenciar o impacto da criação da CAND, em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943). Segundo Queiroz, a instalação da CAND faz parte de uma série de “medidas estadonovistas” que visavam ao enfraquecimento da Companhia Matte Larangeiras, empresa que detinha, desde 1883, a concessão para explorar a erva-mate em uma extensa área no sul de Mato Grosso. Segundo Brand, as primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território Kaiowá e Guarani, a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, ao se instalar na região a Companhia Matte Laranjeira” (2004, p. 139).

Aliam-se a essas medidas a criação do Território Federal de Ponta Porã (Decreto-lei 5.812, de 13 de setembro de 1943), promulgado pouco antes do decreto-lei de criação da CAND e a recusa em renovar o contrato de arrendamento de áreas para a Companhia.

Esse conjunto de iniciativas inserem-se dentro das políticas adotadas pelo governo federal, “englobadas sob o slogan da ‘Marcha para Oeste’, lançado por

Vargas logo no início do Estado Novo” (QUEIROZ, 2004, p. 29). A intenção era defender o domínio brasileiro nas fronteiras através do povoamento dessas regiões pelo que se entendia por “contingentes nacionais”, visto que era constante a presença paraguaia na região em função das atividades ervateiras. Além disso, a Companhia Matte Larangeiras mantinha “fortes vínculos com a economia argentina” (QUEIROZ, 2004, p. 29), sendo este país o principal mercado da empresa.

Outro fator preponderante era a demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas para atender a região Sudoeste, que passava por um processo de industrialização e, conseqüentemente, urbanização. Esse contexto propiciou o desenvolvimento da agricultura no Sul de Mato Grosso e atraiu grandes fluxos populacionais advindos de outras regiões do país, nas quais as terras passavam por um processo de grande valorização.

[...] a política de colonização do Estado Novo apresentava também contornos de uma “contra-reforma agrária” – o que se nota claramente pelo fato de que à CAND foram encaminhados, sobretudo, camponeses pobres do Nordeste. Seja como for, a implantação dessa colônia, que adquire maior efetividade a partir dos fins da década de 40, contribuiu decisivamente no sentido de atrair para a região consideráveis contingentes populacionais. A iniciativa do governo federal foi logo secundada por outras, em todo o SMT (*Sul de Mato Grosso*), por parte do governo estadual, de companhias particulares e até mesmo de governos municipais, e assim, ao longo das décadas de 50 e 60, multiplicam-se no SMT as colônias agrícolas – multiplicando-se, no mesmo passo, a produção agrícola (café, gêneros alimentícios como arroz, feijão e milho, e matérias-primas como algodão e amendoim) (QUEIROZ, 2004, p. 30).

Conclui-se, com base no resumo apresentado acima, que as terras do Sul de Mato Grosso eram percebidas pelos governantes federal, estadual e municipal como espaços vazios e que a população indígena que ali vivia não era considerada, nem ao menos como “contingente nacional”. Negavam-se a economia de subsistência das comunidades indígenas e a relação destas com a terra. Os indígenas eram induzidos a se mudar para as Reservas da região, demarcadas entre 1915 e 1928 pelo SPI. Os indígenas não possuíam os títulos de domínio da área, expedidos pelo governo do Estado e que assegurariam os direitos adquiridos por terceiros dentro da área da Colônia Federal, conforme a lei que estabelecia os limites da Colônia – Lei nº 87 de 20 de julho de 1948 (BRAND, p. 78, 1997).

Todo esse processo é resumido por Brand que, embora se referindo especificamente aos Kaiowá do Panambi e Panambizinho, escreve que “o conflito entre as comunidades indígenas e a CAN foi imediato e total” (BRAND, 1997, p. 75). O mesmo autor escreve ainda:

A implantação da Colônia em área de aldeias kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos índios pela manutenção e recuperação de sua terra. Negavam-se a deixar estas terras, que foram vendidas pelo governo a colonos. Estes, por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos índios, através de ações na justiça, ou através dos meios mais escusos (BRAND, 1997, p. 78).

As comunidades indígenas atingidas pela demarcação da CAND não perderam somente as suas terras. Tal processo teve reflexos na organização social dos Guarani e Kaiowá, que está diretamente ligada ao ambiente onde as comunidades indígenas vivem. O *tekoha* - espaço ocupado por determinada comunidade - exerce função econômica, social e político-religiosa essencial ao Guarani (MELIÁ, 1986, p.105) e aos Kaiowá. Sobre este aspecto discorrerei adiante, mas é importante ressaltar o peso que o ambiente exerce no modo de ser dos Guarani e Kaiowá para evidenciar o quanto foi prejudicial a perda da terra. O termo é frequentemente utilizado pra se referir ao território, mas seu significado extrapola ao aspecto geográfico, diz respeito à rede de relações sociais estabelecidas nesse espaço.

Tanto a importância do *tekoha* quanto o impacto da instalação da CAND não são abordados nas notícias analisadas. O caso Panambizinho mais uma vez é exemplar para tal situação. As menções a CAND referem-se a “um dos projetos de reforma agrária mais bem sucedidos” (O PROGRESSO, 26 jan. 1999). Nesse caso, a ênfase recai na iniciativa do presidente Getúlio Vargas. Além disso, segundo a síntese do periódico, o conflito teria começado apenas em 1995, quando o ministro da Justiça Nelson Jobim assinou a portaria. Nas notícias do início de 1999, era constante se ressaltar o clima harmonioso em que viviam colonos e indígenas: “Hoje, colonos e índios vivem pacificamente na localidade” (O PROGRESSO, 26 fev, 1999). Com o acirramento das discussões, passa-se a enfatizar o clima tenso no local, no final de 1999.

Não cabe indagar sobre a veracidade do fato noticiado, mas sim a forma como esses aspectos tendem a encobrir aproximadamente cinco décadas da relação

conflituosa que se instalou no local desde a criação da CAND. Essa simplificação dos fatos reduz a complexidade da situação noticiada e demonstra o enquadramento voltado ao papel dos colonos e não ao dos indígenas.

Na bibliografia sobre o Panambizinho são apresentados vários episódios que envolvem esse conflito: Brand cita uma carta, de 1946, assinada pelo capitão Henrique ao General Rondon, em que o representante dos indígenas pede para delimitar as terras dos índios (BRAND, 1997, p. 78). O mesmo autor traz um relatório do SPI datado de 1952 em que é apontado o “clima de insegurança” no local (BRAND, p. 83, 1997). Girotto, quando analisou as correspondências do SPI, apontou relatos de “intrigas” entre colonos e indígenas em 1946 e 1947 (p. 88, 2007).

A mesma autora aponta que, durante a década de 90, “assistiu-se à intensificação do conflito” (2007, p. 93) devido ao litígio judicial envolvendo a demarcação das terras. Nos dias atuais, o Panambizinho continua ocupando as notícias na imprensa douradense. As terras foram homologadas e demarcadas em dezembro de 2004, nove anos após a Portaria Ministerial nº 1560 que reconhecia a área como indígena. Os colonos foram indenizados e os indígenas receberam 1260 hectares. No periódico, o caso é frequentemente utilizado pelos produtores rurais para criticar a política de demarcação de terras indígenas devido às diferenças na forma de utilização das terras.

Ilustrativo é o informe que o Sindicato Rural de Dourados publicou para rebater as declarações do prefeito de Dourados, Laerte Tetila. O prefeito sugeriu que os casos de desnutrição entre crianças indígenas, noticiados no início de 2005, estariam relacionados à escassez de terras das comunidades indígenas. Na nota publicada pelo Sindicato consta a seguinte declaração do presidente da entidade:

Ferreira afirmou que o governo federal assentou 60 famílias de índios na região do Panambizinho, “em terras de alta qualidade, de onde produtores rurais produziam grãos por mais de 40 anos, mas até agora não se viu lavouras feitas pelos guaranis-caiuás” (O PROGRESSO, 25 fev. 2005).

A crítica à maneira como os indígenas exploram a terra é uma constante nas matérias jornalísticas, principalmente aquelas referentes ao Panambizinho, uma área que foi ocupada por colonos e retomada pelos indígenas. Vários pontos precisam ser

considerados quando o assunto é a forma de exploração da terra pelos indígenas: as limitações dos solos empobrecidos das Reservas que culminaram com o declínio da atividade agrícola em determinadas Reservas e é preciso levar em conta a diferença entre o padrão de agricultura indígena e não-indígena.

As condições para a atividade agrícola dentro das Reservas são complexas. A superpopulação, a degradação ambiental e o assalariamento em usinas de açúcar são fatores que dificultam a produção agrícola. Isso decorre do processo de perda dos territórios tradicionais e da transferência para áreas demarcadas pelo Estado. Com afirma Brand, esse processo desarticulou a economia tradicional, baseada na agricultura, na coleta, na caça e na pesca. “Impôs-se, progressivamente, o assalariamento, primeiro na colheita da erva-mate, depois nas derrubadas e no trabalho de implantação das fazendas de gado e, por fim, nas usinas de álcool” (BRAND, 1997, p. 263).

Grande parcela da mão-de-obra masculina guarani e kaiowá é absorvida pelo trabalho nas usinas, inclusive dentre os jovens. Como trabalhadores, os homens têm de passar longos períodos fora de casa, em média três meses durante o ciclo de colheita da cana-de-açúcar. Isso desestabiliza muitas famílias e inviabiliza atividades sociais e econômicas tradicionais.

Atualmente, os jovens atribuem um valor diferenciado para a terra. A geração que nasceu no interior das Reservas demarcadas pelo Estado não vivenciou as atividades ligadas à terra como as gerações mais velhas vivenciaram. Os indígenas mais velhos tinham uma relação de sustento com a terra, além de uma forte relação religiosa.

Para o Brand, a aliança entre o assalariamento, o reduzido espaço, o aumento do número de índios que frequentam cursos de ensino superior e ao acesso aos meios de comunicação de massa “são alguns dos fatores que permitem compreender as contradições vivenciadas por essas gerações (...) Talvez esse fato permita compreender a crescente opção dos jovens indígenas pelo assalariamento, seja como professores e agentes de saúde, seja como trabalhadores nas usinas de produção de açúcar e álcool, contribuindo ainda, para a decadência da atividade agrícola nas reservas indígenas” (BRAND, 2004, p. 144, 145).

Essa é uma situação peculiar às reservas indígenas próximas aos centros urbanos, como nas Reservas Jaguapiru e Bororó, em Dourados, MS. A afirmação não deve ser estendida para demais contextos, pois cada Reserva Indígena apresenta suas peculiaridades.

Quando há condições, certas comunidades indígenas têm demonstrado sua capacidade de produção de alimentos, como ocorre em Cerro Marangatu, comunidade Kaiowá que vive em uma área sob disputa judicial em Antônio João. Os peritos Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira apontaram a produção de milho, banana, batata-doce, amendoim, mandioca, algodão, abóbora, urucum, arroz, mamão etc, apesar das dificuldades advindas com o desmatamento, que exige a utilização de equipamentos para preparar a terra (2007, p. 58).

A sociedade envolvente desconhece todo esse processo e a tendência é criticar a postura dos indígenas frente ao trabalho agrícola. Além disso, o padrão de ocupação latifundiário das terras do Sul de Mato Grosso do Sul contrasta com a maneira como os indígenas desenvolvem sua agricultura, voltada para atender as necessidades da família extensa. Os não-indígenas cultivam suas lavouras com vistas ao lucro, ao excedente. Já os indígenas conferem um valor diferenciado à produção agrícola.

No modelo de agricultura tradicional, a ampliação da área de plantio de um fogo doméstico não cumpre a finalidade explícita de aumento da produção com a intenção deliberada de gerar excedentes, como reserva de seguridades frente a uma provável escassez. É fundamentalmente o desejo de manter ou elevar o prestígio social que parece explicar a disparidade entre a dimensão e a produtividade das diversas roças (PEREIRA, 2004, p. 203).

O trecho acima, embora compare a diferença de tamanho entre roças indígenas, evidencia que a atividade agrícola guarani e kaiowá está atrelada a valores de convívio social. “A agricultura fornece o alimento socialmente sancionado porque é resultado do trabalho humano, intermediado por um conjunto de técnicas e orientado por um sistema de valores” (PEREIRA, 2004, p. 201). A forma de ocupação dos espaços guarani e kaiowá também se diferencia daquela praticada pelos produtores rurais não-indígenas. Os guarani, quando dispunham das condições apropriadas, abandonavam certas roças para que se tornassem pontos privilegiados para a caça e a coleta.

A notícia citada demonstra que apesar de demarcada a terra, a comunidade indígena enfrenta ainda dificuldades para ser aceita e que o conflito ainda não acabou. Os indígenas do Panambizinho têm uma conquista muito complexa pela frente: a sua aceitação enquanto grupo étnico diferenciado e portador de direitos sobre o seu território. Neste contexto, a imprensa poderia ser um mecanismo para que se efetivasse diálogo entre índios e não-índios, mas ao adotar posturas como a do trecho acima contribui ainda mais para a intolerância, tão comum quando o assunto refere-se às comunidades indígenas.

2.2 Na terra do boi, a desterritorialização indígena

*“na terra do boi...na terra do boi...
na terra do boi
se quer saber, nem boi eu vi*

*um dia eu vi um só
atravessar a “Afonso Penna”
furioso atrás de um homem velho,
me deu pena
a sorveteria, as mesas e cadeiras
um inferno no obelisco”
(Música de Zé Geral)*

A música do cantor e compositor regional Zé Geral refere-se a uma cena na capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, onde os criadores de gado têm uma forte presença na sociedade através de seus costumes, músicas, estilo de se vestir, entre outros itens bastante perceptíveis para uma pessoa de outra região do país, como no caso desse artista. A letra da música aponta para a pecuária como um fenômeno fortemente presente no cotidiano das pessoas que vivem em Campo Grande. No entanto, a maioria dos moradores não tem contato com a realidade do campo. Tem-se um paradoxo entre a presença da pecuária no estilo de vida das pessoas e a ausência do referente, a figura do boi.

Cito essa música para ilustrar o quão forte é a imagem da pecuária no dia-a-dia dos sul-mato-grossenses, mesmo que parte considerável da população esteja distante dessa realidade, visto que as áreas criadoras de gado estão espalhadas em fazendas no interior do Estado. Na região Sul de Mato Grosso do Sul, a intensificação da instalação das fazendas, a partir da década de 50, impactou

fortemente as populações indígenas que viviam na região. Assim como ocorreu com a instalação da CAND, as comunidades tiveram de criar mecanismos de adaptação a essa realidade que se impôs em seus territórios. Os Guarani e Kaiowá denominam essa fase de *sarambipa*, que segundo MURA (2006) pode ser traduzido por esparramado, porque tiveram de deixar suas áreas de ocupação tradicional devido à pressão que as frentes agropastoris exerceram. A dispersão das comunidades provocou reações que se refletem nos dias atuais, nas páginas da imprensa escrita.

Vários conflitos noticiados são resultantes dos processos de territorialização vivenciados pelos indígenas. Entende-se por territorialização o movimento no qual uma sociedade é reorganizada devido a influências políticas, físicas e sociais. Para Oliveira, esse processo implica: “I) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; II) a constituição de mecanismos políticos especializados; [...] IV) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1999, p.20). O território, tema central da maioria das matérias analisadas nesse trabalho, pois 35% delas referem-se à questão fundiária, deve ser entendido como diretamente ligado aos padrões de organização social, às manifestações identitárias e culturais. “O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1993, p. 9).

O território apresenta dimensões simbólicas que para muitos grupos são indissociáveis da composição do lugar e da paisagem, principalmente para os indígenas para quem o território tem um forte aspecto religioso. O *sarambipa* pode ser entendido como um processo de perda de território e de desterritorialização. Nesse sentido, o acesso ao território representa a “base material primeira da reprodução social” (HAESBAERT, 2006, p.31). No entanto, a desterritorialização não inviabiliza as práticas sociais distintivas de cada grupo, porque as comunidades tendem a reelaborá-las de acordo com o que a situação vivenciada permite e conforme as trocas que se estabelecem com as comunidades envolvidas, transformando-se “em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)” (OLIVEIRA, 1998).

Entre os inúmeros exemplos que poderiam ilustrar a desterritorialização dos Kaiowá, irei me deter no do território indígena *Cerro Marangatu*, da Fazenda Fronteira, em Antônio João, pela forma como foi abordado pela imprensa.

2.2.1 Área Indígena *Cerro Marangatu* e a instalação das fazendas de gado

A edição do dia 18 de janeiro de 1999 do jornal *O Progresso* dedicou espaço considerável para a ocupação da Fazenda Fronteira, no município de Antônio João, por indígenas Kaiowá, que denominam a área de *Cerro Marangatu*. Foram publicados cinco materiais jornalísticos referentes ao caso: um editorial, duas reportagens e duas notícias. Fora o editorial, as demais matérias ocupavam um espaço privilegiado, páginas ímpares, no caderno *Municípios*, dirigido para assuntos referentes às demais cidades de Mato Grosso do Sul.

A reportagem “Antônio João: Funai está em estado de alerta” estava na capa do caderno, em página colorida e contava com foto-legenda na capa do jornal na qual estavam retratados o prefeito de Antônio João e também um dos proprietários da fazenda, Dácio Queiroz. A localização da reportagem reforça o destaque que o periódico deu ao tema e leva a indagar o que teria motivado tamanho empenho, já que é pouco comum que um mesmo assunto seja abordado em mais de uma matéria.

A maneira como o jornal tratou o caso *Cerro Marangatu* assemelha-se ao tratamento dispensado ao caso Panambizinho. Em Editorial, a direção do periódico coloca-se a favor dos indígenas, mas as matérias demonstram crítica à ocupação, situação notada também quando o assunto era o conflito no Panambizinho. Assim como as reportagens sobre o Panambizinho destacavam o papel da CAND, os textos sobre o conflito em Antônio João enfatizam a Fazenda Fronteira: “[...] uma das maiores fornecedoras de genética bovina PO desde 1956. A Fazenda também utiliza tecnologia em alimentação e inseminação desde 1976” (O PROGRESSO, 19 jan, 1999).

Na matéria intitulada “Antônio João: Funai está em estado de alerta,” o redator utiliza uma técnica chamada no meio jornalístico de nariz-de-cera, forma antiga e rebuscada de redigir o início de uma notícia, que impede o leitor de ir diretamente ao assunto: “O clima é tenso e a intranqüilidade nas ruas de Antônio João é geral. Toda atenção está voltada para o episódio. O mais preocupante é o constante treinamento de guerra dos índios” (O PROGRESSO, 18 jan, 1999). No segundo parágrafo é relatada a maneira como a Funai está agindo e somente no terceiro parágrafo é mencionado que os indígenas de Campestre ocuparam a Fazenda Fronteira: “Os índios abandonaram a Aldeia Campestre, de apenas 8,5 hectares e invadiram a Fazenda Fronteira, de propriedade de Pio Silva, pai do prefeito Dácio Queiroz”. A adoção do nariz-de-cera salientando a tensão e o termo “invadiram” denotam a imagem negativa que se pretende transmitir sobre a ação dos indígenas. Segundo a reportagem, os indígenas teriam ocupado a fazenda no dia 20 de dezembro de 1998.

Outro ponto que merece destaque é a ênfase no “treinamento de guerra dos índios”, citado no início da matéria mencionada acima e também no título de outra reportagem.

periódico se referiu como seguranças: “Eles vigiam quem entra e quem sai. O rádio está diretamente ligado ao gabinete do prefeito Dácio Queiroz” (O PROGRESSO, 18 jan, 1999). Trata-se de uma iniciativa de defesa semelhante a que os indígenas tomaram, no entanto a ação dos indígenas recebe um termo pejorativo. Na mesma página, o periódico destaca a beleza da propriedade e que “[...] os índios estão na parte mais bonita da fazenda”. Também é citado que a “área é produtiva e tem pelo menos 50 anos de ocupação permanente” (O PROGRESSO, 18 jan. 1999).

As fotos também remetem às belezas naturais do local, três imagens retratam a bela paisagem, na foto principal os indígenas aparecem como acessórios, em uma imagem feita à distância. Isso pode ser interpretado com uma tentativa de tirar o foco do ato dos indígenas e em canalizar a atenção para os aspectos pictóricos da notícia.

A matéria que relatava o desfecho do conflito mencionava que o proprietário teria concordado que os indígenas ficassem em uma área de 30 hectares por oito meses até que o Grupo de Trabalho da Funai conclua o levantamento. Mas salientava, com um subtítulo, que índios rejeitaram uma área de 200 hectares que o fazendeiro havia oferecido, sem citar as explicações dos indígenas para a recusa. “Elias (chefe do Núcleo de Apoio ao Índio da Funai) informou também que a área rejeitada pelos índios contava com boa estrutura, inclusive com escola” (O PROGRESSO, 19 jan. 1999). Nota-se um tom de crítica à atitude dos indígenas, cujos argumentos para não aceitarem a área oferecida não foram apresentados, delimitando a compreensão do leitor.

O caso *Cerro Marangatu* está, até os dias atuais, sob litígio. Foi nessa comunidade que o líder indígena Marçal de Souza foi assassinado em 1983. Um estudo antropológico determinou que se tratava de área indígena, mas os proprietários entraram com o recurso, chamado de “direito de contraditório”. Foi realizada perícia antropológica que reafirmou a ocupação tradicional indígena no local, mas o caso aguarda decisão judicial. Os indígenas vivem em uma área de 10 hectares, doada durante a década de 70 (EREMITES DE OLIVEIRA, PEREIRA, 2007).

Nas matérias sobre a reivindicação dos indígenas, as menções ao passado salientam apenas a data em que a Fazenda Fronteira foi adquirida, “[...] a família

tem 50 anos de ocupação permanente na fazenda [...]” (O PROGRESSO, 18 jan. 1999). Não são apresentados dados que permitam a compreensão sobre como os indígenas vivenciaram esse processo de instalação de fazendas de gado no Sul de Mato Grosso, a partir da década de 1950, e que poderia justificar a solicitação que fazem ao ocupar a área.

Segundo Brand, com a liberação das terras utilizadas pela Companhia Matte Larangeiras, no final da década de 40, novas frentes de ocupação adentraram no território kaiowá (1997, p. 87), além dos migrantes da CAND. À já mencionada lei de 1943, que criava o Território Federal de Ponta Porã, soma-se o cancelamento do contrato que o governo do Estado mantinha com a empresa, em 1947, assinado pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo. Esses fatos culminaram com a liberação das terras para colonização e para a realização de diferentes atividades, dentre elas a pecuária. Houve um incremento no contingente populacional na região, principalmente de migrantes advindos da região Sul do país. Foi nessa época que Pio Silva, proveniente de Minas Gerais, adquiriu as terras da Fazenda Fronteira, como o periódico citou.

Conforme afirma Queiroz, na região de fronteira com o Paraguai, esse período caracterizou-se por “[...] uma notável intensificação do afluxo populacional, por um processo de febril apropriação de terras e por uma diversificação da produção regional [...]” (p. 29, 2004), decorrentes de vários fatores conjugados que incluem a política estadonovista (a liberação de terras pela Companhia Matte Larangeiras insere-se dentro dessas medidas) e a demanda por matérias-primas no pólo industrial do Sudoeste. A capa do jornal *O Progresso* de 1951 é bastante ilustrativa para esse período, pois destaca o grande fluxo populacional que ocorreu na região, como demonstra manchete com um única palavra: Vertiginosa, num tom panfletário característico da imprensa do início do século, embora se passe em meados de 1900.

O SR. NICOLA FARI, PROPRIETARIO DA ESTAÇÃO DE RADIO DE ARAÇATUBA, REGISTROU NO RIO DE JANEIRO O PREFIXO PARA UMA RADIO EMISSORA EM DOURADOS, DEVENDO VIR A ESTA CIDADE, DENTRO DE POUCOS DIAS, PROCEDER AOS ESTUDOS NECESSARIOS PARA SUA INSTALACAO.

VERTIGINOSA!

A marcha de Dourados para o progresso

DE UMA TERRA INEXPRESSIVA E ESQUECIDA, PASSA DOURADOS A SER UMA DAS REGIOES MAIS FAMOSAS DA PATRIA. GENTE DE TODA PARTE SE INSTALA NO MUNICIPIO PARA EXPLORAR SUAS MAGNIFICAS MATAS, MAIS DE 2.400 PESSOAS CHEGADAS DEPOIS DO RECENSEAMENTO. GRANDES VENDAS DE TERRA. CINEMA, LUZ ELETRICA, ACELERADA ATRAVES DE AVIOES DIARIOS. LOTEAMENTO EM MASSA, MAIS E MAIS CASAS DE COMERCIO, VALORIZACAO ACCELERADA DE IMOVEIS, CAFEZAIS, PRODUCAO IMENSA DE ALGODAO E CEREAIS. INSTALACAO DE GRANDES SERRARIAS. UM INSTANTANEO POLIFORMICO DE UMA EXPLENDIDA REALIDADE.

Ano I | DOURADOS, 21 de Abril de 1951 | N.º 1

O PROGRESSO

Pensamento e Ação Por Uma Vida Melhor

DIRETOR: Weimar Torres | GERENTE: Laurestides Brandão

REVIVENCIA

Há muito tempo atrás, havia, em cidade vizinha nossa, um jornal. Chamava-se, como este, "O PROGRESSO". A cidade florescente galgava, passo a passo os degraus da civilização. E, aquele jornal pequeno e desprezível, registrou com serenidade e equilíbrio, testemunhou com fé e heroísmo os fatos mais assinalados de uma jornada empolgante em demanda ao futuro e, em pinceladas fortes e vivas, retratou a história das lutas inglorias e gloriosas, das campanhas revolucionárias, dos ideais e angústias de uma gente brava que través de anos e anos legaram à Mato Grosso e à Pátria uma formosa e abençoada herança.

Dirigi esse jornal, a mão firme de um homem que, si outros predicados não ostentava, possuía os da bondade, da justiça e da perseverança. E o espírito dessas qualidades irradiava claramente em cada número daquele "O PROGRESSO", como a lua se espelhando numa clara lagoa da campina.

Bondoso, ele sabia dar acolhida e voz aos humildes para clamarem contra os opressores. Justo, não lhe faltou jamais a palavra para enaltecer a virtude e verberar o erro. Perseverante, não desistiu nunca em meio da jornada.

Esse homem dorme para sempre. Morreu como viveu. Farol que se apagou após sessenta anos de trabalho, extinguiu-se a claridade ainda, com seus derradeiros lampejos nos caminhos da Bondade e da Justiça, perseverante em sua fé e no seu destino até o último raio de luz.

E com a emoção dessas lembranças que hoje, em Dourados, lanço a público este jornal. Si esta terra, como aquela marcha agora, em passos largos para o futuro radiante, Deus permita que, neste milagre de revivência, "O PROGRESSO" de Dourados possa cumprir o seu destino como o cumpriu o "O PROGRESSO" de Ponta Porã.

E possa eu em sua direção, ser bom, justo e perseverante como o foi a figura inesquecível de meu pai.

WEIMAR TORRES

TEREMOS LUZ DIA DEZ DE MAIO

Declarações do Encarregado da Usina à nossa Reportagem.

Desde o dia 19 de Janeiro do ano corrente, que Dourados vem padecendo falta de luz elétrica, motivada por desarranjos ocorridos na Usina.

Tendo assumido dia 15 de Março último o cargo de Encarregado da mesma o Sr. Antonio de Carvalho a nossa reportagem procurou a fim de poder informar ao povo o novo com a luz elétrica.

O Sr. Carvalho nos recebeu com simpatia e, de pronto tentou dar ciência dos motivos que nos levariam à sua presença, fomos fazendo as perguntas que ele prontamente respondeu.

Continua na última página.

5.º Aniversario da REAL



Figurado do Barragem dos Aguias em São Paulo

Um pouco da História dessa Companhia

Em apenas 5 anos de vida, já conseguiu a REAL destacar-se como uma das maiores empresas de aviação comercial. Fundada em Fevereiro de 1946, não era fácil, aparentemente, a tarefa que se alijava ao comandante J. Meo Gomes seu idealizador e fundador. De fato, lançar uma companhia aérea brasileira para que não possa competir a mesma altura de ideal o mesmo amor imenso e generoso capaz de fornecer da nossa geração novas e nobres condições de vida.

Continua na 3.ª página

CAMPEÃO DA LIBERDADE

Celebra e comemora o Brasil inteiro, na data de hoje, a figura imortal de Tiradentes.

Simple dentista prático em sua terra, esse gênio da odontologia soube ser um Mestre no dever de amar à Pátria e à liberdade.

Em nome amor, como um grande e verdadeiro amor não se ocultava o fingimento nem o medo. Refirmos até o fim a fé no seu ideal e até o fim não temeu o castigo e não temeu a própria morte, com que coroou afinal seus louros de Campeão da liberdade.

Morto, os seus restos mortais espalharam-se pelos caminhos, não para escarneio como queriam seus algozes, mas porque morto, maior do que vivo, a sua grandeza derramou-se pelas estradas e alastrou-se pelas artérias da Pátria na ansia de deixar em cada canto uma gota generosa do seu sangue.

Morreu pela Liberdade que em nome da ordem e da lei nos negava Portugal.

Morreu, por uma liberdade que já conquistamos.

Mas, neste Brasil, afó a quantas liberdades espessadas, quantos direitos negligenciados! Quantas injustiças praticadas em nome da ordem e da lei!

Tiradentes, mártir do Brasil de ontem, ídolo do Brasil de hoje e de amanhã, que o teu sangue fecundou, para sempre o coração dos brasileiros para que não possa creptar a mesma chama de ideal o mesmo amor imenso e generoso capaz de fornecer da nossa geração novas e nobres condições de vida.

Figura 4 – Capa do Jornal *O Progresso* de 1951 destaca o grande fluxo populacional que se instalava na região

Nessa corrida pelas áreas fronteiriças, a especulação de terras é mais um agravante para as comunidades indígenas que viviam na região. Na capa do jornal, não há menção à presença indígena na região, o que justifica os atuais conflitos fundiários. Apenas o aspecto desenvolvimentista é destacado. A manchete se resume

a um adjetivo que glorifica o desenvolvimento da região: Vertiginosa - a marcha de Dourados para o progresso. Segundo Forewaker, a Constituição Estadual é alterada para favorecer interesses de políticos e grupos econômicos do Rio Grande do Sul, de São Paulo e da Cia Matte Larangeiras. O limite para aquisição de terras, que era de 500 hectares, passa, com a alteração na lei fundiária, para 10 mil hectares (1981, p. 149). De acordo com o mesmo autor, a desorganização e a violência imperam na região, tanto que o Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso foi fechado em 1950, 1961 e 1966 sob suspeitas de corrupção (1981, p. 163).

Distante do centro político e econômico do país, desenvolveu-se no Estado de Mato Grosso uma dinâmica social na qual a utilização de meios violentos era uma constante.

Desde a Guerra do Paraguai, a ausência do Estado monárquico na região de fronteira criou um estado de abandono dos povoamentos, permitindo o uso da violência em escala crescente no decorrer dos tempos. A República não veio para amenizar a situação de violência implantada em Mato Grosso; ao contrário, veio para consolidá-la em nível local e regional, abrindo espaço maior para o fenômeno do coronelismo – um estado de institucionalização da violência costumeira e, com ele, o banditismo. O Mato Grosso, como um todo, seria então conhecido como terra sem lei, mais precisamente ‘a lei do calibre 44’, no dizer de Côrrea *(GIROTTI, 2007, p. 56).

Essa situação descrita acima perdurou “durante toda a primeira metade do século XX e ainda em tempos posteriores” (EREMITES DE OLIVEIRA, PEREIRA, 2007, p. 185). Além da violência, o clientelismo favorecia grupos detentores de prestígio junto aos governantes e agentes do Estado. Instaurou-se uma política que beneficiava poucos em detrimento da “maioria da população no antigo sul de Mato Grosso, formada por comunidades indígenas, pequenos proprietários rurais, imigrantes paraguaios e trabalhadores mais humildes” (EREMITES DE OLIVEIRA, PEREIRA, 2007, p. 184).

Nessa conjuntura, várias comunidades indígenas foram violentamente desestruturadas. Os indígenas foram induzidos, por funcionários do SPI e fazendeiros, a se mudarem para as reservas indígenas demarcadas pelo estado. Muitos optaram em ficar próximo ao seu *tekoha* nos fundos de fazenda, conforme

* A autora refere-se à obra de CORREA, V. B. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*, editada em 1995

aponta a bibliografia sobre o tema (BRAND, 1997; PEREIRA, 2004; SHADEN, 1974). A comunidade *Cerro Marangatu* é um desses casos.

A fase do *sarambipa*, que se estendeu até a década de 70, teve conseqüências sérias para o modo de ser guarani e kaiowá, porque desintegrou muitos núcleos familiares. Membros das famílias extensas foram deslocados para diferentes lugares. Os indígenas não perderam somente a terra, mas também tiveram a sua organização social modificada:

O modo de vida tradicional foi profundamente atingido durante a fase do *esparramo*. Perderam a terra e parte significativa da *parentagem* foi dispersa pelas fazendas da região, sem condições para seguir com suas rezas. A maior parte da população não passou pelos ritos básicos de iniciação da vida kaiowá e guarani, como atestam os depoimentos. Os que cedo foram deslocados para dentro das Reservas aí também enfrentaram a interferência direta do órgão oficial e das Igrejas Evangélicas (BRAND, 1997, p. 25).

O mesmo autor destaca que, em determinadas situações, fatores diferentes propiciaram o que ele denomina como *esparramo*. “Um progressivo processo de inviabilização da permanência dos índios naquele local” (BRAND, 1997, p. 131). Tal processo induziu muitas famílias a deixarem suas terras, seu *tekoha*, por terem sido assoladas por doenças ou por não disporem dos recursos necessários para o tratamento.

Essa situação difere do que ocorreu com essas comunidades quando a Companhia Matte Larangeiras detinha o monopólio da extração da erva. Segundo Meliá, Grünberg e Grünberg, a atividade ervateria, “apesar de seu caráter explorador” na utilização da mão-de-obra indígena, permitia aos grupos guarani permanecerem em seu território tradicional (p. 181, 1976). Além disso, a Matte Larangeiras detinha forte controle sobre a entrada de novos colonizadores nos ervais.

Com as frentes agropastoris e o conseqüente deslocamento das comunidades, os grupos indígenas procuraram novas respostas para a situação que se impunha, tais como o trabalho no desmatamento das áreas para pastagens ou até mesmo nas negociações com fazendeiros, governantes e missionários para permanecerem na região ou serem transferidos para a Reserva.

2.2.2 Área Indígena *Takuara* e a dispersão nas Reservas

O caso da área indígena *Takuara* também é exemplar para ilustrar a desterritorialização causada pela pressão das fazendas de gado. Segundo levantamento realizado por Brand (1997, p. 317), no início da década de 1950 a comunidade foi expulsa de suas terras por iniciativa da própria Companhia Matte Larangeiras, que pretendia vender a área para migrantes paulistas, como atesta o documento do SPI:

Posto Indígena Francisco Horta
18 de janeiro de 1952
Ilmo Sr. Senhor Erico Sampaio
Campo Grande, MT
[Dourados]

... chegaram hoje a este posto 4 índios do Taquara que diz ser uma aldeia com mais de 50 anos, e a Companhia [Matte Larangeira] mandou eles desocupar esta área de terra, que é para vender para uns paulistas, os índios trouxeram relação das casas de índios moradores que são 43 casas, eles ficaram neste posto aguardando resposta.

Saudações
Alaor F. Duarte
Agente do Posto Indígena
5a Inspeção Regional - SPI
. Protocolo nQ 49
24.01.1952
(BRAND, 2003, p. 150)

Os indígenas que moravam no local foram removidos para três Reservas diferentes: a de Caarapó, Amambaí e de Dourados (BRAND, p. 317, 1997), o que causou a dispersão da comunidade por quase cinquenta anos, até que, no dia 28 de abril de 1999, a capa do jornal *O Progresso* noticiou a ocupação da Fazenda Brasília do Sul, em Juti, reconhecida como *Takuara* por índios Guarani e Kaiowá. O destaque era a fotografia, na qual os indígenas apareciam com armas em punho. A legenda da fotografia reforçava a mensagem de tensão que se tem à primeira vista: “Índios armados com revólver, machado, espingarda, arco e flecha invadem a fazenda no município de Caarapó” (*sic*) (O PROGRESSO. 28 abril, 1999).



Figura 4 – Foto destaca armas, a reivindicação tem caráter secundário

Uma análise mais detalhada demonstra que a cena foi cuidadosamente estruturada: os indígenas com arco e flecha, que seriam as armas tradicionais indígenas, ficaram ao fundo, na frente estão os que seguram as espingardas e machados. A maioria dos indígenas empunhava o *yvyrá pará*, bastão decorado que serve para as fainas domésticas, divertimentos comunitários e incursões na mata. A expressão das crianças, no canto esquerdo da fotografia, aponta que não era um momento tenso, uma delas está sorrindo.

Conclui-se que a equipe de reportagem, provavelmente, solicitou aos indígenas para se reunirem e posarem para a foto, reforçando assim o tom sensacionalista da notícia, pois se enfatiza a idéia de que os indígenas estão empunhando armas e não fazendo uma reivindicação. Ao concordarem com a presença de uma equipe de reportagem durante a ocupação e em posarem para a

foto, os indígenas estão interagindo com a imprensa para dar suporte a sua solicitação e se apresentam “[...] com uma postura que condiz com o imaginário dos ‘brancos’ sobre ‘ser índio’” (MATOS, 2001, p. 91).

No texto da notícia sobre a invasão, outro ponto que merece destaque é a menção ao fato dos indígenas terem sido expulsos da área pelos fazendeiros em 1953, mas não se explica porque e como foi esse processo. A narrativa detém-se a enumerar as etapas da ocupação. O primeiro parágrafo traz as informações básicas sobre quando e onde ocorreu a ação indígena. No segundo consta: “Os índios informaram que a fazenda, de 9 mil hectares, é de propriedade indígena. Eles teriam sido expulsos da área por fazendeiros em 1953. Os índios choraram muito quando chegaram na terra que dizem ter sido de seus antepassados” (O PROGRESSO, 28 abril, 1999).

Nos cinco parágrafos seguintes são apresentados os dados referentes à ocupação, tais como o modo como foram transportados e as dificuldades que a equipe de reportagem enfrentou para chegar ao local, informações secundárias e que pouco colaboram para que o leitor compreenda a situação. Não se faz menção à instalação de fazendas de gado na época em que os indígenas dizem ter sido expulsos, década de 50, bem como não são citados quem são os proprietários da fazenda e nem mesmo como foi o processo de aquisição da terra.

Nas notícias sobre área indígena *Takuara*, um dos pontos que o jornal destaca é que os indígenas passam grande parte do tempo rezando. Um dos subtítulos diz: “Com a trégua de dez dias, índios passam o dia rezando e cantando, outros fazem vigília na área ocupada” (O PROGRESSO, 4 maio, 1999). A oração durante a ocupação aponta para o papel que a crença desempenha nas situações de conflito e de recuperação de territórios.

Para Pereira, é a partir do campo religioso que os kaiowá estabelecem seu estilo de expressar, equacionar e resolver problemas, ou seja, o religioso parece estar muito arraigado ao modo de ser kaiowá. “Na compreensão dos kaiowá, a recuperação das rezas é uma condição primeira e necessária para o retorno a terra, só quando deus ouvir as rezas é que poderão recuperar as terras de onde foram expulsos” (PEREIRA, p. 359, 2004).

Entretanto, a reza é apresentada pelo o periódico como algo alegórico à ocupação, pois não é abordada a importância que a oração tem para os Guarani:

Ontem, segundo Peralta (um dos líderes indígenas), o clima já era mais tranqüilo na área em função da trégua de 10 dias, mas os índios continuam pintados, vestidos e armados para guerra, até mesmo as mulheres e crianças. Muitos passam o dia cantado e rezando pedindo proteção aos espíritos [...]. (O PROGRESSO, 4 maio, 1999)

O trecho acima demonstra que o destaque recai sob o aspecto performático da reza. A informação é apresentada em meio a outros dados que remetem à noção do indígena enquanto bárbaro, como a de que estariam pintados para a guerra. Há que se considerar que esse tipo de informação pode ter sido repassada pelos próprios indígenas, em outro trecho da matéria o redator informa que o líder indígena havia entrado em contato com o jornal. Esse tipo de situação é comum em momentos de conflitos, são oportunidades dos indígenas se apresentarem como grupo diferenciado perante a sociedade nacional, utilizando-se de elementos que são peculiares à cultura indígena. Mas cabe observar como o periódico se apropria desse aspecto para chamar a atenção do leitor para o caráter exótico da ocupação realizada pelos indígenas.

Atualmente, a área indígena *Takuara* não foi demarcada e no local ocorreu o episódio que levou o líder indígena Marcos Veron à morte. Em dezembro de 1999, a justiça concedeu reintegração de posse ao proprietário da fazenda, em 2001 os índios foram despejados, mas voltaram a ocupar a propriedade. Na madrugada do dia 13 de janeiro de 2003, um grupo de pistoleiros teria atacado o acampamento dos índios e espancado o líder indígena Marcos Verón, que morreu cerca de oito horas depois, no hospital de Dourados. Para Roseli Pacheco, a “ocupação da fazenda Brasília do Sul é um dos processos mais conflitantes, pois além de todas as características atinentes a um conflito de terras, este ficou acirrado após a morte do líder indígena Marcos Veron em janeiro de 2003.” (PACHECO, 2004, p. 109)

Em novembro 2007, o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar de soltura para os três funcionários da Fazenda acusados do assassinato. Segundo informações do site Grumin, grande parte dos indígenas que eram liderados por Veron está dentro de uma pequena área da fazenda onde ele foi sepultado, por força judicial, mas a situação continua indefinida.

2.2.3 A degradação ambiental e o modo de ser indígena

Mesmo que os indígenas de *Takuara* consigam retomar a área, ainda terão a agravante da mata ter sido removida para as pastagens de gado e terem sido introduzidas gramíneas estranhas à região, como a braquearia e o colômbio. Como atesta a declaração do líder indígena e então capitão da comunidade *Takuara*, Marcos Veron, colhida por Levi Marques Pereira em janeiro de 2000:

“esse capim e esta braquearia que o fazendeiro plantou na nossa terra e que para ele é uma riqueza, para nós é uma praga, é a pior praga, a riqueza para nós é o mato que não existe mais porque ele derrubou” (PEREIRA, 2004, p. 194).

Na maioria dos casos, os próprios indígenas trabalharam no desmatamento, pois era uma alternativa de renda no momento em que perderam suas terras e, conseqüentemente, suas fontes de subsistência, conforme atestam os depoimentos indígenas coletados por BRAND (1997). A dispersão das comunidades indígenas está diretamente ligada à degradação ambiental das áreas de ocupação indígena. Isso resulta não só do preparo para as pastagens, mas também para agricultura. Nem todas as áreas indígenas de Mato Grosso do Sul encontram-se desmatadas, nas Reservas mais populosas esse é um dos principais problemas, como ocorre nas Reservas Jaguapiru e Bororo, em Dourados, MS. Em determinadas locais, indígenas encontram remanescentes de matas e ali se instalam.

Quando os remanescentes de mata não são possíveis, novas estratégias de adaptação ao local são adotadas, principalmente às que se destinam a recuperar as áreas degradadas. Todas as generalizações sobre a maneira como os indígenas se relacionam com seu entorno incorrem no risco de desconsiderar fatores importantes para a compreensão da situação. Questões como a diversidade das culturas e das comunidades, os diferentes contextos de contato com o ambiente e as distintas alianças e correlação de forças devem ser levados em conta.

O problema ambiental é abordado por Pereira (2004) que, referindo-se exclusivamente aos kaiowá, faz pertinentes observações sobre como essa questão afetou a agricultura Guarani, principal atividade de subsistência desses grupos.

Segundo o autor, a introdução de gramíneas conduziu ao uso descontrolado do fogo para limpar a área e a necessidade de adoção de medidas corretivas para a fertilidade do solo. As gramíneas encontraram na região sul de Mato Grosso do Sul “condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento e proliferação do que nas condições de clima e solo de origem” (2004, p. 194).

O fogo é uma técnica utilizada pelos Guarani desde tempos imemoriais para remover as plantas nativas e assim abrir espaço para a nova roça, casa e pátio. A propagação das gramíneas para áreas que não são destinadas a agricultura geraram o descontrolado no uso do fogo.

Essas gramíneas produzem uma enorme quantidade de massa verde que, no caso das áreas indígenas, não é consumida pelo gado. A massa verde de capim se acumula, formando um colchão sobre o solo. Com a estiagem que acontece na região no final do inverno (agosto-setembro), esta vegetação fica completamente seca, e o fogo encontra enorme depósito de combustível, podendo atingir proporções incontroláveis. É comum acontecerem incêndios colossais que chegam a queimar toda a reserva, não poupando nem mesmo casas e plantações (PEREIRA, p. 188, 2004).

Devido à grande quantidade de sementes que as gramíneas produzem, sua proliferação aumenta a cada ano, assim como a área queimada. Há ainda a eliminação da diversidade vegetal e a perda de “espécies nativas utilizadas como alimentos, remédios, cosméticos ou para finalidades rituais” (PEREIRA, 2004, p. 191).

Esse efeito cíclico durante anos seguidos enfraquece o solo e exige a utilização de medidas corretivas com fertilizantes. As sementes atingem ainda as roças e a capina com maior frequência se faz necessária. Segundo Pereira, encontra-se nessa situação a maior parte das terras de Reservas como Dourados, Amambá, Caarapó, Porto Lindo, Sessorá, entre outras (2004, p. 189). Todos esses fatores mencionados diferem do modo tradicional de cultivo Guarani.

Pereira aponta ainda que para os Kaiowá o problema ambiental é pensado de forma holística, ou seja, decorre do fato de estarem afastados do modo característico Kaiowá de ser, *ava reko* (2004, p. 196) devido à imposição do modo de vida do não-índio – *karai reko* (p. 195, 2004). O descontrolado do fogo está relacionado às

transformações no campo das práticas religiosas. É por viverem de forma incorreta que o fogo não pode ser controlado (p. 193, 2004).

Esses conceitos são importantes para esse trabalho porque, em geral, a imprensa representa a imagem do índio como preguiçoso, selvagem, que vive na floresta, de maneira rudimentar, ou seja, que não utiliza ferramentas e nem tecnologias (OLIVEIRA, 1999). Essa representação é projetada para os indígenas atuais em momentos críticos, como no caso da desnutrição indígena, no início de 2005. Assim, a imprensa desconsidera todos esses fatos mencionados em detrimento de uma visão parcial e com forte carga de preconceito. Por mais que tenhamos comunidades indígenas próximas às cidades, com forte contato entre os representantes desses dois locais, o que predomina é a idéia de indígena conforme citado acima, como se verifica na declaração do engraxate ouvido pelo jornal *O Progresso*, em uma enquete denominada *O Povo Fala*, no dia 22 de fevereiro de 2005, em que a pergunta era: Qual a sua opinião sobre a mortalidade infantil por desnutrição nas aldeias de Dourados? :



Figura 6 - Detalhe da enquete O Povo Fala de 22 de fevereiro de 2005.

A declaração do engraxate pode ser alinhada à idéia que prevalece no senso comum sobre o indígena. Trata-se de exemplo pertinente pois evidencia que a população, sem informação qualificada para entender todo o processo, tende a ter uma visão reducionista e por vezes preconceituosa. O engraxate, sem as ferramentas necessárias que lhe possibilitem a compreensão da situação do indígena, procura

culpar a cultura do indígena, e com isso o aspecto cultural encobre o processo histórico.

O mesmo enfoque foi identificado nas declarações de uma figura pública: em uma reportagem sobre as ações emergenciais para conter os casos de desnutrição, a Secretária Municipal de Assistência Social, Leide Ferla, disse que era “preciso ensiná-los a produzir seus próprios alimentos” (O PROGRESSO, 21 fev. 2005).

São exemplos pontuais que demonstram como a sociedade envolvente tende a encobrir todo o processo histórico vivenciado pelos indígenas por meio de formulações reducionistas, como se fossem desprovidos de conhecimentos sobre agricultura e incapazes de se auto-sustentar. Não é mencionada o quanto a ação do não-índio interferiu no modo de vida indígena.

Estudos como o de Giroto (2007) apontam o quanto a degradação ambiental foi intensa na Reserva Indígena de Dourados a partir da década de 40. A pesquisadora encontrou nos documentos do SPI vários registros sobre a extração de madeira dentro da área da Reserva. A madeira era destinada para os serviços públicos, a Missão Evangélica Caiuá e para os moradores de Dourados. Nos avisos mensais entre 1944 e 1946, a historiadora encontrou relatos da existência de uma serraria dentro da Reserva:

Na década de 1950, a exploração da madeira intensificou-se, tendo em vista o aumento da população indígena, que exigia cada vez mais instalações e meios de subsistência, como também aumentava as necessidades do próprio Posto (Posto Indígena Francisco Horta) e de outras instituições de apoio, como a missão evangélica Caiuá (GIOTTO, 2007, p. 66).

Giroto apontou documentos que atestam a exploração de madeiras nobres dentro da Reserva de Dourados ainda em 1965 (GIOTTO, 2007, p. 66), uma década após a data dos primeiros registros apontados pela autora. Nesses documentos, há inclusive, suspeitas não confirmadas de especulação com madeira retirada utilizando a mão-de-obra indígena.

Diante dessas informações fica compreensível o fato noticiado no início de 1999: “Panambizinho: Índios padecem por falta de madeira”. A notícia relatava a ação emergencial do Núcleo de Apoio ao Índio da Funai de distribuir madeira para

os indígenas poderem cozinhar. “O fato é inédito e não existe recurso para isso na Funai”, (O PROGRESSO, 12 jan. 1999), dizia um trecho da notícia, que também não apresentava explicações para a escassez de madeira que os indígenas enfrentavam naquele momento.

2.3 Reduzidos em reservas

Durante o período em que desnutrição indígena era o assunto mais recorrente nas páginas de *O Progresso*, no início de 2005, o prefeito de Dourados, Laerte Tetila, aconselhou à CPI da Assembléia Legislativa, criada para apurar a desnutrição, a considerar a incoerente distribuição de terras para as comunidades indígenas. No texto: “*CPI tem que apurar falta de terras*”, o prefeito diz: “*os índios vivem confinados e não têm condições de produzir nem para o próprio alimento*” e apontava uma série de programas que a prefeitura desenvolvia na Reserva Indígena de Dourados (OP, 18 fev. 2005).

Essa declaração, realizada na rede de TV local e repercutida nos demais meios de comunicação, foi a primeira consideração, em meio as denúncias de desnutrição na imprensa, a apontar o problema do grande contingente populacional de determinadas reservas e conseqüentemente da falta de terras. Essa matéria foi publicada 28 dias após a primeira reportagem sobre a desnutrição.

Segundo Brand, o confinamento² seria a situação de superpopulação e sobreposição de comunidades indígenas distintas, bem como de chefias, dentro das áreas demarcadas pelo Estado. Essa demarcação se deu entre 1915 e 1928 (2004, p. 11, 116, 267). O historiador apontou registros da transferência de indígenas para as reservas ainda na década de 80. Depois de serem retirados dos seus territórios tradicionais, muitas famílias extensas se alojaram nos chamados fundo de fazenda, que eram locais com remanescentes de mata, onde podiam se instalar e, eventualmente, prestar serviços nas fazendas, o que os indígenas chamam de *changa*.

Com o fim do desmatamento e, portanto, do esparramo, o processo se inverteu. As fazendas estavam formadas e a presença de famílias e aldeias indígenas, mesmo que nos fundos das fazendas, representou um atrapalho. Assim, os Kaiowá/Guarani foram, compulsoriamente, confinados dentro das Reservas, extinguindo qualquer alternativa de *oguata* (caminhar), ou de buscar outros refúgios. Este processo atingiu seu auge na década de 1980 (BRAND, p. 90, 1997).

Mesmo reduzidos a pequenos espaços, os indígenas continuam a realizar trocas com o seu entorno e mantêm certo contato com seu antigo território. Viver dentro das reservas demarcadas pelo Estado não os limita espacialmente, mas imprime novas formas de vivências, como a figura do capitão, cargo criado pela Funai, a partir da década de 1970 e que permanece até hoje, gerando conflito de lideranças. Um problema repetidamente noticiado pela imprensa e que será tratado no capítulo 3.

Outra questão que deve se levada em conta são as especificidades de cada Reserva indígena, que são inúmeras em Mato Grosso do Sul e apresentam diferentes necessidades e relações, mesmo aquelas situadas na mesma região. Um dos fatores que forçam a transferência das comunidades para as Reservas foi a chegada da segunda onda de migrantes gaúchos para Dourados e região no final da década de 60. Atraídos pelos baixos preços das terras em relação aos praticados no Rio Grande do Sul, um grande contingente de produtores rurais instala-se no Sul de Mato Grosso e introduz novas técnicas à atividade agrícola da região, como a correção do solo para a plantação de soja e trigo (FOWERAKER, 1981, p. 81).

A mecanização da atividade agrícola dispensa a mão-de-obra indígena e a monocultura de soja substitui “os restos de mata, capoeiras e campos” (BRAND, 2004, p. 140). Queiroz aponta ainda o melhoramento das estradas de rodagem, a partir da segunda metade da década de 50, como um dos mecanismos que propiciaram “[...] a efetiva ‘decolagem’ da economia agrícola da região de Dourados, em ligação direta com o mercado paulista pelas rodovias federais atualmente denominadas BR-163 e BR-267” (p. 31, 2004).

Esses fatores conjugados inviabilizaram a permanência das comunidades indígenas que estavam nos fundos de fazenda e causaram um aumento significativo da população nas reservas. O processo de mecanização atingiu também a agricultura praticada dentro das reservas. Girotto apontou documentos do SPI de 1962 nos quais

são relatadas a adoção do cultivo de soja e trigo, lavouras que necessitavam de instrumentos mecanizados (p. 77, 2007). Com base em documentos do SPI de 1965 a historiadora atestou a chegada de um trator à reserva: “Parece que essa medida inaugurou a fase de mecanização agrícola na Reserva de Dourados” (GIROTTI, p. 78, 2007).

Deu-se, com esse processo, uma profunda transformação na agricultura indígena. O novo método utilizado requer investimentos freqüentes, o que aumenta a dependência das comunidades indígenas nas atividades assistenciais do Estado. Nas matérias analisadas é comum encontrar notícias nas quais os indígenas reivindicam sementes, implementos agrícolas e óleo diesel, assim como são freqüentes notícias sobre doações desses itens por figuras públicas, o que se caracteriza como uma forma de promoção para as autoridades.

Ilustrativa é a matéria “Índios ameaçam cometer suicídio”, na qual o vice-capitão da Aldeia Bororó, Assunção Cáceres, denunciou ao *O Progresso* que oito índios ameaçam cometer suicídio devido à miséria em que vivem.

[...] O vice-capitão explica que a única saída para conter essa onda de suicídio é investir na agricultura indígena, que é o principal meio de sobrevivência dos índios. Ele pede ajuda à Prefeitura e ao Governo do Estado no sentido de fornecer sementes, óleo diesel (sic) e maquinários agrícolas para que os índios possam cultivar (O PROGRESSO. 1,2 Maio, 1999).

O trecho acima demonstra que os suicídios são parte de um contexto que tem na questão da terra e na agricultura seus eixos centrais. Os indígenas, cientes de que o suicídio é o que atrai mais atenção da mídia, usam esse tema para reivindicar sementes, óleo diesel e implementos agrícolas. Trata-se de uma forma de interagir, simultaneamente, com diferentes instituições da sociedade envolvente: a imprensa, a Prefeitura e o Governo do Estado. A notícia ainda evidencia que as comunidades adotaram as técnicas mecanizadas de cultivo, no entanto, padecem com a necessidade de investimentos freqüentes. Diante desses novos cenários, os indígenas tem de lidar com as dificuldades para o cultivo.

A notícia “Plantio: Índios recebem 7,8 mil litros de combustível” (OP, 26 nov. 1999) também pode ser utilizada para ilustrar o quanto estão arraigadas as técnicas mecanizadas nas reservas. O texto comenta sobre a doação do Governo do Estado e destaca a articulação realizada pelo deputado estadual Geraldo Resende

para tal. Abordagens desse tipo são extremamente frequentes em *O Progresso*. São textos que se caracterizam como releases, notícias produzidas pelo órgão do Estado pela sua assessoria de imprensa e que são publicadas na íntegra no jornal.

Para a população é complicado entender porque o Estado precisa prestar esse tipo de assistência aos indígenas. Os jornais não descrevem o processo de perda da terra, o desmatamento e a transferência para as reservas, o que compromete a compreensão do público sobre a situação, como demonstram os materiais a seguir.

Selecionei trechos que representam segmentos diferentes da sociedade no momento em que crianças indígenas da Reserva de Dourados sofriam com a desnutrição: um trecho de uma enquete realizada na rua, em que podemos relacioná-la ao senso-comum que as pessoas têm do indígena, uma charge que pode ser associada à posição do jornal e as declarações de um representante da sociedade civil organizada.

Na enquete já citada, que fora publicada no dia 22 de fevereiro de 2005, tem-se na declaração do ourives que critica a distribuição, a demonstração da perspectiva do indígena como indolente:

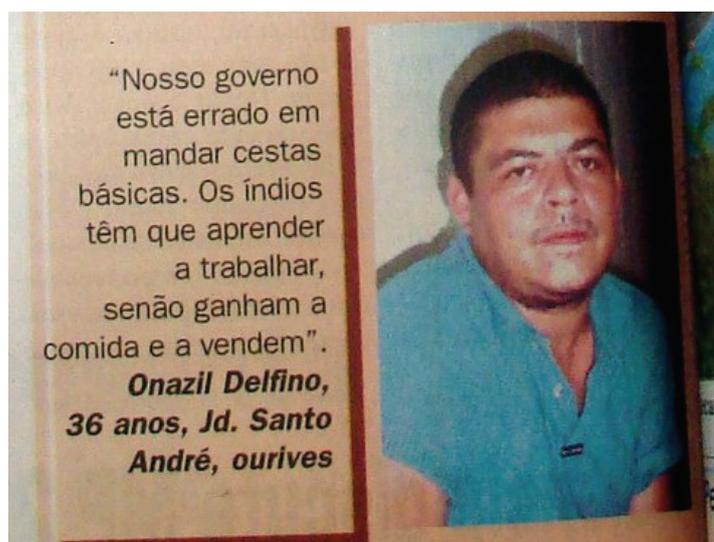


Figura 7 – Enquete O Povo Fala, em que o depoimento de uma pessoa pode ser entendido como reflexo da noção de inferioridade dos indígenas

O depoimento do ourives (O PROGRESSO, 22 fev. 2005).reflete a visão que a maioria da população tem a respeito da política social do governo, de distribuir cestas básicas. Também é bastante ilustrativa por remeter ao conceito do índio como incapaz.

No dia 14 de fevereiro, fora publicado na capa do jornal uma charge que remetia à questão da distribuição das cestas básicas na Reserva de Dourados. Apesar de humorística, a charge se configura como uma importante ferramenta para a compreensão das posições adotadas pela direção jornal, por trazer sempre um teor de crítica à determinada situação, como na figura abaixo, em que o enfoque é a suposta grande quantidade de cestas básicas distribuídas para os indígenas. A charge pode ser interpretada como uma reprovação à atitude dos governos federal, estadual e municipal, pois comentários davam conta de que os indígenas trocavam os alimentos por bebida, portanto a ação do poder público seria inócua.

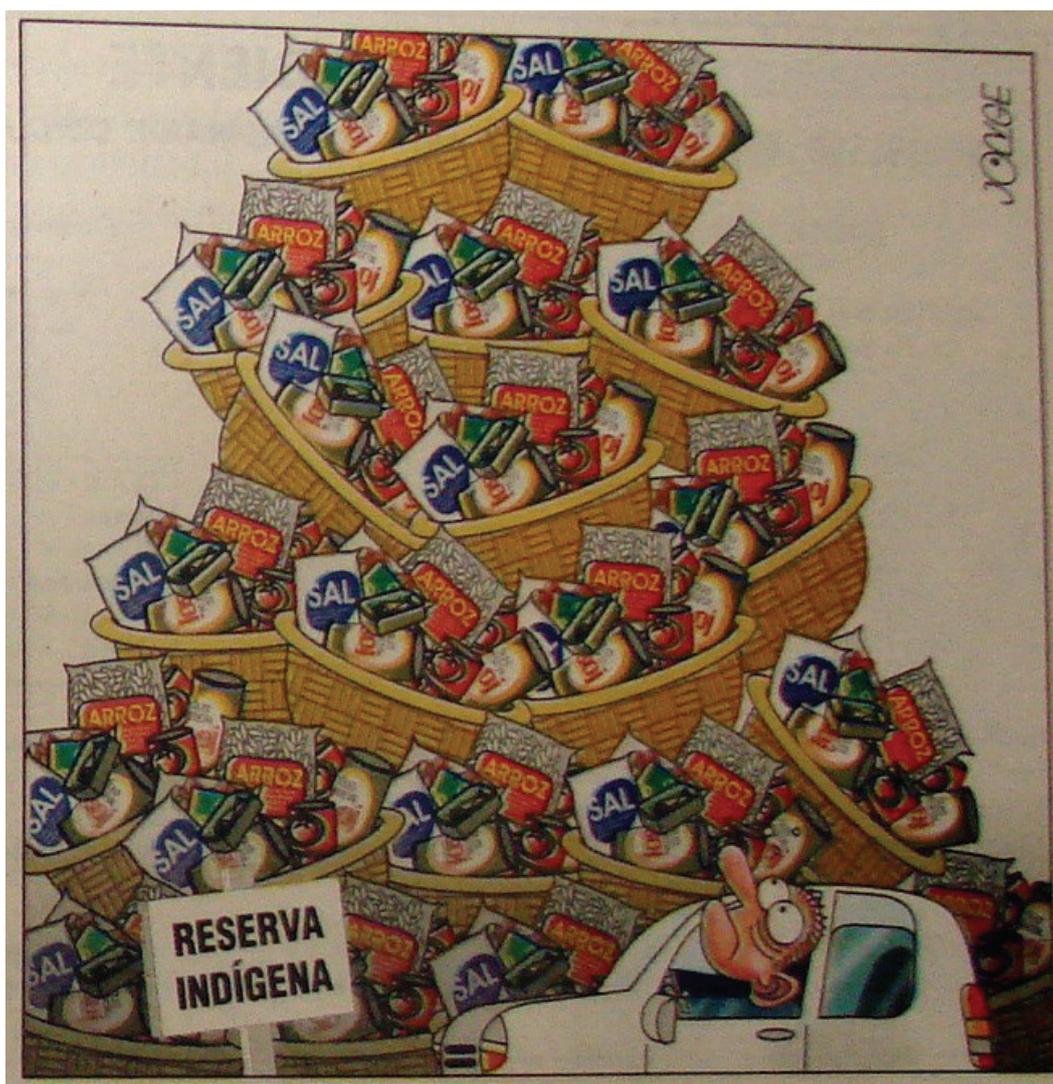


Figura 8 – A Charge que retrata a suposta grande quantidade de cestas básicas distribuídas nas Reservas Indígenas de Dourados

Na ilustração(O PROGRESSO, 14 fev. 2005), a Reserva indígena é registrada como um grande monte de cestas básicas. São informações como essa que são apreendidas pelo público e que se refletem em juízo de valores, como a declaração do ourives citado acima que crítica a distribuição de cestas básicas. E na entrevista com o presidente do Sindicato Rural, Gino Ferreira, no dia 25 de fevereiro, também pude identificar o tom de crítica à distribuição de cestas básicas:

Anos atrás, quando os índios e os produtores viviam em harmonia, eles eram contratados para trabalhar nas fazendas e sustentar suas famílias com dignidade, sem precisar de cestas básicas do governo e sem precisar ver seus filhos morrendo de desnutrição infantil” (OP, 22 fev. 2005).

Essa frase pode ser utilizada como a síntese do conceito que os produtores rurais têm dos indígenas: o lugar que os indígenas devem ocupar na organização social é o de prestadores de serviços e não o de proprietários de suas terras. Essa frase pode ser associada ao pensamento assimilacionista que predominou até os anos 70 na política indígena: a noção de que os índios seriam integrados à sociedade nacional e se tornariam trabalhadores rurais.

Com base nos exemplos acima mencionados, mais uma vez percebe-se que predomina a crítica à ação emergencial em detrimento do contexto que conduziu à situação noticiada, de crise. Os fatos históricos que narro no presente capítulo poderiam ser mencionados pela imprensa, através da diversificação de fontes jornalísticas ouvidas nas matérias, ou seja, os jornalistas poderiam ouvir estudiosos das questões indígenas e os próprios indígenas para prestarem maiores esclarecimentos ou contestar declarações como a do presidente do Sindicato Rural. A adoção desse tipo de medida, em larga escala, poderia evitar que as pessoas da sociedade envolvente tenham opiniões como a do ourives citado na enquete. A perspectiva parcial adotada pelo periódico prejudica a forma como as pessoas apreendem os problemas que as comunidades indígenas enfrentam nas reservas.

Os jornais, assim como a mídia em geral, assumem um papel fundamental na concepção que as pessoas têm sobre as comunidades indígenas, pois a maneira como a questão indígena é apreendida está relacionada, também, com a linguagem

adotada pela imprensa. Como afirma Flamarion, a linguagem é um “[...] lócus potencialmente estratégico para a pesquisa, já que ela contém tanto a ação quanto a representação, pelo qual permite formular, melhor que qualquer outro elemento do social, as relações entre idéia e ação na consciência social” (2005, p. 155).

O discurso dos jornais, aliado a outras práticas discursivas com as quais as pessoas mantêm contato ao longo da vida, se configura como uma barreira para a compreensão que a sociedade envolvente possa ter sobre a situação dos indígenas. É comum encontrar na imprensa críticas às ações emergenciais tomadas para as situações de risco nas comunidades indígenas. Faltam explicações que evidenciem o processo de perda da terra e a ausência das condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura indígena. Nota-se que, em geral, as críticas sobrepõem-se às explicações contextuais.

2.3.1 *Tekoha*

A transferência para as reservas não alterou somente a economia e o espaço dos Guarani e Kaiowá, mas imprimiu novas formas de lidar com elementos antigos, como o território. Vale ressaltar que esses três campos de mediações, o social, o religioso e o espacial, estão interligados dentro da concepção dos Guarani. Pereira resalta esse aspecto ao se referir aos Kaiowá:

A ocupação das terras tradicionais kaiowá pelas frentes de ocupação agropecuárias no último século impôs a essa população visíveis transformações em seu sistema social, como resultado da imposição de novas formas de produção econômica, da perda do território, de alterações nos padrões demográficos e de residência (PEREIRA, 2004, p. 22).

A alteração do *tekoha* implica em transformações no aspecto econômico, social, político e religioso. Com a profunda transformação desse espaço, compromete-se o modo de ser do Guarani (MELIÁ, 1986). Levi Marques Pereira explica que no sentido etimológico “a palavra é composta pela fusão de *teko* + *ha*. *Teko* é o sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, seria tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowá. *Ha*, por sua vez, é o sufixo nominador que indica a ação do realizar”. Assim, *tekoha* seria o lugar

(território) onde uma comunidade kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural, isto é, segundo seus usos, costumes e tradições (p.120, 2004).

As Reservas Indígenas de Dourados foram espaços criados pelo Estado e receberam representantes de diversos grupos étnicos e de diferentes comunidades, originários de espaços que se diferenciam sobremaneira do atual local onde moram: um território delimitado segundo os padrões adotados pelo estado nacional. A importância que os Guarani dispensam ao *tekoha* permite a compreensão do quanto o ambiente influencia o *ethos* Guarani. O que pode ser observado na transformação da dieta dos Guarani e Kaiowá.

2.4 O papel do SPI na política de aldeamento do sul de Mato Grosso

A política de transferência para as reservas teve a participação de vários agentes, dentre eles o órgão indigenista é apontado, na bibliografia sobre o tema, como o principal. No Sul de Mato Grosso atuaram ainda os fazendeiros, missionários e os próprios indígenas. Muitas comunidades tiveram a sua permanência inviabilizada devido às constantes doenças e ao grande número de mortos. A alternativa de mudança para as áreas demarcadas era assim fundamental, já que nesses locais havia a assistência, mesmo que precária, do Estado para dar suporte às comunidades indígenas. Pereira aponta ainda os sistemas de parentescos como medida atrativa para muitos indígenas: “[...] em muitos casos os próprios capitães das reservas apoiavam a iniciativa dos agentes do SPI, pois ‘trazer gente para sua reserva’ implicava no aumento de seu prestígio” (p. 92, 93, 2004).

As reservas cumprem um papel dentro do Estado Nacional de liberar áreas para as atividades econômicas. A finalidade de demarcação de terras segue, desde a criação do SPI, atrelada às necessidades econômicas do Estado. Até a promulgação da Constituição de 1988, predominava uma política indigenista “de integração por assimilação à sociedade envolvente e conseqüente dissolução das especificidades culturais” (DÁVALOS, 2005, p. 85, 86).

O SPI foi concebido, em 1910 (Decreto nº 8.072), com o propósito de “atrair e pacificar” os índios, seguindo as concepções positivistas de Cândido Rondon, que se contrapunha às práticas de extermínio calcadas em pressupostos racistas. Muitos autores atribuem ao SPI o mérito de proteger da ação destrutiva das frentes de expansão algumas sociedades indígenas. O fato é que Rondon defendia a tese de que para saírem do mundo rudimentar e adentrarem no mundo moderno os indígenas precisavam da proteção e assistência do Estado (OLIVEIRA, 1999). Essa noção pontuou a ação governamental para com os indígenas, edificando assim um sistema paternalista de assistência, em que os indígenas seriam incorporados à mão-de-obra nacional, daí a primeira nomeação: Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Em 1918, o órgão perdeu as atribuições referentes à localização de trabalhadores nacionais.

As Reservas do Sul de Mato Grosso são resultado direto dessa política integradora. Seguem a linha de atuação do SPI, ou seja “[...] parte-se do princípio de que a gestão, unificada em um centro, de um largo número de povos indígenas diferenciados, dispersos em um amplo espaço geográfico ainda não totalmente territorializado por aparelhos de âmbito nacional, cria a necessidade de homogeneização de concepções [...]” (LIMA, p. 156, 1992).

A inspetoria de Campo Grande, encarregada de atender a região sul de Mato Grosso, foi instalada logo pós a criação do SPILT, órgão ligado inicialmente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Somente cinco anos depois, em 1915, é que iniciaram-se as atividades mais direcionadas à região, com a criação da primeira Reserva, a Benjamim Constant, em Amambai. Em 1917, seria instalado o Posto Indígena Francisco Horta, na região de Dourados (BRAND, p. 110, 111, 2004).

A terceira reserva foi criada em 1924: a *Tehy-Cuê*, em Caarapó, com 3.750 hectares. Em 1928 seriam criadas mais cinco reservas, no município de Ponta Porã: 900 hectares para repor a terra grilada da Reserva Benjamim Constant e as demais de 2 mil hectares em Porto Lindo, Pirajuy, Limão Verde e Takuapery. A escolha das áreas que viriam a se tornar reservas levava em consideração não o modo de ocupação com base nos *tekoha* tradicionais, mas sim o da quantidade de indígenas que viviam no local (BRAND, p. 112, 113, 2004).

As áreas das reservas eram diminutas em decorrência da política de assimilação do órgão indigenista, que preconizava que os indígenas se tornariam pequenos produtores rurais e se integrariam ao modo de vida da sociedade envolvente. Nos decretos de instalação das Reservas a área era de aproximadamente 3,6 mil hectares. Essa medida era a mesma da quantidade de terras disponibilizadas para venda a terceiros das terras que antes eram arrendadas exclusivamente para a Cia Matte Larangeiras.

2.5 Os Guarani e Kaiowá históricos

Além dos episódios mencionados neste trabalho, é preciso salientar outros episódios que são importantes na História Guarani, nos séculos XVI a XVII: a busca por mão-de-obra indígena por portugueses das capitânicas do Sul e por espanhóis e o projeto missionário dos padres jesuítas e franciscanos.

Embora tenha afetado direta ou indiretamente a demografia, a distribuição espacial e a organização política de todos os povos da região, o processo de penetração colonial, em suas múltiplas facetas, atingiu de modo particular os Guarani, que sofreram profundas transformações decorrentes de práticas e políticas impostas pelos principais agentes de expansão européia. Frequentemente, projetados no papel de dócil e regrado discípulo dos missionários jesuítas ou da infeliz vítima dos sanguinários bandeirantes, os Guarani da historiografia vigente encontram-se, por assim dizer, entre a cruz e a espada. Em contrapartida, longe de serem inermes vítimas que povoam habitualmente os livros de história, os Guarani desenvolveram estratégias próprias que visava não apenas a mera sobrevivência mas, também a permanente recriação de sua identidade e de seu “modo de ser”, frente a condições progressivamente adversas (MONTEIRO, 1992, p. 475).

Meliá também salienta a capacidade dos Guarani de reestruturar seu “modo de ser”. Diante desses e de inúmeros outros eventos os indígenas criaram mecanismos de adaptação que influenciaram as práticas sociais, religiosas e econômicas para garantir assim a sua sobrevivência e sua identidade. Ainda segundo Meliá, há três eixos principais para discutir a trajetória etno-histórica dos Guarani coloniais: Os Itatins, os Caaguá e o Paĩ-tavyterã. *“Pero si se admite, com los datos que aqui se aportarán, que los Paĩ actuales, como descendentes de aquellos Caaguá del siglo XVIII, lo son también de los Itatin del siglo VVI y XVII, entonces su historia colonial se amplia e profundiza considerablemente”* (MELIÁ, 1976, p.155).

Os Paĩ-tavyterã seriam os atuais Kaiowá, segundo Brand (1997, p. 49), e são considerados descendentes dos indígenas que habitavam, no século VXI, a região do Rio Apa até o Rio Miranda, tendo a Leste a serra de Amambai e a Oeste o Rio Paraguai (GADELHA, 1980, p. 251). A denominação dos grupos étnicos abarca

uma complexa discussão, principalmente quando se refere aos Guarani. Isso porque foram vários autores que relataram fatos relacionados a esse grupo em distintas épocas, surgindo assim denominações diferentes. Entretanto, o objetivo aqui não é inquirir sobre a identidade dos grupos pretéritos, mas sim ter uma noção do histórico que a bibliografia aponta sobre os Guarani.

Parte dos Itatin foi reduzida, a partir de 1632, pelas missões jesuíticas (BRAND, 1997, p. 49). Para Monteiro, a presença jesuítica foi um “elemento desestabilizador”, por causa da divergência entre os missionários e colonos sobre o trabalho indígena. Os missionários pregavam a liberdade dos indígenas, enquanto os colonos queriam se utilizar da mão-de-obra indígena. As reduções foram alvos de conquistas de bandeirantes paulistas à procura de índios para trabalhar nas lavouras de café e cana-de-açúcar em São Paulo e Pernambuco (SOUSA, 2004, p. 45)

Os Caagua ou Monteses, no século XVIII, habitavam a mesma região dos Paĩ-Tavyterã. Segundo Meliá, seria uma parcialidade dos Itatin, e conseqüentemente dos Guarani, caracterizada por resistir à ação dos missionários e dos colonizadores (1976, p. 169). Os Caagua foram redescobertos “pelo mundo colonial” (MELIÁ, 1976, p. 153), em 1750, com os trabalhos de demarcação do Tratado de Madri.

No entanto, Brand, afirma que até 1850, poucos contatos foram realizados com os Guarani da região do Sul de Mato Grosso do Sul. Cabe destacar que a presença guarani não se limitava apenas a este local. No período colonial, ocupavam uma extensa área que “[...] hoje inclui os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes dos países vizinhos” (MONTEIRO, 1990, p. 476; 478).

A Guerra do Paraguai, em 1864, trouxe novas frentes de expansão para a região e o conflito acabou por promover o deslocamento de determinadas comunidades indígenas. Com o fim da Guerra, iniciam-se os trabalhos demarcatórios entre Brasil e Paraguai:

[...] nesta comissão de limites teve como fornecedor de alimentos Tomaz Larangeiras, que percebeu o grande potencial de erva mate nativa que existia na região, como também a densa presença dos Kaiowá e Guarani, que poderiam ser utilizados como mão-de-obra, pois os mesmos já utilizavam a erva-mate e a tornaram conhecida ao explorador europeu, que em 1882, consegue junto ao Governo Federal o arrendamento da região para a Cia.

Matte Laranjeiras, que inicia a exploração da erva-mate em todo o território Kaiowá e Guarani (SOUZA, 2004, p. 23).

Além da Cia Matte Laranjeiras, no final do século XIX, há também a chegada de gaúchos para a instalação de fazendas de gado, causando os mesmo impactos que as comunidades Guarani viriam a sofrer de forma mais sistemática no século seguinte: dispersão e o desmatamento.

2.6 Terena para as reservas do Sul de Mato Grosso

Pode-se enquadrar a transferência dos índios Terena para as reservas da região de Dourados como um reflexo da concepção homogeneizadora do órgão indigenista no início do século XX. Os primeiros grupos Terena chegaram logo após a criação das Reservas, a partir da década de 1920. As primeiras famílias eram provenientes da Serra de Maracaju e “teriam sido trazidas para Reserva com o intuito de ajudar a integrar os Guarani” (GIROTTI, p. 59, 2007) e para trabalhar na extração de erva-mate, o que teria gerado atrito com um grupo de Kaiowá.

Girotti, baseada nos documentos do SPI e nos relatos dos Terena, informa que, em 1924, um grupo de cem índios provindos das comunidades de Aquidauana e Miranda teriam vindo para a região de Dourados. Eremites de Oliveira e Pereira (2003) afirmam que a infra-estrutura do Posto Indígena de Dourados teria atraído muitas famílias Terena, principalmente no que se refere a atendimento médico.

Os Terena constituem um grupo étnico descendente dos antigos Guaná-Txané das regiões do Chaco e Pantanal, cuja língua está filiada à família lingüística aruák, assim como também é o caso dos Laiana e Kinikinau. Até fins do século XIX, os Guaná-Txané estavam organizados e se distinguiam em vários grupos étnicos, segundo resumiu Gilberto Azanha: “*Terena (ou Etelenoé), Echoaladi, Quiniquinau (Equiniquinau) e Laiana*” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2007).

A característica sociocultural mais difundida a respeito desse povo é seu histórico domínio de técnicas de agricultura. A bibliografia sobre os Terena aponta ainda sua capacidade de se relacionar com diferentes grupos étnicos, sejam indígenas ou não. Rondon deve ter considerado estes dois aspectos ao encaminhá-

los para as reservas de Dourados. No século XVII, mantinham estreita relação com os Mbayá (atualmente conhecidos como Guaikuru e Kadwéu) e viviam nas margens ocidentais do rio Paraguai, no leste da planície do Chaco. Com a pressão das frentes européias, principalmente espanhola, os Mbayá e Guané passariam para o lado oriental do Rio, essa migração teria se estendido até o início do século XIX.

Os Terena passaram a manter estreita relação com os portugueses e paulistas que se instalaram nas imediações das fortificações que a Coroa construía para proteger as fronteiras: Forte Coimbra (1775), Forte de Príncipe da Beira (1776) e Presídio de Miranda (1778) (AZANHA, LADEIRA, 2004). Isso ocorreu após a assinatura do tratado de paz entre Portugal e os Mbayá-Guaicuru, em 1791, quando estes indígenas concordaram com a construção das fortificações.

A Guerra entre Paraguai e a Tríplice Aliança, em 1864, transformou as comunidades Terena: “Um dos palcos do conflito foi justamente em território destes povos e, como aliados que eram dos brasileiros, sofreriam ataques por parte das tropas invasoras. É certo que todas as aldeias então existentes na região dos rios Miranda e Aquidauana se dispersaram [...]” (AZANHA, 2005, p. 79). A participação nas batalhas não garantiu aos Terena nenhum benefício, como ocorreu com os Kadiweu, que receberam do Império terras na região do Nabileque/Bodoquena, em 1880 (PECHINCHA, 1999).

A época seguinte à guerra é denominada pelos Terena como tempos de servidão, em função do trabalho nas fazendas de gado que se instalaram no seu antigo território e devido ao tratamento que as novas frentes populacionais dispensaram a este grupo étnico (AZANHA, 2005). Assim como os Guarani, os Terena foram induzidos a se instalarem em Reservas demarcadas pelo Estado, principalmente no início do século XX, com a criação da SPI e com a novas ondas de ocupação não-indígena em seus antigos territórios. Entre 1905 e 1914, foram construídas a estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB) e as Linhas Telegráficas, fatos que trouxeram um grande fluxo populacional nos territórios terena e os conduziram a uma nova dispersão “por uma região que estendeu-se do Rio Miranda até o Rio Brilhante, passando pelas nascentes do Rio Vacaria e chegando ao Vale do Rio Dourados” (GIROTTI, 2007, p. 31).

A chegada dos Terena à Reserva de Dourados, a partir da década de 1920, é resultado dessas ondas de dispersão que a bibliografia sobre o tema menciona. Atraídos pela infra-estrutura que o Posto Indígena oferecia, muitas famílias terena ali se estabeleceram. Eremites de Oliveira e Pereira, que realizaram perícia antropológica, histórica e arqueológica na terra indígena Buriti, na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Burito afirmam que “um razoável número de famílias se dispersou, algumas se mudaram para cidades como Campo Grande, outras para aldeias como a de Dourados (Jaguapiru) e, por último, um contingente expressivo, formado por cerca de 500 pessoas, fundaram a aldeia urbana Tereré, em Sidrolândia, onde vivem até hoje” (EREMITES DE OLIVEIRA, PEREIRA, 2003, p. 228

Para garantir seus direitos, os Terena estabeleceram uma “relação de aliança” (GIROTTTO, 2007, p. 40) com as instituições governamentais, primeiro o SPI e depois a Funai, e não-governamentais. A convivência com grupos étnicos diferentes, os Kaiowá e Guarani, é permeada por conflitos, principalmente por causa do acirramento da disputa por espaço e prestígio dentro da Reserva de Dourados. “As várias etnias passaram a compartilhar uma situação político-administrativa e social definida pela realidade circundante, o que os aproxima, ainda que sob conflitos e disputas permanentes” (GIROTTTO, 2007, p. 62)

Essa aproximação mencionada ocorre em momentos em que a comunidade indígena precisa fazer reivindicações comuns. Como o fato noticiado em julho de 1999: “Indígenas ocupam núcleo da Funai” (O PROGRESSO, 6 jul, 1999), quando os indígenas pressionaram pela troca da chefia do Núcleo de Apoio ao Índio da Funai, propondo a nomeação do indígena, Wilson de Matos, terena. *O Progresso* noticiou a ocupação do órgão, comentou a reivindicação no Editorial, publicou uma matéria com os argumentos do Chefe do Núcleo, que estava deixando o cargo, mas não noticiou com a mesma proporção a nomeação do indígena, sendo que a única menção foi em uma pequena nota publicada na coluna *Bate-Rebate*, de cunho Político (O PROGRESSO, 13 jul, 1999).

As notícias sobre os conflitos entre Terena, Guarani e Kaiowá dentro da reserva são mais freqüentes e eloqüentes do que se comparadas com as de momentos de coesão entre os grupos, como a notícia publicada no início de 2000: “Questão indígena: Líder aciona União na Justiça” (O PROGRESSO, 23 fev, 2000). O texto

referia-se sobre a indenização que o líder terena, Ramão Machado, pedira à Justiça por ter passado um tempo preso e ser liberado por falta de provas. A denúncia que levou à prisão de Machado teria sido realizada pelos Guarani e Kaiowá, segundo a notícia: “O conflito que resultou na prisão de Ramão aconteceu em Maio de 98, quando houve uma verdadeira guerra entre os Guarani/Kaiowá e os Terenas de Ramão. Os Guarani/Kaiowá, aliás, foram quem formulou a denúncia contra Ramão” (O PROGRESSO, 23 fev, 2000).

Na mesma edição, o editorial comentava o fato destacando o clima tenso e as diferenças entre os Terena e os Guarani na Reserva: “Talvez esse impasse não se resolva tão facilmente porque historicamente os Kaiowás e Guaranis nunca se entenderam com os Terenas. Mantém-se, até por uma questão de sobrevivência, um ambiente de aparências” (O PROGRESSO, 23 fev, 1999).

As duas matérias citadas acima demonstram que os fatos noticiados pelo jornal durante o período analisado têm raízes no passado. Os argumentos para que o público apreenda o assunto estão na abordagem dos processos históricos vivenciado pelos três grupos étnicos em questão.

3. ÍNDIOS NAS PÁGINAS D'O PROGRESSO

A região de Dourados possui peculiaridades importantes, que a tornam referência simbólica para discutir a relação entre indígenas e não-indígenas no Brasil. Dizer que o clima é tenso seria repetir o mesmo conceito reducionista que a imprensa tem dispensado ao tema, como é possível perceber nos inúmeros títulos jornalísticos. É preciso considerar que se trata de um cenário onde convivem proprietários de grandes extensões de terras com comunidades indígenas que adensam diferentes grupos étnicos, originários de diversas regiões, com uma proximidade de poucos quilômetros do perímetro urbano. Essas comunidades não se eximem de reivindicar seus territórios e direitos, assim como os proprietários rurais não hesitam em utilizar todos os artifícios possíveis para defender o que eles conclamam “direito de propriedade”

Conforme afirma Oliveira Filho, “em regiões com conflitos fundiários, entre brancos e índios, a sociedade local discrimina fortemente estes últimos” (1999, p. 200). Em função da valorização das terras da região de Dourados a partir da década de 50, resultado da política expansionista do governo Getúlio Vargas, os conflitos fundiários estão presentes na relação entre índios e não-índios, assim como o preconceito com os indígenas. Expostos a um longo contato interétnico, os índios de Dourados são questionados quanto a sua identidade pela sociedade envolvente, por não apresentarem os traços de primitividade que o senso-comum associa à imagem dos indígenas.

Os jornais, assim como a mídia em geral, assumem um papel fundamental na concepção que as pessoas têm sobre as comunidades indígenas, pois a maneira como a questão indígena é apreendida está relacionada, também, com a linguagem adotada pela imprensa. Como afirma Flamarion, a linguagem é um “[...] lócus potencialmente estratégico para a pesquisa, já que ela contém tanto a ação quanto a representação, pelo qual permite formular, melhor que qualquer outro elemento do social, as relações entre idéia e ação na consciência social” (2005, p. 155).

O discurso dos jornais, aliado a outras práticas discursivas com as quais as pessoas mantêm contato ao longo da vida, se configura como uma barreira para uma compreensão menos estereotipada que a sociedade envolvente possa ter sobre a situação dos indígenas.

Na representação cotidiana o índio é um indivíduo com tecnologias rudimentares e sua base alimentar seria ausente de técnicas elaboradas de cultivo, cozimento, e consistiria, basicamente, em pesca, caça e coleta.

A conjunção das representações publicadas na imprensa e dos conceitos do senso comum com outros fatores que serão abordados na sequência traz imbricada a suposição de “primitividade”, o que impede o “reconhecimento de seus direitos coletivos como sociedades diferenciadas” (ARRUDA, p. 82. 2005).

3.1 Nos caminhos d’*O Progresso*

O jornal *O Progresso* foi o primeiro veículo a noticiar a situação das crianças indígenas, ineditismo citado em várias reportagens. No editorial do dia 2 de fevereiro, texto que expressa as idéias da direção do jornal, intitulado *Fome Indígena*, o redator afirma que: “o fato é que alguma coisa passou a ser feita depois das denúncias de *O Progresso*”, deixando evidente a crítica à falta de ações dos órgãos públicos, pois o editorial elogia a iniciativa da Funai – Fundação Nacional do Índio de enviar uma comissão para avaliar a situação.

A direção não se exime de emitir suas opiniões. No caso da desnutrição, a crítica recaía sobre o governo. A situação dos indígenas era utilizada para criticar os programas sociais do governo e os altos impostos, como mostra o editorial do dia 22/23 de janeiro, Imagem da Fome: “Ora, qual a vantagem de o governo comemorar tanto o aumento da arrecadação de impostos, se crianças continuam morrendo de fome?” (O PROGRESSO, 22,23 jan. 2005).

Para que se tenha noção do alcance do jornal escolhido para análise, *O Progresso* é distribuído para cerca de 40 municípios de Mato Grosso do Sul (Segundo dados do jornal). Além disso, o jornal em questão costuma pautar os demais veículos do estado. Depois das manchetes do jornal, outros veículos

passaram a cobrir os casos de desnutrição. Isso justifica porque o presente trabalho optou por focar o debate nesse jornal. Isso pode ser considerado um exemplo de *newsmaking*, que segundo Wolf, seria uma abordagem que articula a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos nas empresas de comunicação, consideradas elementos fundamentais para a produção noticiosa; assim os critérios de atribuição de importância a um tipo de notícia são definidos de acordo com a articulação mencionada (WOLF, p. 34, 1995).

Há certo consenso entre os jornalistas e os veículos sobre o que é notícia. Assim, o grau de destaque de determinado assunto é influenciado pelo posicionamento dos demais veículos sobre o mesmo tema.

A partir do momento em que *O Progresso* noticiou a desnutrição indígena, os demais veículos consideraram o fato relevante e passaram a noticiar também, gerando um efeito cíclico. Não aderir a essa agenda de assuntos significaria estar em atraso aos demais veículos, no jargão jornalístico o termo utilizado para esse tipo de situação é comer barriga.

Além de noticiar o fato, no seu editorial, o periódico comentava sobre as ações dos órgãos públicos. A cobrança por ações imediatas era a principal tônica do discurso, no entanto quando a questão se referia às ocupações de terras ou bloqueio de rodovias predominava o tom de crítica, conforme demonstra o trecho do editorial intitulado “Ameaça Indígena”:

A situação em Japorã, onde índios de diversas aldeias de Mato Grosso do Sul ameaçam invadir mais de uma dezena de fazendas produtivas, está cada vez mais tensa. Por outro lado, os governos estadual e federal estão cada vez mais distantes da área de conflito, num total desrespeito ao produtor rural e, principalmente, ao direito constitucional de propriedade. Incentivados por laudos bisonhos, elaborados por antropólogos que não têm conhecimento da área, que foram contratados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) com o propósito exclusivo de fomentar a instabilidade na região, os índios estão se unindo em grupos dispostos a invadir as terras produtivas e resistir a qualquer iniciativa de reintegração de posse (O PROGRESSO, 25 Jan 2005).

Percebe-se no trecho acima a emissão de juízo de valor em relação aos laudos antropológicos e a crítica ao governo estadual e federal, ambos exercidos pelo Partido dos Trabalhadores, que sempre teve atuação de esquerda. Se é uma área de conflito, para a qual o governo não dispensa atenção devida, poderia ser dito que

há falta de respeito também com os indígenas. Os termos utilizados de forma genérica: “laudos bisonhos, antropólogos inexperientes” desqualificam os trabalhos antropológicos de forma geral, pois não especificam de que laudo, qual antropólogo exatamente está em discussão.

Essa conotação acaba por desmoralizar muito mais o movimento indígena do que os trabalhos dos indigenistas, pois induz a correlação de que os atos do movimento indígena estariam embasados em trabalhos indigenistas sem fundamentação alguma. Da maneira como está redigido o texto, principalmente na última frase, as reivindicações indígenas teriam o intuito apenas de disseminar o terror e não de recuperar antigos territórios.

Para avaliar a opinião expressa no editorial acima é preciso considerar a tendência política dos diretores e também a questão financeira da empresa jornalística.

Quanto à questão política, o alinhamento foi mais evidente na época da fundação do periódico, mas é possível observar a tendência adotada pelos diretores nos editoriais em 2005. O Progresso foi fundado em 1951, por Weimar Gonçalves Torres, ativo militante político do Partido Social Democrático (PSD) “[...] O Progresso surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que sugere que suas pretensões com o jornal eram muito mais políticas e eleitorais do que financeiras ou jornalísticas” (SCHWENGBER, 2005, p. 47).

A época de fundação do jornal coincide com o período de instalação da CAND, iniciado em 1943, e a conseqüente transferência dos indígenas para as Reservas. A região era tida pelo governo de Getúlio Vargas, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como modelo de reforma agrária, conforme abordado no capítulo anterior. Para Schwengber, “o fundador de *O Progresso* soube aproveitar o momento político para se instalar na cidade e lá lançar um jornal: Weimar chegou em Dourados quando a CAND ainda estava se instalando e fundou seu periódico exatamente no ano em que Vargas – muito popular na região da colônia e aliado do PSD – voltou ao poder” (2005. p. 49).

O cenário político na década de 1950 se dividia em três partidos: PSD, PTB e UDN. O PSD, partido a que Weimar era filiado, caracterizava-se por agregar

grandes proprietários rurais e a burguesia urbana. O PTB foi formado com base nos sindicatos controlados por Vargas e sua atuação oscilava entre uma proposta de esquerda para a classe operária e as idéias liberais de seus dirigentes. Atualmente, no centro de Dourados, entre a Avenida Getúlio Vargas (uma das principais da cidade) e na Rua Joaquim Teixeira Alves há uma estátua de Getúlio Vargas, onde os filiados do PTB, todo ano, fazem uma homenagem a ele na data de sua morte.

A UDN tinha dentre as principais características ser alinhada à direita e reunir grandes proprietários rurais. As páginas do *O Progresso* eram frequentemente utilizadas por Weimar para criticar as posições da UDN e difundir às referentes ao PSD, principalmente no período anterior ao golpe militar de 1964 (SCHWENGBER, 2005, p. 40-48).

Em 1969, Weimar morreu em um desastre aéreo, quando exercia o mandato de deputado federal. A direção do jornal passou para o seu sogro Vlademiro do Amaral, que veio para a região para atuar como agrimensor na demarcação da CAND. Amaral foi vereador em Dourados, em 1947, pela UDN. No início da década de 1950 se filiou ao PSD, por influência de seu genro. Amaral imprimiu ao *O Progresso*, na década de 1970, transformações que a grande imprensa brasileira havia adotado a partir da década de 1950: a modernização editorial e gráfica do conteúdo jornalístico e a racionalidade empresarial dos veículos de comunicação (ABREU, 2002).

Foi durante o comando de Vlademiro que o jornal *O Progresso* começou a se modernizar tanto no que diz respeito aos equipamentos quanto à contratação de jornalistas, fato este que possibilitou a tornar-se diário no ano de 1976. Essa modernização aconteceu devido à disputa pelos leitores, que se travou naquele ano, com a *Folha de Dourados*, já que este periódico foi o primeiro no município a implantar edições diárias, prática reproduzida por *O Progresso* um mês depois e que se mantém até hoje (SILVA, 2007, p. 33).

Durante o regime militar, Amaral estava à frente do jornal e *O Progresso* não teve problemas com a censura, mas adotava uma linha editorial que não se contrapunha ao regime militar. Vlademiro morreu em 1985 e sua filha Adiles, viúva de Weimar, que editava a coluna social, passou a dirigir o jornal, atividade que exerce até hoje. Segundo Schwengber, “[...] Adiles investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação [...]” (SCHWENGBER, 2005, p. 48).

Adiles manteve a mesma postura editorial adotada por seu marido e seu pai, porém com novas práticas comerciais frente à nova economia, que se apresentava com a abertura política, e aos avanços tecnológicos da mídia. Já nos primeiros anos sob seu comando, o jornal passou por reformulações na sua apresentação criando várias seções e o editorial (SILVA, 2007, p. 33).

Nesse sentido, Schwengber observa que a empresária criou em 1996 um suplemento rural de circulação semanal, cujo público alvo era o grande e médio proprietário rural “[...] que apesar de serem a minoria se comparado ao número de pequenos produtores, constituem a elite que pode investir em publicidade no jornal e que compra os produtos por ele anunciados” (SCHWENGBER, 2005, p. 48).

Considerando o exposto no parágrafo acima e o contexto da região de Dourados, posso dizer que a questão financeira acaba por influenciar o conteúdo editorial do jornal *O Progresso*. Em Mato Grosso do Sul, a imprensa, com raras exceções, tem sua principal fonte de renda nas verbas públicas destinadas para publicidade. Nos principais jornais do país, a principal receita provém da publicidade de empresas do setor privado, tendência que se consolidou a partir da década de 1950.

A imprensa, antes dos anos 50, dependia dos favores do Estado, dos pequenos anúncios populares ou domésticos – os classificados – e da publicidade das lojas comerciais. Foi exatamente a partir daí, no segundo governo Vargas (1950-1954), que o processo de industrialização do país se tornou mais visível e, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), mais acelerado e irreversível. Com a maior diversificação da atividade produtiva trazida pela indústria, começaram os investimentos de peso em propaganda e surgiram as primeiras grandes agências de publicidade. Era preciso, agora, anunciar produtos como automóveis e eletrodomésticos, além de produtos alimentícios e agrícolas. Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita de anúncios (ABREU, 2002, p. 9).

Na região de Dourados não houve essa “diversificação da atividade produtiva”, a economia é centrada na agropecuária e a verba publicitária, assim como a receita oriunda de assinaturas, é irrisória. Isso induz os jornais a terem uma grande dependência das verbas públicas. Os governos fazem contrato para veiculação publicitária, mas isso acaba influenciando no conteúdo do veículo, fato que se pode observar pela quantidade de matérias induzidas sobre a desnutrição: 16% eram releases.

Schwengber observou essa mesma tendência quando pesquisou as representações do MST na imprensa. A pesquisadora realizou entrevistas e comparou a diferença da abordagem entre dois governos do Estado distintos e constatou que a relação do governo de Zeca do PT, governador também no ano de 2005, com *O Progresso* foi conturbada devido à falta de consenso sobre o valor da verba publicitária

A diferença dos investimentos entre os dois governos refletiu nas páginas do jornal: o espaço dedicado aos *releases* do Executivo Estadual, que era de uma página inteira, foi reduzido à metade. Os elogios que antes visualizávamos nas charges, coluna da Adiles e no quadro *In Vino Veritas* desapareceram na administração petista. Identificamos apenas ausências de elogios, mas não críticas contundentes. Ou seja, a tiragem poderia até diminuir de um ano para outro ou até no mesmo ano. No período, o setor público representava praticamente a metade da verba publicitária do jornal, entre atos oficiais e anúncios publicitários. (SCHWENGBER, 2005, p.58).

Além de publicar os releases dos órgãos de governo, *O Progresso* mantém contratos com outros segmentos e publica releases dessas empresas e organizações, o que é notório ao folhear as páginas do jornal douradense. Isso é até mesmo visto de forma habitual pela diretora e pelo editor, conforme verificou Schwengber em suas entrevistas.

Vander (*editor-chefe*) também julga que o *release* não atrapalha a qualidade jornalística de *O Progresso*, pois para ele os textos são bem produzidos e o assunto sempre interessa ao público, desde que se dê a eles o teor jornalístico (Vander, 07 nov. 2004). Adiles também afirma que “quando faz um anúncio bom, a gente dá um release por mês. Aí eu às vezes até peço pra um funcionário ir lá ou a pessoa vem aqui, encaminha. A gente dá uma força... às vezes eu dou uma palhinha, uma colher de chá, na coluna social...” (17 nov. 2004) (SCHWENGBER, 2005, p.68).

Um fato que pode exemplificar a relação comercial em que se baseia a publicação de conteúdo jornalístico foi uma contestação do Sindicato Rural às declarações do prefeito Laerte Tetila. Para contrapor a afirmativa do prefeito, de que os casos de desnutrição estavam associados à escassez de terras, o Sindicato Rural publicou um Informe Publicitário, um elemento da linguagem jornalística nitidamente comercial, que pode ser valorado conforme o seu tamanho. Dois dias depois, os mesmos trechos do Informe foram identificados em uma entrevista de

página inteira, no Caderno Rural, o que demonstra que a compra do espaço para o Informe esteve relacionada a uma entrevista, um elemento da linguagem jornalística que deveria prezar pelo interesse público e não por uma condicionante financeira.

Outros segmentos da sociedade também utilizaram os casos de desnutrição pra criticar o governo. É o caso do deputado federal Geraldo Resende, que publicou no dia 26/27 de fevereiro release cobrando mudanças na coordenação da Funasa.

O jornalismo tem uma função social que é a de informar o público com imparcialidade. O Relatório MacBride, encomendado pela Unesco em meados de 1970, critica o sistema de controle da informação implantado no Ocidente ao longo dos últimos 150 anos e seu uso como instrumento consciente de dominação em escala planetária, a partir da 2ª Guerra. A respeito da relação entre informação e democracia, é interessante observar as ponderações de Traquina:

A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de idéias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes, a responsabilidade de ser um guardião - *wachdog*) do governo. (TRAQUINA, 2005, p. 22)

Ao utilizar um elemento que tem caráter informativo, como no caso da entrevista, para fins mercadológicos, o jornal deixa de cumprir a sua atribuição de subsidiar o leitor com informações claras e passa a difundir as idéias daqueles que podem pagar por isso, ou seja, afasta-se de sua missão formadora.

Se a capacidade de decisão de cada pessoa depende das informações que recebe e se a democracia é o exercício do poder, em última instância, por essas pessoas, não há dúvida quanto à necessidade de diversificar o fluxo de informação e estabelecer critérios mais adequados de seleção (LAGE 1985, p. 52).

Ao basear-se em critérios financeiros, o jornal incorre em danos a essa democracia, pois a sociedade não teria ferramentas para exercer seu papel de cidadã, de agente da democracia, estaria sujeita a informações parciais, e conseqüentemente,

a tomadas de decisões não apropriadas à realidade, já que perceberia a realidade de maneira distorcida.

O conteúdo jornalístico deve ser pautado pelo interesse do público para o exercício da democracia. No caso específico da entrevista, Medina aponta que “[...] é um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano”, para a autora há três variáveis do processo de informação que permeiam a seleção dos entrevistados: “influência grupal, que seria a ideologia do grupo que coordena o veículo e a oferta na sociedade; influência coletiva: demanda do consumidor ou exigência do público e a criação e iniciativas dos produtores de notícia” (MEDINA, 2002, p. 23).

No caso da entrevista publicada no *O Progresso* percebe-se a influência da ideologia do grupo que coordena o periódico, a iniciativa dos produtores da notícia, no caso o Sindicato Rural, em detrimento do interesse do público e da sociedade. “Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista, se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo” (MEDINA, 2002, p. 35) Essa frase é bastante apropriada para finalizar a discussão sobre a entrevista em questão, pois se percebe que não houve diálogo, ficou explicitada apenas a opinião do Sindicato Rural.

3.2 Nos caminhos da desnutrição infantil indígena

Durante o ano de 2005, a questão indígena foi tema de 244 textos, entre editoriais, artigos, charges, notas, reportagens, matérias induzidas, carta do leitor, foto-legendas, informes publicitários e manchetes de capa. Desse total de material analisado, 49% foi sobre a desnutrição indígena, tema que ocupou páginas de destaque no jornal, como capas emblemáticas nas quais as crianças apareciam desnutridas. O gráfico abaixo demonstra a incidência de manchetes sobre a desnutrição nos dois primeiros meses de 2005, quando houve os primeiros casos e maior incidência do assunto:

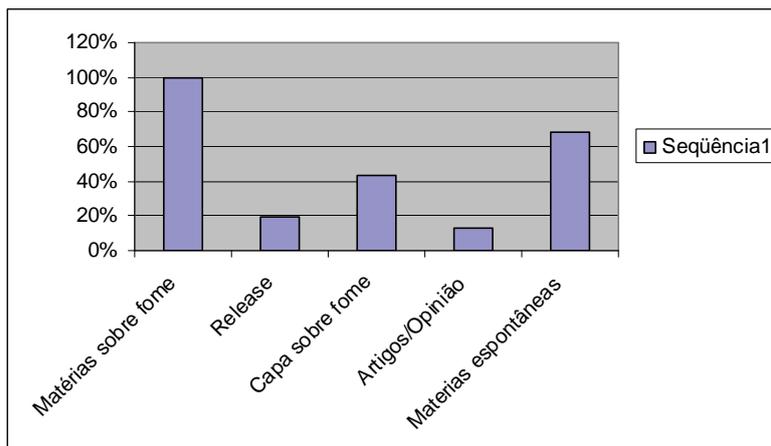


Tabela 1 – Gráfico sobre estilos jornalísticos predominantes nas matérias sobre a desnutrição indígena

Apesar da grande recorrência da questão indígena no ano de 2005, dois pontos se destacaram na análise do material: o tratamento sobre a desnutrição das crianças indígenas como um fato fragmentado, com o ocultamento do motivo central, que é a questão da terra e o fato dos indígenas serem raramente ouvidos, ou seja, serem protagonistas sem voz.

Um dos aspectos que evidencia a abordagem fragmentada da questão indígena é a ânsia em obter uma solução imediata para os casos de desnutrição. Pode-se notar essa pretensão em reportagens sobre as ações que os órgãos públicos tomaram depois que o assunto ganhou repercussão nacional. A primeira da série de reportagens com esse enfoque foi veiculada no dia 25 de janeiro, em local privilegiado, página ímpar e com manchete na capa: *MPF vai apurar casos de fome em MS* (O PROGRESSO, 25 jan. 2005). No dia seguinte, a notícia *Zeca convoca reunião para tratar de questões indígenas*, também em local valorizado (p. 3, Política), citava a convocação do governador de Mato Grosso do Sul para uma reunião com o objetivo de identificar causas dos problemas sobre a desnutrição e a melhor maneira de resolvê-la. No editorial do mesmo dia, *Decisão Acertada*, a direção do jornal expressava seu contentamento com a iniciativa do Governador (O PROGRESSO, 25 jan. 2005).

A vinda de uma comissão da Funai para Dourados gerou textos em que a ênfase recaía sobre a solução imediata. (O PROGRESSO, 01 fev. 2005). Verificou-

se o mesmo aspecto em mais cinco matérias jornalísticas que discorreram sobre a conclusão do relatório da comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (O PROGRESSO, 03 fev. 2005), a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da desnutrição na Assembléia Legislativa (O PROGRESSO, 17 fev. 2005), sobre a CPI da Câmara de Vereadores (O PROGRESSO, 23 fev. 2005), sobre as ações emergenciais da Funasa (O PROGRESSO, 26,27 fev. 2005) e as cinco notícias sobre as mortes decorrentes de desnutrição. A primeira reportagem a respeito disso foi publicada no dia 10 de fevereiro e dividiu a capa da edição com as notícias sobre o Carnaval, fato que agrava ainda mais a descontextualização da desnutrição.

A forma enfática como os jornais noticiaram a desnutrição indígena, cerca de 38% das matérias sobre desnutrição foram capas, e as repercussões que o público concedeu ao tema geraram uma série de ações sociais voltadas para as comunidades indígenas. Conforme demonstram as matérias jornalísticas, após as primeiras manchetes sobre a desnutrição infantil, os órgãos do governo aumentaram o número de cestas-básicas distribuídas nas Reservas Indígenas, iniciaram obras de saneamento, contrataram mais profissionais de saúde, dentre outras ações emergenciais. A sociedade civil realizou campanhas de doação de alimentos e roupas, umas delas idealizada pela diretoria do jornal *O Progresso*. Ou seja, o discurso jornalístico sobre a subnutrição das crianças indígenas resultou em diversas iniciativas da sociedade envolvente. Como afirma Orlandi, o discurso produz efeitos e influencia novos acontecimentos:

[...] o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no “futuro”, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real (ORLANDI, 1990, p. 35).

O discurso do jornal, apesar de seu caráter factual, em que o imperativo é apresentar os fatos como inusitados, continua produzindo efeitos mesmo quando pára de ser noticiado. Na questão indígena, esses efeitos influenciam as ações sociais voltadas para as comunidades indígenas. Essa constante produção de sentidos pode ser notada na situação da desnutrição infantil quando se observam as explicações apresentadas sobre o quadro de saúde das crianças: as primeiras justificativas apresentadas foram as que predominaram no imaginário das pessoas.

3.2.1 Ocultamento da questão central

Nas explicações apresentadas para a desnutrição infantil, o jornal priorizou aspectos que depositam a causa da desnutrição na cultura indígena e não no processo histórico vivenciado pelos indígenas. Raramente é apresentada uma análise que leve em conta o contexto que conduziu à situação atual dos indígenas, reforçando preconceitos com relação a eles. Trata-se do ocultamento da questão central, que é a escassez de terras.

Como efeito desse procedimento, tem-se a intenção de conter os sentidos que o público possa ter sobre a realidade indígena. Para exemplificar utilizo os dois casos a seguir, em que as fontes, pessoas que prestam informações para o jornalista, são: um profissional liberal que disse ter atuado nas comunidades, e o governador, que pode ser interpretado como autoridade política do momento.

Após três dias da primeira matéria sobre a fome, em 24 de janeiro, a capa do jornal trazia uma foto de uma criança indígena de costas. Junto com a manchete e o texto, o assunto ocupava praticamente meia página da capa. No texto, a fonte jornalística, uma nutricionista que disse ter trabalhado na Reserva, apontava que fazia parte da “*tradição indígena as mães alimentarem os filhos com pão e açúcar*” (O PROGRESSO, 24 jan. 2005).



Figura 9 – Primeira explicação para casos de desnutrição apontavam a cultura como causa

A capa acima (O PROGRESSO, 24 jan. 2005) possui um forte apelo visual para sensibilizar as pessoas. A foto traz a imagem de uma criança em estado de desnutrição e isso desperta a piedade na maioria das pessoas, principalmente por ser uma criança, indivíduo que normalmente remete ao sentimento de proteção dos adultos. O título reforça essa idéia ao associar a fome ao futuro das aldeias. É importante frisar que o leitor não lê a imagem de forma global, mas antes vai fixando seu foco nos aspectos da imagem mais dotados de informação e que mais lhe despertam o interesse, processo denominado por Aumont (1993, p.60) como busca visual ou exploração ocular.

Por outro lado, a leitura do texto induz o público a um distanciamento da situação noticiada: a reação mais provável de quem obtém a informação de que na cultura indígena é comum as mães alimentarem os filhos com pão e açúcar é condenar a cultura e as mães que assim o fazem. A explicação sobre o fato ser comum à cultura indígena encerra o assunto e não é aberta à discussão sobre porque

as mães estariam oferecendo essa mistura às crianças, que seria a falta de acesso a outros alimentos. Outras perspectivas de análise, distintos discursos que valorizem a versão indígena, ou mesmo ponderações à explicação do “pão com açúcar” não são apresentadas. Nesse sentido convém destacar que: “As relações entre sociedades, ou mesmo entre vários grupos de uma mesma sociedade não podem ser adequadamente analisadas a partir de uma visão unidirecional, que privilegie a perspectiva de um dos grupos ou sociedade envolvidas” (NOVAES, p. 22, 1993), conforme ocorre nessa notícia, na qual é enfatizada a visão da sociedade envolvente, sem dar-se o devido valor a explicação da sociedade indígena.

Cito ainda outra notícia que remete a visão unidirecional: No dia 26 de janeiro, na matéria *Zeca convoca reunião para tratar de questões indígenas* verificou-se a explicação calcada na cultura. Após falar sobre os números de cestas básicas distribuídas nas Reservas, o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, sugere que o problema pode ter raízes culturais: “Sabemos que na cultura indígena, primeiro os adultos se alimentam e depois, se sobrar, as crianças” (O PROGRESSO, 26 jan. 2005).

Tratam-se de afirmações que requerem parâmetros de investigação antropológica sobre a organização social indígena, todavia, até o momento não identifiquei nenhuma indicação etnológica que respalde essa afirmação. Essa ênfase no aspecto exótico foi notada por Orlandi, nos relatos dos capuchinhos franceses, no século XVI, XVII e XVIII, e é perfeitamente articulável nos discursos sobre a desnutrição. Segundo a autora, ao se referir às comunidades indígenas os discursos tendem a desconsiderar o processo histórico, seria o apagamento da história pela noção de cultura:

O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que negam a historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos. (ORLANDI, p. 15, 1990)

Os dois exemplos mencionados, sem fundamentação antropológica, sobre a dieta alimentar das crianças indígenas, foram absorvidos pela população local e são repetidos na atualidade sempre que se discute a desnutrição indígena em conversas informais, ganhando status de verdade. Conforme aponta o testemunho da

professora indígena Leia Aquino Pedro, da comunidade *Nhanderu Marangantu*, no município de Antônio João. Leia concedeu-me entrevista no dia 26 de outubro de 2007, dois anos após as manchetes de desnutrição terem sido publicadas, quando esteve em Dourados para as aulas do curso de Licenciatura Indígena *Teko Arandu*. Ao ser indagada sobre a influência das matérias jornalísticas sobre a desnutrição na imagem dos indígenas, a professora ponderou: ““Fica mostrando uma imagem dos Guarani e Kaiowá que não sabe cuidar de si, não sabe trabalhar, que não sustenta seus filhos, tudo isso aparece (*na mídia*)” (PEDRO, 2007).

Os textos dos jornais produziram sentidos que permaneceram ao longo do tempo e se tornaram de difícil desmontagem, o que Orlandi (1990, p. 15) chama de “efeitos de sentido”, expressão que diz respeito às conseqüências sociais das práticas discursivas, no caso em questão a prática jornalística.



Figura 10 – Charge publicada na capa do jornal, após quatro dias das primeiras manchetes sobre a desnutrição

A charge acima (O Progresso, 25 jan. 2005) foi publicada na capa do jornal, um dia depois da explicação sobre “pão com água e açúcar”. É um componente jornalístico humorístico que se utiliza de artifícios caricatos em relação à realidade, não se pode esperar uma reprodução fidedigna nas charges. No exemplo acima, esses elementos caricatos estão na residência e nas vestimentas dos indígenas. Desenhadas como ocas, a habitação dos indígenas da região de Dourados não tem essa aparência, em geral são barracos de lona ou sapé, bem como as roupas não tem

relação alguma com as vestes usadas pelo Guarani, Kaiowá e Terena, nem em tempos pretéritos. A principal mensagem que a charge apresenta, a de escassez de alimentos nas Reservas Indígenas, pode ser considerada um item que produz os “efeitos de sentido” (ORLANDI, 1990, p. 15) negativos em relação à imagem dos indígenas, pois retrata a cultura indígena como sendo desprovida de hábitos de cultivo e de cuidado com a alimentação.

As explicações do “pão com água e açúcar”, “dos adultos se alimentarem primeiro” e a charge acima remetem a antigos preconceitos que circundam o imaginário sobre o indígena, a idéia de que são preguiçosos, sem aptidão para o cultivo de alimentos. A fim de apresentar um contraponto com a noção de escassez de alimentos entre as comunidade indígenas, faço aqui uma relação com a abundância de alimentos que os Guarani pré-cabralinos desfrutavam antes do contato com o europeu. Tal fartura deveu-se às condições apropriadas que o território indígena dispunha na época, ao contrário do que ocorre nos dias atuais, cada situação deve ser analisada dentro de seu contexto, exercício que pode levar a sociedade a repensar a noção que remete a visão do selvagem.

Noelli, que fez um estudo das crônicas publicadas entre os séculos XVI e XIX sobre os Guarani e de quase todas a respeito dos demais Tupi, construiu um corpus de informações etnográficas, arqueológicas e lingüísticas sobre esse povo. O autor constatou que “tanto da vegetação quanto da fauna eram extraídos os alimentos e as matérias primas cotidianamente empregadas em comidas e tarefas específicas para a reprodução cultural do *ethos* Guarani” (93, p. 145).

Estudos como o de Noelli, com os Guarani pré-cabralinos, desconstróem a noção que o senso-comum tem de que a dieta alimentar indígena se baseia exclusivamente em mandioca e milho ou no conceito de que esse grupo tenha em sua base de subsistência apenas a caça e a pesca.

Para o pesquisador, além da agricultura, os Guarani tinham sua base alimentar acrescida dos produtos obtidos na coleta de vegetais e animais, na pesca e na caça de mamíferos, aves, répteis e coleta de fungos: “Essa informação foi subsidiada por dados arqueológicos, etno-históricos, etnográficos e pode, também, ser corroborada por analogias com outros falantes da Família Tupi-guarani” (NOELLI, 1993, p. 230).

Da roça Guarani, Noelli catalogou pelo menos nove cultivares de carás, 21 de batata-doce, um de **maky** (batata-inglesa, *Solanum tuberosum*) e um de **ka'are** (*Chenodium sp.*), 24 cultivares de mandioca Guarani; 13 cultivares de milho Guarani e 15 cultivares de feijão. A técnica de consorciamento de diferentes cultivares, difundida na moderna agricultura, era já utilizada pelos indígenas como tecnologia para a proteção do solo. Dentre os produtos coletáveis, Noelli lista: folhas, talos, rizomas, bulbos, raízes, brotos, sementes e dupras. Os Guarani utilizavam também diversos sistemas de caça e de pesca e diferentes técnicas de cozimento e conservação como assar, ferver, tostar e moquear.

As primeiras frentes européias a adentrarem no Brasil foram sustentadas pelas comunidades indígenas, sem que essas deixassem de se auto-sustentar, como lembra Noelli. Dentre os cronistas que estiveram com os Guarani, e que descrevem a fartura de alimentos, Melià (1987, p. 21 apud NOELLI, 1993) destaca os relatos de Ulrich Schmidl, que esteve em contato entre 1535 e 1553 e participou dos primeiros contatos no rio Paraguai, e Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que comandou a primeira expedição que atravessou por terra a região entre o litoral sul-brasileiro e a cidade de Assunção, Paraguai, no ano de 1541, estando entre os primeiros europeus que chegaram ao Guairá. Segundo Noelli (1993, p.265), “[...] os dois são os primeiros a descreverem alongadamente a diversidade de alimentos”.

O contato entre europeus e ameríndios gerou um quadro de transformação e trocas entre os dois povos. Novos elementos culturais foram incorporados aos hábitos tanto do indígena quanto do europeu. Chamorro, baseada nos relatos de Ruiz de Montoya sobre as variedades de alimentos cultivados pelos Guarani, afirma que *“o empobrecimento da dieta guarani só pode ser adjudicado à colonização. Esta não só significou perda de autonomia política e de complexidade social, mas também perda de variedade alimentar”* (CHAMORRO, 2004, p. 42,43).

Dois momentos históricos são importantes na História Guarani, nos séculos XVI a XVII: a busca por mão-de-obra indígena pelos portugueses das capitânicas do Sul e o projeto missionário dos padres jesuítas e franciscanos.

Embora tenha afetado direta ou indiretamente a demografia, a distribuição espacial e a organização política de todos os povos da região, o processo de penetração colonial, em suas múltiplas facetas, atingiu de modo particular os Guarani, que sofreram profundas transformações decorrentes de práticas e

políticas impostas pelos principais agentes de expansão europeia” (MONTEIRO, 1992, p. 475).

Diante desses e de inúmeros outros eventos os indígenas criaram mecanismos de adaptação que influenciaram as práticas sociais, religiosas e econômicas para garantir assim a sua sobrevivência e sua identidade. Relatos como o de Cadogan evidenciam a redução na diversidade alimentar no início do século XX:

Muito pelo contrário, como vem sendo constatado, o contato com os europeus degradou profundamente o quadro da subsistência indígena em todos os seus setores. Do mesmo modo, em 1948, León Cadogan (1948:132) já chamava a atenção para o fato de que os Guaraní apenas **siembravan para vivir**, não representando os mesmos números de quando podiam produzir uma quantia de excedentes para a realização de suas grandes festas ou para sustentar os primeiros invasores europeus” (NOELLI, 1993, p. 250, 251).

No sul do Centro-oeste brasileiro, o aldeamento das comunidades indígenas demonstra a transformação de importantes elementos da cultura Guaraní. A situação atual dos Guaraní, Kaiowá e Terena das Reservas da região de Dourados, reduzidos a espaços estranhos dos tradicionalmente ocupados, se torna um agravante à reprodução de costumes e usos inerentes aos grupos em questão, mas não os inviabiliza. Os Guaraní, Kaiowá atuais desenvolveram dinâmicas que garantiram não só a sua sobrevivência “[...] mas também a permanente recriação de sua identidade e de seu modo de ser, frente a condições progressivamente adversas”. (MONTEIRO, 1992, P. 475) As comunidades da região de Dourados são um exemplo dessa capacidade de transformação e de permanência da noção de pertencimento que os indígenas apresentam. Apesar das adversidades decorrentes da situação em que se encontram, mantém aspectos essenciais da organização social Guaraní e Kaiowá, como a língua.

Diante dos exemplos noticiosos expostos, pode-se afirmar que o jornal abordou superficialmente o processo histórico que levou os indígenas das reservas da região de Dourados à atual situação. A população que vive nos 3.530 hectares das reservas de Dourados é de 11.312 habitantes, conforme dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Residem nas reservas de Dourados indígenas Guaraní, Kaiowá e Terena. Esse número é a soma das populações das áreas indígenas Jaguapiru e Bororó, conforme disponibilizado pela Rede Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos Indígenas, no sítio da Funasa.

A explicação calcada na cultura exime toda a sociedade de qualquer relação com os casos de desnutrição, e isso inclui a classe política, ruralista e toda a sociedade civil. O tema da má distribuição de terras foi abordado 28 dias após a primeira reportagem sobre a desnutrição, através da declaração de uma figura pública que fazia essa relação. O prefeito de Dourados, Laerte Tetila, aconselhou à CPI da Assembléia Legislativa, criada para apurar a desnutrição, a considerar a incoerente distribuição de terras para as comunidades indígenas. No texto: “*CPI tem que apurar falta de terras*”, o prefeito diz: “*os índios vivem confinados e não têm condições de produzir nem para o próprio alimento*” e apontava uma série de programas que a prefeitura desenvolvia na Reserva Indígena de Dourados (O PROGRESSO, 18 fev. 2005).

A declaração da professora indígena Leia Aquino Pedro demonstra que os casos de desnutrição foram tratados como fatos isolados.

[...] A desnutrição é realmente uma coisa grave, que vem acontecendo também...mas isso é a consequência das coisas que vêm acontecendo. Isso já é uma consequência das coisas que acontece com os indígenas. Então isso eles (*jornais*) não mostram, eles tem que procurar o começo, o porquê tá acontecendo isso. [...] (PEDRO, 2007)

Leia enfatiza a relação entre os casos de desnutrição e a questão fundiária. Para a professora “*o começo, o porquê tá acontecendo isso*” seria o momento em que as terras onde estão as comunidades começaram a ser alvo de disputas entre colonos, fazendeiros e indígenas.

De uma amostra de 82 matérias sobre a desnutrição, publicadas nos dois primeiros meses de 2005, quando a incidência do tema foi a maior verificada, apenas sete apontaram a questão da terra. Em geral, as notícias sobre o assunto são publicadas como fatos isolados, sem relação com o processo histórico da comunidade indígena.

3.2.2 Protagonistas sem voz

Percebi na análise do material sobre a desnutrição que os indígenas raramente eram ouvidos para dar explicações, nem mesmo as lideranças indígenas tinham voz de forma satisfatória para dizerem o que consideram importante, ou seja, não lhes foi dada a oportunidade de se pronunciar. Trata-se de uma forma de

silenciar o discurso do indígena e, se analisarmos sob a ótica de Orlandi, até mesmo o silêncio tem sentido, tratando-se do pressuposto do discurso, “aquilo que não é dito mas que acompanha necessariamente o que é dito” e que traz em si uma carga de ideologia:

A ideologia tem, pois, uma materialidade e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Conhecer o seu funcionamento é saber que o discurso colonial continua produzindo efeitos desde que se apresentem as condições (ORLANDI, 16, 1990).

Apesar de serem os protagonistas do tema, os indígenas foram fontes, pessoas que oferecem as informações para o jornalista, em raras vezes quando o tema das matérias jornalísticas era a desnutrição. A primeira declaração de um indígena sobre a desnutrição foi veiculada só onze dias após a primeira notícia sobre a fome nas aldeias: *Índios querem criação de coordenadoria* (O PROGRESSO, 02 fev. 2005), em um texto produzido pela assessoria de imprensa do governo do Estado e remetido ao jornal.

Como raramente os índios eram procurados para dar sua versão sobre o tema, um grupo de mães indígenas de Dourados publicou, no dia 2 de fevereiro, o informe *Não somos assim*:

Tem família com mais de uma criança e só um é desnutrido pois a mãe mantém maior laço afetivo com um dos filhos e acaba cuidando melhor dele – Maria Luiza de Paula, enfermeira, responsável pelo Centro de Recuperação (um jornal de Dourados 25/01/2005). Nós mães indígenas de Dourados estamos indignadas com as reportagens que falam sobre nossos hábitos e de como tratamos nossos filhos. O que esta senhora, Maria Luiza, que se diz enfermeira e ainda por cima responsável pelo Centro de Recuperação, sabe sobre a nossa cultura para falar essa besteira? A causa da nossa miséria é culpa nossa? Se a senhora entendesse de verdade sobre a nossa cultura jamais poderia dizer um absurdo deste. Até mesmo o equivocado Sergio Novaes, chefe do pólo da Funasa em Dourados, relata que é “extremamente complicado lidar com a cultura e os hábitos dos índios” (um jornal de Dourados 24/01/2005), porém o mesmo pouco sabe sobre nós já que ele fica em seu gabinete e não anda pela Reserva. Como esta equipe do Pólo da Funasa pode falar que nós, mães indígenas, não cuidamos de nossos filhos? A causa da morte de nossos filhos é culpa nossa? A causa de vivermos como se fossemos “gado” cercados em pequenos espaços, sem água, sem luz e sem qualquer saneamento básico é culpa nossa? Onde estão essas pessoas que se dizem entendidas de nossa cultura? Será que não se baseiam em suas práticas sociais e se espelham em nós?
Mães Indígenas de Dourados (O PROGRESSO, 02 fev. 2005)

Quando se mencionavam os depoimentos indígenas, os repórteres, na maioria das matérias analisadas, citavam lideranças indígenas, sem apontar o nome das

pessoas, o que ocorreu na matéria *Indígenas querem troca de comando* (*O PROGRESSO*, 27 jan, 2005) e no release publicado no dia 8 de fevereiro: *Índios reconhecem trabalho de Tetila*.

O fato de não serem interlocutores em um assunto em que estão diretamente relacionados demonstra o mecanismo de conter os sentidos sobre a situação em que se encontram e delimitar a compreensão que as pessoas possam vir a ter sobre todo o processo histórico a que foram submetidos e sobre a situação atual em que vivem. A maneira como o indivíduo produz e reproduz o mundo é determinada pela visão que o indivíduo tem deste mundo, que por sua vez tem relação direta com as representações que lhe são transmitidas. O jornal institui sentidos unilaterais que podem ser assimilados para compor o imaginário social sobre a temática indígena.

Essa tendência remete ao conceito, abordado no primeiro capítulo, da visão romântica do indígena, que o tem como um ser débil, que precisa ser tutelado. O jornal, no caso citado, deixa de cumprir seu papel social, que é o de informar, de ouvir todas as partes envolvidas e, como resultado desta prática, o público tem uma visão fragmentada do fato, o que pode ter conseqüências sérias na adoção de práticas políticas e na condução do processo histórico para com as comunidades indígenas.

Dar voz aos indígenas implicaria em deixar vir à discussão questões relativas à ocupação de terras, como se notou na matéria intitulada *Índios querem criação de coordenadoria* (*O PROGRESSO*, 02 fev. 2005), produzido pela assessoria de imprensa do governo do Estado e publicada na íntegra. Ao não dar voz aos indígenas, o veículo deixa de obter explicações mais abrangentes sobre a situação atual das comunidades indígenas, que é resultado de uma série de fatos históricos e que, se abordados, contribuiriam para a melhor compreensão da realidade indígena.

Na matéria mencionada acima a primeira declaração publicada de um indígena já evidencia isso, por associar a questão da desnutrição à escassez de terras, como demonstram os depoimento dos indígenas citados, dentre eles podemos destacar o de Maria Regina, Guarani, da Aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados:

A falta de terra também foi apontada por Regina como o principal problema dos índios na reserva de Dourados (aldeias Jaguapiru e Bororó), onde vivem 11.050 guarani, caiuí e terena (sic) em 3,6 mil hectares: 'A terra é nossa mãe', definiu. A guarani acrescentou que, mesmo com pouca terra, são

produzidos arroz, milho, melancia, melão e outras culturas na reserva. Mas, segundo ela, muitas famílias não tem (sic) área suficiente para plantar (O PROGRESSO, 02 fev. 2005).

Como observado na matéria acima, ao terem oportunidade os indígenas associavam a desnutrição à questão da terra, no entanto, como não tinham voz nas demais matérias produzidas pelo periódico, circunstancialmente nos casos de desnutrição, essa associação entre desnutrição e terra não aparecia na maioria das matérias publicadas no ano de 2005.

É interessante observar como varia a abordagem entre as matérias jornalísticas produzidas pelo periódico e os releases publicados no jornal. Especificamente nos casos de desnutrição, percebeu-se que os releases procuraram ter uma acuidade maior, como no caso citado, no qual há várias declarações de indígenas, com suas reivindicações por terra. Cada declaração é seguida pelo nome do indígena, com a especificação do grupo étnico a que pertence. A postura que se esperaria dos repórteres do jornal é percebida no texto da assessoria de imprensa, que tem o caráter de divulgar os atos do seu assessorado.

Conforme abordado no capítulo anterior, os principais pontos para entender as transformações provocadas pelo reduzido espaço nas reservas são: presença do Estado Nacional, introdução da agricultura mecanizada e destruição das florestas e assoreamento dos rios (PEREIRA, 2004, p. 14). O periódico, ao desconsiderar o ponto de vista dos indígenas, desconsidera também esse contexto apontado por Pereira.

É preciso levar em conta que há fatores históricos e econômicos para que o jornal assim apresente a questão indígena. Conforme mencionado, a região de Dourados não tem empreendimentos de segmentos variados e a economia local é centrada na agricultura. O periódico é uma empresa e tende a defender os posicionamentos da classe ruralista, que se encontra em constante conflito fundiário com os indígenas. A sociedade vê os indígenas com uma forte carga de preconceito e temas como a desnutrição, quando não abordados de maneira contextualizada, servem para reforçar idéias pré-concebidas. Por isso é imperiosa a mudança na maneira de representar o indígena, principalmente em localidades próximas a estas comunidades, como em Dourados.

3.3 A gente indígena não quer só comida

A questão central dos problemas vivenciados pelos indígenas da região de Dourados está na proporção de terras disponíveis para a crescente população indígena. Conforme retratado no capítulo anterior, os conflitos fundiários entre ruralistas e indígenas são frequentes e rendem uma grande quantidade de pautas para a imprensa local. Das 497 matérias analisadas, 35% delas são sobre a questão da terra, incluem-se nesse percentual as matérias sobre os atos e reivindicações por territórios, que, assim como a desnutrição indígena, ocupam manchetes, capas e páginas de destaque no periódico.

Diferentemente do notado nas matérias dos casos de desnutrição, a análise do material jornalístico sobre as reivindicações por terras apontou uma forte interação dos indígenas com o jornal. Nesse caso, essa tendência remete à noção mais recente do indígena enquanto ator político. Cientes do papel do periódico na região, os indígenas estabelecem uma relação com os jornalistas para dar suporte às suas reivindicações. Ilustrativa é a matéria *Índios ameaçam cometer suicídio indígena* (O PROGRESSO, 1/05/99), na qual o vice-capitão da Reserva Bororó alerta sobre estado de miséria na comunidade, relaciona o fato com o risco de suicídio, aponta que os incentivos à agricultura seriam a solução, “[...] é o principal meio de sobrevivência dos índios” e solicita à Prefeitura de Dourados combustíveis e sementes para o plantio.

Através dessas matérias, em que os indígenas se colocam como sujeitos da situação, é possível verificar suas estratégias diante de um contexto de intenso e, na maioria das vezes, conflituoso contato interétnico. Percebe-se, nessa relação entre indígenas e periódico, o quanto as comunidades indígenas interagem com organismos da sociedade envolvente, a fim de apresentar argumentos para legitimar suas reivindicações.

Essa tendência de a imprensa tratar o indígena enquanto ator político foi verificada a partir das décadas de 1970 e 1980, momento em que os indígenas organizam-se em movimentos e passam a reivindicar sua identidade e suas terras. “A imprensa brasileira, portanto, teve participação significativa no processo

histórico que redefiniu o campo político das relações interétnicas no Brasil, com a organização do movimento pan-índigena” (MATOS, 2001, p. 90).

No período analisado, em 1999 e 2005, verifiquei que essa interação dos indígenas com a imprensa, na região de Dourados, é constante quando o assunto é território, mas difusa em meio a tantos outros temas recorrentes no noticiário sobre os indígenas: suicídio, conflitos fundiários, violência, desnutrição indígena e as comemorações dos “500 anos de descobrimento do Brasil”. Esses mesmos temas são apontados por Maria Helena Ortolan Matos em uma análise sobre a imprensa brasileira na década de 90. Matos lista quatro grandes temas recorrentes: “demarcação de terras indígenas, movimento indígena, violência e desrespeito aos direitos indígenas e os ‘500 anos’ do descobrimento do Brasil” (2001, p. 92). Isto posto, posso dizer que o jornal em Dourados seguiu a mesma tendência da imprensa nacional. Os temas são os mesmos, mas o enfoque é regional devido à localização do periódico estar no local dos principais eventos envolvendo comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.

3.3.1 Vozes sem eco

Percebe-se que os indígenas são ouvidos, mas por iniciativa própria deles, que procuram as redações dos jornais por saberem que suas reivindicações só terão peso se forem repercutidas na mídia. Como ocorreu na matéria “Índios querem levantamento em um mês,” na qual duas lideranças indígenas: Renato de Souza, guarani, e Jamir Freitas, terena, das Reservas Indígenas Jaguapiru e Bororó, vão até a redação do jornal para apresentar suas justificativas para o ato de bloqueio da rodovia dias antes. A notícia, que teve manchete na capa, traz no primeiro parágrafo as informações sobre o fim do bloqueio. No segundo parágrafo são apresentados os argumentos dos indígenas.

Eles negam que invadiram as propriedades. Alegam que, por enquanto, tratava-se apenas de um protesto para melhorar as condições de vida na Reserva e buscar garantia para a juventude das aldeias, que em função do espaço reduzido em que vivem não tem nenhum espaço de terra. “Todo mundo fala que é preciso ampliar a reserva, mas ninguém faz nada para que isso aconteça de verdade, fica só na conversa, então não dá mais para esperar!”, disse a dupla de índios. (O Progresso, 4 jun. 2005)

Não são raras as vezes nas quais os indígenas procuram as redações, através de telefone ou presencialmente, para expor seus pontos de vistas. Quando o assunto é território, essa interação dos indígenas com os veículos de comunicação é uma prática comum, no entanto a voz dos indígenas não encontra eco, ou seja, o discurso dos indígenas perde-se em meio a tantos outros aspectos negativos sobre a questão indígena. Como exemplo, tem-se as matérias sobre as reivindicações indígenas, nas quais predominam as críticas aos atos dos indígenas em detrimento das causas desses atos. Sobre isso irei me deter no subcapítulo seguinte.

As matérias sensacionalistas, que ocupam as páginas policiais, também acabam por ofuscar as vozes dos indígenas. Casos de embriaguez, furtos e assassinatos ocorridos nas Reservas Indígenas e noticiados com grande frequência atuam como elementos que desqualificam o discurso das lideranças quando o assunto é território. As notícias sensacionalistas remetem à noção do indígena enquanto selvagem, pois atos de violência são, fatalmente, associados à selvageria, principalmente se os sujeitos forem indígenas.

É preciso observar que a violência é um fator relacionado a situações de pobreza, onde não há geração de renda. Não se trata de uma peculiaridade das comunidades indígenas, exemplo disso é a violência noticiada em cadeia nacional sobre as favelas cariocas. Isso posto, posso dizer que a recorrência do noticiário policial sobre os indígenas atua como neutralizador do protagonismo indígena nos veículos de comunicação, conforme observei em meu corpus de análise.

Cabe aqui indagar porque não houve interação dos indígenas com a imprensa quando dos casos de desnutrição. A primeira hipótese a que recorro é a de que por ser um fato novo, os indígenas não estavam prontos para se posicionar. A luta pela terra sempre foi uma constante na história indígena contemporânea, ao contrário dos recentes casos de desnutrição infantil, um fato novo que, em 2005, não tinha sido discutido nas comunidades e nos eventos indígenas. A comunidade indígena ainda não havia reunido os argumentos para discorrer sobre os casos de desnutrição, como demonstra a declaração da professora Léia Aquino Pedro quando solicitei que falasse sobre a maneira como os veículos noticiaram os casos de desnutrição:

Eu acompanhei alguns jornais eu li a reportagem. A gente sempre conversa com as lideranças assim, com os caciques rezadores a gente sempre conversa. Eu, na minha visão, achava que isso tava certo (*a maneira como os veículos de comunicação noticiaram a desnutrição*), que isso era correto, antes de um indígena da comunidade disser pra mim ó: eu não acho isso certo. Ele me

disse: Leia, eu não acho isso certo, porque eles estão mostrando uma coisa que não é verdadeira, uma coisa que não tá acontecendo, eles usam e engrandecem uma coisa que não é necessário mostrar. E aquilo que é necessário mostrar para o mundo, que os indígenas estão passando (*vivendo*), eles (*imprensa*) não estão passando. A questão da terra, por exemplo, e o que está acontecendo com os indígenas [...] (PEDRO, 2007)

É ilustrativo o trecho no qual a professora afirma que ela achava que os veículos de comunicação estavam certos de enfatizar os casos de desnutrição até o assunto ser discutido com a liderança de sua comunidade, o que a fez mudar de idéia. Essa afirmação demonstra que o assunto não havia sido amadurecido no âmbito das comunidades, o debate entre os indígenas ocorreu depois das principais manchetes.

A segunda hipótese é a de que o veículo de comunicação não ofereceu oportunidade para que os indígenas se posicionassem sobre a desnutrição, por questões ideológicas. Nesse sentido, Lage afirma que “Por detrás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por si só, não abarcam” (LAGE, 1885. p. 42). Caso fosse dado espaço para as explicações dos indígenas, a desnutrição poderia ser associada à falta de terras e esta se tornaria uma verdade de difícil desmontagem.

Por isso o assunto era tratado como algo que tivesse relação com a cultura indígena, como algo exótico e não algo que tivesse sua relação com o reduzido espaço das atuais Reservas Indígenas. Conforme já foi dito, as figuras de crianças desnutridas são chocantes para o público. Moscovici quando se refere às representações sobre a Aids afirma que: “[...] a maior parte das pessoas prefere explicações populares a explicações científicas, fazendo correlações enganadoras que fatos objetivos são incapazes de corrigir” (MOSCOVICI, 2003, p. 168). Com a desnutrição não foi diferente, o jornal preferiu considerar o aspecto cultural às reais causas da desnutrição.

Mais um exemplo que ilustra como a interação dos indígenas com a imprensa é efetiva, mas acaba sendo ofuscada pela maneira como o veículo a apresenta é a matéria já citada “Índios querem levantamento em um mês” (O PROGRESSO, 4 jul. 2005). No mesmo dia em que foi publicada essa notícia, o jornal trouxe, com espaço de igual destaque e na mesma página, a posição dos produtores rurais, com as opiniões do deputado estadual Zé Teixeira (PFL). Embora seja louvável o exercício do veículo de ouvir as duas partes envolvidas, o conteúdo

da notícia sobre o ponto de vista dos agricultores é sintomático da ideologia da classe ruralista, conforme discorrerei.

O texto se inicia com críticas: no primeiro parágrafo, às “constantes invasões” (O Progresso, 4 jul. 2005), no segundo, ao apoio que as ONG’s e a Igreja Católica prestam aos indígenas, no texto é utilizado o termo “interferência e influência” e no terceiro, ao governo, por não oferecer meios de produção, no quarto aos laudos antropológicos, evocando o direito de propriedade e no quinto parágrafo, além de dados sobre a as datas de demarcação da Reserva, o deputado defende a aquisição de novas áreas para os indígenas: “Portanto não há o que se discutir. Se a população indígena aumentou, o governo tem que adquirir novas áreas e assentá-los, não retirar terras que têm os títulos conferidos pelo próprio governo, como querem alguns movimentos sociais”, disse Zé Teixeira (O PROGRESSO, 4 jul. 2005). E por fim o texto critica a demarcação da Terra Indígena Panambizinho.

É preciso observar que as reivindicações dos indígenas, na matéria ao lado, apontam para a aquisição de terras ao redor das Reservas Indígenas. Conforme enfatizado nos textos sobre as justificativas do protesto.

As lideranças não querem nem ouvir falar na possível compra de outra propriedade mais ampla, para que os indígenas se mudem com suas famílias. Nós precisamos de mais espaços, mas jamais sairemos da Reserva Indígena Jaguapiru e Bororó, lá estão nossos parentes, avós, bisavós, nossos ancestrais enterrados, além disso, nós somos índios acostumados a morar próximos da cidade”, disse Júnior. (O PROGRESSO, 4 jul. 2005)

A idéia de propriedade que os produtores rurais evocam pode ser analisada sob o prisma da “construção discursiva neutralizadora das ciências sociais e dos saberes sociais modernos”, conforme discorre Lander (2005, p. 21). Para o autor, nos debates políticos e em diversos campos das ciências sociais “[...] há uma grande dificuldade em se formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, formulada pelo neoliberalismo” (LANDER, 2005, p. 21). Como é o caso da concepção de propriedade na atualidade. Lander defende que a neutralização das relações sociais consiste na noção de acordo com a qual as características da sociedade moderna são a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade, como se essa alternativa fosse a única possível.

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de neutralização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais (LANDER, 2005, p. 22).

Como as leis são decorrentes de princípios que balizam as ciências sociais, com o direito de propriedade não seria diferente. Para Lander a noção neutralizadora dos saberes decorre da visão eurocêntrica que tem norteado os estudos sociais, nos quais as “*relações coloniais/imperiais de poder* constitutivas do mundo moderno” (LANDER, 2005, p. 22) são a característica predominante. Se adotarmos a perspectiva eurocêntrica, a América, o continente jovem, assim como o seu povo, estaria atrasada na evolução humana, pois entre os indígenas encontrados aqui não havia um estado constituído e nem a noção de posse. “Esta é uma construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal” (LANDER, 2005, p. 34).

Oliveira utiliza o termo “estados criolos da América Latina” para designar o processo de formação dos estados na América, impregnados pela relação entre império e colônia, mesmo depois da independência da maioria das antigas colônias: “[...] inicia a construção de sua unidade nacional em virtude de guerras coloniais, herdando um aparato administrativo já localmente implantado pelas metrópoles colonizadoras” (OLIVEIRA, 1994, p. 193). Nas declarações do deputado Zé Teixeira, publicadas no jornal, é possível observar a explicação centrada nos conceitos colonizador e colonizado para afirmar o direito de propriedade.

Outro ponto que merece ser discutido, devido à recorrência nas matérias sobre os conflitos fundiários, é a de que a sociedade desconsidera a relação dos indígenas com o seu território, que pode também ser observada na declaração do deputado estadual Zé Teixeira sobre a remoção dos indígenas para outros locais. As comunidades indígenas estabelecem um forte vínculo com o espaço que habitam. O espaço é dotado de uma significação simbólica fundamental para a reprodução do *ethos* indígena. Para Pereira, entorno é igual ao ambiente, engloba o espaço físico natural, o meio sócio-político das relações interétnicas e o contexto sócio-cosmológico com os deuses. “[...] esse povos possuem uma forma de viver, de

pensar, de relacionar-se que é diferente da prática diária dos estados, dos sistemas de representação política, dos códigos vigentes [...] (PEREIRA, 2004, p. 14).

Ao propor a transferência das comunidades indígenas para outros locais, conforme ocorreu na matéria em questão, desconsidera-se relação das comunidades indígenas com o entorno e os impactos que essa mudança pode gerar no modo de vida dos indígenas que seriam removidos. A esse respeito, Giroto pondera que:

Para as sociedades indígenas, as relações que indivíduo estabelece com a natureza, com o mundo sobrenatural e com a sociedade [...] encontram-se imbricados uns aos outros e são aspectos do mesmo e único processo: o da reprodução material e simbólica da vida social. (GIROTO, p. 24 (2007))

A reterritorialização das comunidades no passado gerou notórios problemas na atualidade, como é o caso da desnutrição e dos conflitos de terra. Uma nova remoção poderia resolver parcialmente os problemas para os proprietários de terras ao redor da Reserva Indígena, mas poderia gerar novos entraves para as comunidades indígenas, pois desconsideraria a relação com o seu território.

3.3.2 Informação-show nas notícias sobre reivindicações

Os atos reivindicatórios dos indígenas são frequentemente noticiados em *O Progresso*. As reivindicações são, em sua maioria, por terra, e por isso são aqui avaliadas dentro da questão territorial. Há ainda notícias sobre reclamações por infra-estrutura, pela coordenação da Funai, decorrentes dos conflitos de liderança da Reserva, dentre outras demandas, mas a abordagem segue a mesma tônica das notícias por solicitações por terra, na qual, conforme demonstraram as fontes consultadas, são enfatizadas as consequências negativas dos atos de protestos e de reivindicações. Os motivos das mobilizações são expostos de forma secundária.

Isso pode ser demonstrado pela forma como o texto, em geral, é organizado: no *lead*, abertura de uma notícia no qual o leitor que dispõe de pouco tempo toma conhecimento do fundamental de uma notícia (BARBOSA; RABAÇA, 1978, p. 279) são abordadas apenas os transtornos causados pelos protestos. O motivo dos atos é apresentado no segundo e, eventualmente, no último parágrafo. Conforme demonstram os exemplos a seguir:

Protesto ▼

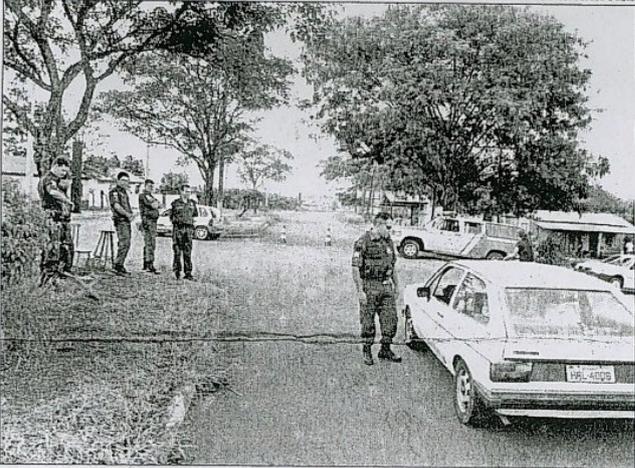
Índios mantêm bloqueio

Na noite de sábado eles fingiram que liberaram a pista para reter u

César Cordeiro

Fotos: Hedio Fazan

DOURADOS – A situação é cada vez mais tensa entre os índios na rodovia MS-156, que liga Dourados à Itaporã. Eles aguardam a presença de algum representante da Funai ou do Inca, enquanto mantêm desde a tarde de sexta-feira o bloqueio da rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã. Na noite de sábado foi anunciada a liberação da pista, quando uma mulher seguiu viagem e teve a camioneta S-10 retida pelos indígenas. A retenção aconteceu em represália à apreensão de duas bicicletas apreendidas com índios pela Polícia Militar de Itaporã, sem os documentos das mesmas. A mulher só foi liberada quando a Polícia Militar Rodoviária esteve na delegacia de Itaporã e conseguiu junto à PM a liberação das bicicletas. Uma caminhonete Mitsubishi da Funai, usada pelos funcionários que fazem a "Operação Sucuri" também estava até ontem em poder dos índios, em cima



Polícia Militar Rodoviária Estadual está no sentido Dourados/Itaporã orientando

da rotatória que dá acesso às aldeias, segundo informou a PMRE.

A Polícia Militar Rodoviária Estadual está no sentido Dourados/Itaporã orientando os motoristas sobre o bloqueio para que eles não tentem pas-

sar. No sentido Itaporã/Dourados, o mesmo trabalho é feito pela Polícia Militar.

A orientação da PMRE é para que os condutores que quiserem ir para Itaporã optem pela estrada vicinal do Panambi ou a rodovia de Douradina. Para quem quer viajar a Maracaju, a melhor opção é a estrada vicinal da "Placa do Abadio", que fica na rodovia Dourados/Itahum, após o distrito de Picadinha. "Estamos tentando convencer a todos os condutores para que não insistam em passar, assim

Berwanger, que ontem comandava a PMRE.

Os índios querem que alguma autoridade compareça ao local do protesto para indicar a localização exata de uma fazenda de 4.500 hectares em Rio Brilhante, que segundo eles, foi prometida pelo superintendente do Inca, Luiz Carlos Bonelli, como forma de aumentar o tamanho da Reserva de Dourados. Na semana passada, eles chegaram a ocupar uma propriedade, mas descobriram que estavam na fazenda erra-

Eles exigiram que bicicletas apreendidas com índios em Itaporã fossem liberadas



Figura 11 – Motivo para bloqueio é apresentado apenas no último parágrafo

Esta reportagem ocupa metade da página três do caderno Dia-a-dia, em página colorida (apenas a reprodução é preta e branca), local de grande visibilidade: a página da matéria é ímpar, local valorizado por que, em geral, o leitor percorre o olhar da direita para a esquerda e sua atenção tem mais chance de se deter nos elementos que estão à direita.

A justificativa para o bloqueio da rodovia aparece apenas no último parágrafo: os indígenas pedem a definição dos limites de uma fazenda que é vizinha da área da Reserva Indígena. No entanto, na janela, elemento gráfico utilizado para orientar a leitura, é apresentado um motivo secundário que desqualifica o protesto dos indígenas: "Eles exigem que bicicletas apreendidas com índios em Itaporã

fossem liberadas” (O Progresso, 11 nov. 2005). O fato das bicicletas aparece também no *lead*, que começa com a afirmação de que “A situação é cada vez mais tensa entre os índios na BR-156, que liga Dourados a Itaporã”. Essa frase não traz nenhuma informação, e sim uma observação subjetiva.

As orientações dos principais manuais de jornalismo salientam a necessidade de se apresentar as informações básicas no *lead*: o quê, quando, como, onde e porquê. (BARBOSA; RABAÇA, 1978, p. 279)

Na sequência, o texto descreve que os índios mantiveram duas caminhonetes paradas, dado que se configura como mais um aspecto negativo para os indígenas. Para finalizar a matéria, depois de haviam ocupado como forma de protesto uma propriedade, “[...] mas descobriram que estavam na fazenda errada.” A última informação também desqualifica os atos dos indígenas. Outra questão emblemática é de que as fontes não foram nominadas, o repórter usa o termo “os indígenas”, forma genérica, para apresentar o ponto de vista dos indígenas.

A matéria seguinte também é ilustrativa para demonstrar que as reivindicações dos indígenas são representadas enfatizando as suas conseqüências negativas em detrimento dos motivos.

Cidade: ~~XXXXXXXXXX~~

Aldeia Amambai

Índios bloqueiam rodovia em Amambai

Até o final da tarde de ontem, situação estava extremamente tensa no trecho bloqueado da MS-386

Wilson Nascimento

A MAMBAI – Um grupo de índios guarani bloqueou durante toda a noite de ontem, o trecho da rodovia MS-386 que corta a Aldeia Amambai. Até a tarde de ontem, o clima no local era tenso. Pelo menos oito pessoas, entre elas o próprio administrador regional da Funai em Amambai, Willian Rodrigues, estavam sendo mantidos reféns pelos índios. Se vocês brancos puderam matar um índio por que não também não podemos matar um de vocês?”, disse um índio, com os ânimos bastante alterados no final da manhã ao citar a morte de um cacique guarani-rihandeva na semana passada, em confronto com produtores rurais na região de Sete Quedas.

Os índios cobravam a imediata liberação do cacique da aldeia. José Bino Martins, o “Zé Bino”, preso no meio do mês passado sob acusação de porte ilegal de armas. Antes de falar com os índios na rodovia, o administrador da Funai em Amambai, Willian Rodrigues, acompanhado do advogado que atua na defesa do líder indígena, Leopoldo Azuma, esteve no presídio de Amambai onde o líder onde Zé Bino está preso.

O vereador disse que não sabia da movimentação para bloquear a rodovia e afirmou não concordar com tal ação, já que isso poderia prejudicá-lo ainda mais, tendo em vista que as autoridades poderiam considerar tais ações como uma afronta à Justiça.

Durante o diálogo Zé Bino manteve o que havia dito ao ser preso, quando afirmou ter sido vítima de uma armação de grupos opositores para tirá-lo do cargo e reafirmou

que as armas - dois revólveres e munições encontradas pela polícia em uma sacola, no quintal de sua residência teriam sido deixadas naquele local por adversários.

De acordo com o advogado do líder indígena, Leopoldo Azuma, o índio Zé Bino, que já respondia um processo

Índios querem liberdade de cacique que foi preso por porte de arma

por porte ilegal de armas antes e ser preso no mês passado, teve dois pedidos de liberdade provisória negados, um na própria Comarca de Amambai onde a prisão foi decretada e outro no

Tribunal de Justiça do Estado.

Segundo o advogado, está prevista para amanhã uma audiência do cacique perante a Justiça para prestar esclarecimentos sobre as acusações. Zé Bino também está sendo acusado por índios da aldeia de ter mandado agredir adversários políticos dentro da aldeia e de ter mandado espancar uma mulher grávida que teria perdido o filho por conta das agressões, acusações que o cacique também nega veementemente.

O administrador regional da Funai em Amambai, Willian Rodrigues, foi até o local do bloqueio na rodovia acompanhado do advogado, no final da manhã de ontem, para relatar aos líderes do movimento como está a situação jurídica do cacique preso e tentar buscar uma saída para a liberação da pista, fato que acabou não surtindo efeito e o administrador acabou retido.

Equipes especializadas em ações de desocupações de área de Campo Grande estariam sendo mobilizadas e seriam mandadas ainda na tarde de ontem para o local para desobstruir a rodovia. A Polícia Militar Rodoviária Estadual mantém uma equipe da região monitorando toda a situação.



Momento em que o administrador da Funai, Willian e o advogado Azuma chegavam ao local



Reunião entre Willian Rodrigues e Azuma com o líder indígena que está preso em Amambai

Figura 12 – Na matéria, destaque recai sob o ato ilícito que ainda não havia sido provado

Essa matéria começa reforçando a informação de que o clima no local do protesto é tenso, informação subjetiva. Em seguida, o texto informa que o administrador da Funai é mantido refém, aspecto negativo do ato em local de destaque na notícia, no *lead*. A justificativa para o protesto só vem no terceiro parágrafo: “Os índios cobravam a imediata liberação do cacique da aldeia (...) (O Progresso, 5 jul. 2005).

Nesse caso também, a janela do texto desqualifica o protesto, ao enfatizar o ato ilícito do cacique. A leitura do texto demonstra que a origem do conflito decorre do conflito de lideranças na Reserva: “Durante o diálogo Zé Bino (cacique) manteve o que havia dito ao ser preso, quando afirmou ter sido vítima de uma armação de grupos opositores para tirá-lo do cargo (...). (O Progresso, 5 jul. 2005).

Os dois casos aqui abordados, assim como a maioria das matérias jornalísticas sobre as reivindicações dos indígenas, são noticiados sob o signo da “informação-show” (BARROS, 2003, p. 69), ou seja, enfatizam o aspecto performático dos atos reivindicatórios e não o quê está sendo pleiteado. A ênfase incide nos acontecimentos e não na problemática (TRAQUINA, 2005, p.184). Nota-se nas notícias sobre as reivindicações certa semelhança com a abordagem encontrada nas matérias sobre a desnutrição indígena.

Nas duas situações, o motivo causador é tratado de forma secundária, sem a devida importância e os acontecimentos são representados como se fossem fatos isolados do contexto histórico que os gerou. Tanto nas notícias sobre a desnutrição como nas reivindicações está presente o caráter sensacionalista, que procura ganhar a atenção do leitor pelo apelo ao conflito ou ao controverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura jornalística sobre a questão indígena, no período analisado, foi visivelmente “orientada para o acontecimento” e não “orientada para a problemática” (TRAQUINA, 2005, p. 131). Em todos os exemplos de notícias utilizados nesse capítulo há uma sobreposição de um discurso a outro. Fala-se da ocupação das fazendas, da desnutrição, das ações emergenciais, dos bloqueios, ocupações, dentre outros, mas o processo de perda da terra e as transformações sociais que isso implicou para as comunidades indígenas são abordados de forma tímida. Da maneira como o periódico apresenta esses temas, extingue-se a possibilidade de que o assunto possa adquirir um outro significado para o público.

É o que Meliá (1990) chama de encobrimento, quando se refere ao processo de negação que os colonizadores realizaram com as comunidades americanas, negando-lhes a economia suficiente, a religião e a língua: “*Mi experiencia de los ultimos vinte años , en los que me há tocado ‘descubrir’ várias sociedades indígenas, me lleva a la convicción que los mecanismos de encubrimiento en que nos vemos envueltos no son muy diferentes de los que registra la documentacion historica*” (Meliá, p. 38, 1990) .

A sociedade vê os indígenas com uma forte carga de preconceito e temas como a desnutrição, quando não abordados de maneira contextualizada, servem para reforçar idéias pré-concebidas. Por isso é imperiosa a mudança na maneira de representar o indígena, principalmente em localidades próximas a estas comunidades, como em Dourados.

A análise do jornal sul-mato-grossense permitiu verificar que o conteúdo publicado sobre a questão indígena sofre grande influência da situação financeira do periódico e também da ideologia de seus dirigentes. Não é exclusividade de *O Progresso* esse alinhamento político e financeiro, são características comuns na imprensa, que precisam ser levadas em conta pelo público. Neste sentido é interessante observar a colocação de Traquina:

O jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas, com exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja a comparação entre custos e receitas. O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico (TRAQUINA, 2005, p. 158).

A ideologia também tem seu espaço na tônica do discurso da imprensa de forma geral, e conforme verificado nas matérias jornalísticas analisadas, em *O Progresso* não é diferente, principalmente no que se refere à questão indígena. “Grandes e pequenas questões de ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico, assim a escolha de expressões pode trazer uma série de ideologias e indagações” (LAGE, 1985, p. 42).

O aspecto ideológico e o financeiro ficaram patentes na análise de *O Progresso*, devido à recorrência com que a questão indígena é abordada de forma superficial, sob o aspecto do exótico, do performático.

Dessa, maneira, o público perde a oportunidade conhecer diferentes versões e ter uma visão mais abrangente da questão indígena. A sociedade envolvente precisa de ferramentas que possibilitem a apreensão da condição real do indígena e não de meios que conduzam a atitudes excludentes. Os discursos devem permitir a compreensão do outro como um indivíduo pertencente a uma cultura dinâmica, sujeita a tensões, transformações e re-significações e que dispõe do direito de auto-determinação, de ter as condições materiais e simbólicas necessárias para o seu desenvolvimento.

Se não mudarmos a imagem que a sociedade brasileira tem dos povos indígenas dificilmente mudaremos o quadro da defesa de sua causa. Historicamente, a sociedade brasileira privilegia a imagem do colonizador sobre o colonizado. Nessa visão, o índio é preguiçoso, improdutivo, atrasado e infantil. Trabalhar o imaginário e as representações negativas nas respectivas sociedades nacionais é um imperativo pedagógico (SUESS, p. 30, 1997).

Para que o direito à auto-determinação se efetive é preciso uma mudança de postura que permita a vivência das relações sociais mais equilibradas. É preciso estabelecer um espaço de diálogo que possibilite a percepção do Outro e que rompa com as representações preconceituosas que associam os indígenas ao conceito ou de sociedades frágeis, que correm o risco de se extinguir, ou de primitividade:

Como proyecto para la reestructuración de la universidad vigente em el mundo el diálogo intercultural tiene su sentido fuerte em el intento de abrir las culturas rompiendo sus posibles cierres categoriales, simbólicos, morales, etc, y fomentando así el ejercicio de la reflexividad crítica en los miembros de

cada cultura particular. El diálogo intercultural se entiende además, y en consecuencia, como método para aprender a relativizar las tradiciones consolidadas como 'próprias' dentro de cada cultura y, acaso ante todo, para agudizar en las culturas tensión o el conflicto entre los sujetos o fuerzas interesados en conservar y/o defender aquellos interesados en transformar. Por esta vía compleja de apertura, relativización y toma de conciencia de la posibilidad de cambio el diálogo intercultural prepara a las culturas para que se conozcan mejor entre si y para que, mediante ese conocimiento de las otras, se conozca cada una mejor a si misma (BETANCOURT, 1998).

A difusão de significados que desvalorizam o papel social dos indígenas terminam por colocá-los como culturalmente inferiores. A formação do imaginário sobre os povos indígenas perpassa por uma série de representações que vêm sendo transmitidas desde a chegada do europeu, através de vários canais de discurso.

Uma opção para a imprensa apresentar as diferentes versões sobre a questão indígena seria a possibilidade de dar espaço para as manifestações da academia. Há teses e dissertações que há mais de uma década identificaram questões estruturais, como a escassez de terras, o desmatamento, dentre outros aspectos. As universidades da região têm profissionais altamente capacitados para opinar sobre a questão indígena, no entanto, estes são raramente procurados para emitir suas opiniões. No material analisado, foi identificada apenas uma notícia que trazia a opinião de um especialista no assunto. O espaço dedicado para os estudiosos da questão indígena é o dos artigos opinativos, publicados, em *O Progresso*, na página dois e que não têm a mesma repercussão, o mesmo alcance que as manchetes da capa e as notícias têm. O fato dos estudiosos da questão indígena terem um espaço mínimo nas matérias jornalísticas reforça a hipótese de que a ideologia dos dirigentes do jornal tem relação com o que é publicado.

Hoje, os veículos de comunicação têm um papel fundamental na formação do pensamento da sociedade por conta do seu grau de intervenção na vida social das pessoas. Estudos realizados sob a teoria estruturalista do jornalismo, que tem dentre os principais teóricos Stuart Hall (TRAQUINA, p. 175, 2005), têm demonstrado que as mensagens e representações transmitidas pelos veículos de comunicação “[...] não são absorvidas passivamente pelo público, mas sim que as pessoas interpretam as mensagens a partir de suas perspectivas subjetivas, que têm sido influenciadas pelas múltiplas práticas discursivas com as quais tem-se contato ao longo da vida” (MANKEAR, 1993, pág. 486 apud DICKEY, p. 3).

No caso da questão indígena, as práticas discursivas que têm acompanhado o imaginário das pessoas estão relacionadas à noção do indígena enquanto ser primitivo e fossilizado no tempo, com uma forte carga de preconceito. Isso em função das influências de outros meios, que têm reforçado essa idéia. Dentre eles, podemos citar: os livros didáticos, que tratam o tema, na maioria das vezes, de forma superficial em capítulos sobre o “descobrimento do Brasil”, os “Bandeirantes” e as invasões estrangeiras; a arte e a literatura brasileira, que se utilizam sobremaneira da figura do indígena como sendo indefeso e frágil; as políticas públicas, que abrangem não só as leis, mas também os órgãos encarregados de atender às questões indígenas; as noções que são repassadas dentro do ambiente familiar, com a anulação da participação indígena na formação da identidade brasileira (OLIVEIRA FILHO, 1999).

Apesar dos avanços que os movimentos indígenas têm conquistado desde o final da década de 80, com a aprovação de leis, a mobilização dos próprios povos indígenas em prol de suas causas e o conseqüente reconhecimento de terras indígenas, as concepções sobre os povos indígenas precisam ser modificadas para que estes possam efetivamente serem reconhecidos como cidadãos, portadores de direitos dentro da organização social. Esse reconhecimento está diretamente ligado à maneira como os indígenas são representados, à percepção coletiva de sua história, bem como às aspirações e às necessidades dos povos indígenas. Tal compreensão só é possível a partir de uma abordagem histórica.

FONTES CONSULTADAS

O PROGRESSO, Dourados: Editora Jornal O Progresso Ltda, 1999

O PROGRESSO, Dourados: Editora Jornal O Progresso Ltda, 2005

PEDRO, Leia Aquino: depoimento [out. 2007]. Entrevistadora: Priscila Viudes. Dourados, MS: UFGD, 2007. 1 arquivo de áudio (16 min). Entrevista concedida a pesquisa de Mestrado “Índios nas páginas d’O *Progresso*: as representações da desnutrição infantil no jornal (2005)”.

BIBLIOGRAFIA

ADRIANA DA SILVA, Meire. *O movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 1978-2001*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, 2005.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

ARRUDA, Rinaldo. *Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais*. In SALOMON, Marlon (org.). *Processos de territorialização: entre a História e a Antropologia*. Goiânia: UCG, 2005

_____. *Imagens do Índio: signos da intolerância*. In GRUPIONI, Luis Donisete B., VIDAL, Lux B., Fischmann (Org.) *Povos Indígenas e Tolerância; construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Assassinatos de Marçal e Veron são apontados como exemplos. Informa GRUMIN/Rede de Comunicação Indígena. Disponível em <http://blog.elianepotiguara.org.br/2006/11/27/assassinatos-de-marcal-e-veron-sao-apontados-como-exemplos/#more-60> Acesso em 25 de maio de 2008

AUMONT, Jaques. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 1993

AZANHA, Gilberto. *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul* in Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2005

AZANHA, Gilberto; LADEIRA; Maria Elisa. *História Terena. Povos Indígenas do Brasil*, Instituto Sociambiental, 2004. Disponível em <http://www.socioambiental.org.br/pib/epi/terena/hist.shtm> Acesso em: 10 abril 2008

BARROS, Antonio Teixeira. *Poder, saber e discursos ecológicos no Brasil: ciência, estado e imprensa* in DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira. *Comunicação para Ciência, Ciência para Comunicação*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Élcio Fernandes. São Paulo. São Paulo, EdUNESP, 1998

BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiwoá/ Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS

___ A aldeia Takuara. Ver. Tellus, Campo Grande n. 4, p. 149-155, abr. 2003

___ Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Rev. Tellus, Campo Grande, n. 6, p.137-149, abr. 2004

BURKE, Peter. *A escrita da História: Novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes São Paulo: Editora UNESP, 1992

CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. *O bravo matutino (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”)* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: 2005

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHARTIER, R. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia C. Ranas. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*, Trad. de Ilka Stern Cohen Bauru: EDUSP, 1999

DÁVALOS, Pablo. *Movimentos indígenas em América Latina: el derecho a la palabra*. In DÁVALOS, Pablo (org.). *Pueblos Indígenas, estado y democracia*. Buenos Aires: Clasco, 2005.

DICKEY, Sara. *La antropología y sus contribuciones al estudio de los medios de comunicacion*. Disponível em: <http://www.unesco.org/issj/rics153/dickeysa.html>. Acesso em: 23 jul. 2007

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas*. Rev. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, n.2, p.115-123, jul/dez. 2001.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. “*Duas no pé e uma na bunda*”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da terra Indígena Buriti. Rev. Eletrônica História em Reflexão:, Dourados, n. 2 , Jul/Dez 2007

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área identificada pela Funai como sendo a terra indígena Mande Ru Marangatu, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Processo n° 2001.60.02.001924-8, Justiça Federal, 1ª Vara Federal de Ponta Porã, 5ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, 2007

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Mini curso de introdução à História Indígena In: SIMPÓSIO SOBRE RELIGIÃO, RELIGIOSIDADES E CULTURAS, 2006, Dourados.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica, e histórica da área reivindicada pelos Terena para ampliação dos limites da terra indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos n° 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da da 1ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, 2003

FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Élcio Fernandes. São Paulo. São Paulo, EdUNESP, 1998

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, Tempo Presente e História Oral*. Revista Topoi, n. 5. Rio de Janeiro: de. 2002, pp. 314-332.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *Supuestos filosóficos del diálogo intercultural*. 1998, Viena. Disponível em <http://www.crim.unam.mx/Cultura/ponencias/Fornet2.html>, Acesso em 23 de janeiro de 2008

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Trad. De Maria J. Goldwasser, Rio de Janeiro: Zahar, 1981

GAMBINI, Roberto. *Espelho Índio: a formação da alma brasileira*. São Paulo: Axis Mundi, terceiro nome, 2002.

GERAL, Zé. *Pan*. Campo Grande: Produção Independente, 1997 Na terra do boi, Compact Disc Digital Áudio, 199.004.618

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. Trad. Bernardo Joffily, São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GIROTTI, Renata Lourenço. *O Serviço de Proteção aos índios e o estabelecimento de uma política indigenista republicana junto aos índios da reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2007

HAESBAERT, Rogério. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: SANTOS, Milton. I. E.de et al (orgs). *Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. 2ª ed – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed. Loyola, 2003, 12ª Ed.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia do inconsciente*. Trad. Maria Luiza Appy. Petrópolis, Vozes, 1980.

LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*, São Paulo, Ática, 1985

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras, 1992.

LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos* In: PINSKY, Carla Bressanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006 (Série Vias de Saneres, v. 12)

MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editors, 2000.

MATOS, Maria Helena Ortolan. *O índio na imprensa: de “outro” exótico a “outro” ator político* In: BARROS, Antomio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (Org.) *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001

MCLUHAN, Marshall, *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*, trad. de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1969.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Atica 2002

_____. *Notícia Um Produto à Venda – Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*, 2a. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

MELIÁ, Bartolomeu. *El encubrimiento de América*. Assunción: Acción. 1990. n. 102, p. 38-40

MELIA, Bartolomeu. GRUNBERG, George. GRUNBERG, Friedl. *Los Pai-Tavyterã - etnografía guarani del Paraguay contemporáneo*. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos, 1976, p. 175.

MONTEIRO, Jonh Manuel. *Os Guarani e a História do Brasil Meridional (SéculoXVI-XVII)* In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). 1992. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras.

MURA, Fábio. *A procura do “bom viver”*: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiwoá. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *A História depois do papel* In PINSKY, Carla Bressanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

NOELLI, Francisco S. *Sem tekohá não há teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, 1993, PUCRS.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogos de Espelho*: representações de si através dos outros. São Paulo: Edusp, 1993.

O PROGRESSO, Dourados: Editora Jornal O Progresso Ltda, 1999

O PROGRESSO, Dourados: Editora Jornal O Progresso Ltda, 2005

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

PACHECO, Rosely A. S. *Mobilizações Guarani, Kaiowá e Nandeva e a (re) construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o direito indígena* – Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Dourados, 2004.

PECHINCHA, Maria Thereza S. . *Kadiwéu. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil*, 1999. Disponível em <http://www.socioambiental.org/pib/epi/kadiweu/contato.shtm>. Acesso em 24 de julho de 2008

PEREIRA, Levi Marques. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo, USP, 2004.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Vias de Comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso (Séculos XIX e XX): notas para discussão*. Dourados, 2004. Texto digitado.

RABAÇA, Carlos, BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Colaboração Muniz Sodré. Rio de Janeiro, Ed. Codecri, 1978.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.

RAMOS, Alcida Rita. *Uma crítica da desrazão indigenista*. Brasília: UnB, 1997 (Série Antropológica, 227). Disponível em <www.unb.br/ics/dan/Serie243empdf.pdf>. Acesso em 1 ago. 2005

RICARDO, Carlos Alberto. *Passados 500 anos, sequer sabemos seus nomes* In GRUPIONI, Luis Donisete B., VIDAL, Lux B., Fischmann (Org.) *Povos Indígenas e Tolerância; construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Rounet, Sérgio Paulo. *O Mito do Bom Selvagem*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. *Geographia*, Rio de Janeiro, n. 1, 1999, p. 7 a 13. Disponível em http://www.uff.br/geographia/rev_01/milton%20santos.pdf, Acesso em 5 junho de 2009.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guaraní*. 3.ed. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974, 191 p.

2ª Turma do STF afirma competência da Justiça Federal para julgar assassinato de indígena. Supremo Tribunal Federal. Disponível em <http://www.stf.gov.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=7604> Acesso em 21 de maio de 2008

SILVA, Lélío L. *As representações dos Kaiowa-Ñadeva no jornal O Progresso na década de 1980*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, 2007.

SOUSA, Neimar M. . *A Redução de nuestra Señora de Fe no Itatim: entre a cruz e a espada*. 1. ed. Campo Grande: UCDB, 2004. v. 1. 127 p.

SUESS, Paulo. *Reconhecimento e protagonismo: apontamentos em defesa do projeto dos Outros*. In: SIDEKUM, Antônio (org). São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

SULPINO, Maria Patrícia Lopes. *Conceito de etnicidade: breve revisão teórica*. Par'A'Iwa: Revista dos pós-graduandos de sociologia da UFPB, João Pessoa, n. 2, jun. 2002. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/02-sulpino.html#EndNoteRef1>> Acesso em 2 ago. 2007

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatris Perrone Moisés, São Paulo: Martins Fontes, 1993

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005, vol. I

WORTMANN, Klass. *O selvagem e o Novo Mundo: ameríndios, humanismo e escatologia*. Brasília: UNB, 2004

_____. *O Selvagem e a História: os antigos e os medievais*. Brasília: UnB, 1997 (Série Antropológica, 227). Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/serie227.pdf>> Acesso em 10 março, 2005

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, ____ de _____ de 2009.

PRISCILA VIUDES